

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA



***Ecoturismo Indígena
Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo:
princípios para a autonomia.***

Ivani Ferreira de Faria

**São Paulo
Junho de 2008**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

***Ecoturismo Indígena
Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo:
princípios para a autonomia***

Ivani Ferreira de Faria


Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Geografia Física, sob a orientação da Prof^a. Dra. Regina Araújo de Almeida.


**São Paulo
Junho de 2007**


*Ao meu filho Lucas e à todos os homens e mulheres indígenas
pela demonstração de carinho, confiança pelas ruas e rios da região,
seja o Negro, Içana, Uaupés, Xié, Curicuriari, Tiquié ...*


AGRADECIMENTOS


Agradeço sinceramente a todos que de forma direta e indireta participaram e contribuíram para a realização e êxito desta pesquisa:


 Á minha orientadora, Regina Araújo de Almeida, pela confiança e por compreender a natureza do meu trabalho onde a minha presença a campo era fundamental;

 À Rita, que me fez despertar para o caminho metodológico que eu já trilhava;


 As minhas irmãs, Nãna pelo seu apoio incondicional a todas, e à Baby, Janinha, meus cunhados Cacá e Caê que sempre cuidaram do meu filho durante a minha ausência nos longos trabalhos de campo em São Gabriel como se fosse filho deles e me apoiaram em todos os meus projetos mesmo que, às vezes, achassem loucos, por não pedirem mais para voltar, pois entenderam que meu lugar é aqui na Amazônia, no Amazonas trabalhando junto com as comunidades indígenas cujo custo é o pouco convívio familiar entre nós, filhos, sobrinhos etc. devido à distância entre Vila Velha e Manaus;


 À minha segunda família, Arany, Aldo, Ana Cláudia, Aléssia, Aluízio, Junior, Antonio Marcos, André, Álvaro, pelo apoio e carinho constante desde a minha adolescência;


 Ao meu amigo inseparável, Fábio Osolins, analista ambiental do IBAMA de São Gabriel que me acompanhou em todas as reuniões nas comunidades e cujo apoio, confiança e dedicação foram imprescindíveis à realização do trabalho, principalmente após o nosso naufrágio no rio Negro no retorno da comunidade de Cué-cué;


 Ao amigo Nonato, com quem sempre discuti a base antropológica da pesquisa e


dos outros trabalhos conjuntos ao longo dos anos na região do Rio Negro com quem partilho o ideal de contribuir para a autonomia dos povos indígenas;


 À Eliony, Kátia e à Angélica amigas de sempre, que nas horas difíceis sempre me encorajaram e me lembravam dos meus objetivos, sonhos e de como eu sou;


 Às amigas do “*ninho*” Rosely, Suely, Viviane e Andréa que me acolheram e apoiaram durante o trabalho de campo em São Gabriel;


 Aos professores Hidembergue e Nakagima, pelo apoio e confiança no nosso trabalho;

 À DIREC/IBAMA de Brasília que financiou o projeto Ukamé-sara e à Lourdes Ferreira, em particular, por acreditar na nossa capacidade de trabalho;

 À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa de estudos durante 36 meses;

 À Maria Lúcia e ao Masulo, cuja amizade tornou a nossa estada na cidade de São Paulo em 2004 mais divertida e proveitosa em nossas passagens pelas bibliotecas, laboratórios e longos bate-papos para descontração;

 À Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, na pessoa do Conde, pela concessão das bases digitais dos mapas elaborados para o plano diretor e pelas trocas de idéias durante nossas longas conversas;

 À diretoria da FOIRN (André, Domingos, Renato, Erivaldo) e, em particular, Élio Fonseca, sempre prestativo, presente, que não mediu esforços para a realização do trabalho e aos diretores e membros das coordenadorias Sr. Afonso, Henrique, Evaldo, Lucas, da COITUA; Roberto, Leonídio, Ivo, Rafael, da COIDI; Adão, Alexandre, Florêncio, Arthur, Gregório, da CAIARNX; Mário, Laureano, Camico, Trinho, Ednéia, Custódio, da CABE e Adão Tukano, Abrahão, Josias, Libório, Argemiro, da CAIBRN e todas as lideranças e capitães das comunidades que nos receberam com muito carinho, respeito e confiança;



À Wal pelo bom humor e carinho com que sempre nos atendeu;



E à chuva, ao sol que bateram em nosso rosto durante as horas e dias de viagem de voadeira e barco pelos rios, às tempestades enfrentadas e a toda beleza dos rios de água preta com suas praias de areia branca, com as comunidades ao longo das beiras revelando uma paisagem ímpar e ao deleite de uma noite de lua cheia durante uma viagem tranquila pelo rio Cauaburis até Maturacá;



Pelos conhecimentos compartilhados pelos povos indígenas e por ser uma eterna aprendiz que tem muito a aprender.

RESUMO

O presente trabalho analisa um conjunto de ações e reflexões sobre o ecoturismo na Região do Alto rio Negro com o objetivo de preparar as comunidades indígenas, citadinas ou não, para que possam, através do processo de gestão territorial e do conhecimento desenvolvido por meio de educação ambiental e patrimonial, planejar, gerir projetos de sustentabilidade em ecoturismo ou outros para manterem a autonomia sobre suas terras e suas vidas. A metodologia da pesquisa participante adotada permite que os envolvidos demonstrem seus conhecimentos sobre seu território e sua cultura, fortalecendo suas identidades enquanto povos indígenas, como sua auto-estima e dignidade, possibilitando-lhes reafirmarem-se como protagonistas, ao assumirem o controle das forças de transformação da sociedade promovida pelo contato com a economia de mercado, predominante na sociedade contemporânea. Tal participação pode minimizar ou excluir os riscos dos impactos indesejáveis que o ecoturismo possa trazer, propiciando-lhes incorporar valores, práticas, significados do sistema mundial de acordo com suas visões de mundo e seus interesses. A autora espera que o resultado deste trabalho possa contribuir para a construção de Políticas Públicas para o ecoturismo indígena, propiciando uma reflexão sobre os conceitos *turismo indígena*, *turismo étnico*, *etnoturismo*, *ecoturismo indígena* e, ao mesmo tempo, sobre as formas de participação das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas nos projetos e políticas públicas a serem implementadas pelo Estado e organizações não-governamentais em qualquer ramo de atividade.

Palavra-chave: Ecoturismo indígena, Território, Sustentabilidade, Participação e Autonomia.

ABSTRACT

This work analyses a conjunct of actions and considerations on ecotourism in Alto Rio Negro (High Negro River), in Amazonas State (Brazil), with the aim to prepare urban or country native communities to be able, through the process of territorial and knowledge management, developed through environmental and patrimonial education, to plan and run sustainable projects in ecotourism over their lands and their lives. The participant research methodology adopted allows the native to demonstrate their knowledge on their territory and their culture, encouraging their identities as native peoples and their self-esteem and dignity, making possible for them to reassert themselves as protagonists, by assuming the control of the of the transformation forces of society furthered by the contact with the market economy, predominant in present day society. Such participation might reduce or exclude the risks of undesirable impacts that ecotourism might produce, allowing them to incorporate values, practices, meanings of the word system according to their way of thinking and their interests. The autoress expects that this work might be able to contribute for the construction of Public Politics in native ecotourism, producing a reflection on the concepts on *native tourism*, *ethnic tourism*, *ethnotourism*, *ecotourism*, *native ecotourism* and at the same time on the forms of participation of native and non-natives traditional communities in public and political projects to be developed by the State and non-governmental organizations in any branch of activity.

Key-words: *native ecotourism, territory, Sustainability, Participation and Autonomy*

Lista de Siglas

ACIRX – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié
AEITYM – Associação da Escola Indígena Tukano Ye'pa Mahsã
AMAZONASTUR - Agência de Turismo do Estado do Amazonas
APIARN – Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro.
AYRCA – Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes
CABC – Coordenadoria das Associações Baniwa Curipaco
CAIARNX – Coordenadoria das Associações indígenas do Alto Rio Negro e Xié
CAIBRN – Coordenadoria das Associações do Baixo Rio Negro
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COIDI – Coordenadora das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté
COITUA – Coordenadoria das Organizações Indígenas dos rios Tiquié Uaupés e Afluentes
COMTUR – Conselho Municipal de Turismo de São Gabriel da Cachoeira
COPIARN – Conselho dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro
CMPL - Conselho Municipal de Política Lingüística
CSN – Conselho de Segurança Nacional
EAF/SGC – Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira
EMAMTUR – Empresa Amazonense de Turismo
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
FAPEAM – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
FEPI – Fundação Estadual de Política Indigenista
FLONA - Floresta Nacional
FMPL – Fundo Municipal de Política Lingüística
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUMDETUR – Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GTC - Grupo Técnico de Coordenação da Política de Ecoturismo da Amazônia

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IPOL – Instituto de investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística
ISA – Instituto Socioambiental
MEC – Ministério da Educação
MINTER – Ministério do Interior
MMA – Ministério do Meio Ambiente
OMT – Organização Mundial do Turismo
PCN – Projeto Calha Norte
PDA – Programa Demonstrativos da Amazônia
PDLIS - Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia
Legal
RINTUR – Relatório de Turismo
SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos
SCA - Secretaria de Coordenação da Amazônia
SEC – Secretaria Estadual de Cultura
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas
SEMATUR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de São Gabriel da Cachoeira
SEMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto de São Gabriel da Cachoeira
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UCIRT – União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié
UEA – Universidade Estadual do Amazonas
UFAC – União Familiar Animadora Cristã
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIRT – União das Nações Indígenas do rio Tiquié

Lista de Figuras

Figura 1 – Municípios do Pólo de Ecoturismo do Amazonas/AM.....	71
Figura 2 – Zoneamento do Município de São Gabriel da Cachoeira.....	81
Figura 3 – Ocupação urbana de São Gabriel da Cachoeira em 1977.....	84
Figura 4 - Ocupação urbana de São Gabriel da Cachoeira em 2001.....	84
Figura 5 – Magistério Yanomami Pey Yo Yay.....	88
Figura 6 – Magistério Tukano. Foto: Paulo Lira. Taracua, 2006.....	88
Figura 7 – Seminário “Política Lingüística, Gestão do Conhecimento e Tradução Cultural”, regulamentação da Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Nheengatu Baniwa.....	89
Figura 8 - Aprovação da Lei nº 210/2006. Câmara dos Vereadores de São Gabriel da Cachoeira.	89
Figura 9 – Distritos de São Gabriel da Cachoeira.....	90
Figura 10 – Regiões Administrativas (Plano Diretor Lei nº 209/2006).....	91
Figura 11 – Subcoordenadorias Regionais da FOIRN.....	92
Figura 12 – Meio Urbano e Melhorias.....	105
Figura 13 – Festibal.....	107
Figura 14 - Artesanatos Yanomami.....	107
Figura 15 – Dança do Karissu.....	108
Figura 16 – Dança do Japurutu.....	108
Figura 17 – Comunidade de Monte Cristo, Rio Uaupés.....	109
Figura 18 – Comunidade de Aracu, Rio Içana.....	109
Figura 19 – Iha de Adana.....	110
Figura 20 – Basé Boo (Bela Adormecida).....	110
Figura 21 – Serra de Cucui, Rio Negro.....	112
Figura 22 – Serra de Cabari, Rio Negro.....	112
Figura 23 – Terra Indígena Alto Rio Negro (FUNAI 1990).....	132
Figura 24 – Desenho de Socorro Teles Matos.....	155
Figura 25 – Desenho de Laci Garrido Cabuia.....	155
Figura 26 – Desenho de Gilson M. Almeida.....	156
Figura 27 - Desenho de Armando.....	156
Figura 28 – Discussão sobre turismo nas comunidades indígenas do	

Alto Rio Negro.....160

SUMARIO

- Lista de Siglas.....	viii
- Lista de Figuras.....	x
- Apresentação.....	12
- Introdução.....	15
I – Gestão do turismo: um diálogo necessário.....	31
1.1 – Cultura, território, territorialidades e planejamento do turismo.....	47
II - Ecoturismo indígena e Estado: o desafio da sustentabilidade.....	57
2.1 – Ecoturismo: uma alternativa de etnodesenvolvimento.....	60
2.2 - O Plano de desenvolvimento de Ecoturismo no Estado do Amazonas.....	68
III – Multiculturalismo e tendências para o ecoturismo na Região do Alto Rio Negro.....	77
3.1- São Gabriel da Cachoeira no Pólo de Ecoturismo do Amazonas.....	82
3.1.1 – Identidade Étnica e potencial ecoturístico na cidade indígena.....	94
3.2 – A Terra Indígena do Alto Rio Negro: território e autonomia.....	116
3.2.1 – Povo e organização política da Região do Alto Rio Negro.....	118
3.2.2 – A luta pela demarcação do Território Indígena.....	126
3.2.2.1 - O território indígena contínuo: a reorganização espacial.....	133
3.2.2.2 - O território: fonte de espiritualidade e vida.....	136
3.2.2.3 - Terra e território: o desencontro de ideologias.....	138
3.2.2.4 - Para não concluir.....	146
3.3 – Cultura, território e territorialidades: bases para o ecoturismo indígena.....	150
3.3.1 - Yaneretama: sustentabilidade e ecoturismo indígena.....	150
3.3.2 - Umukamé-sara: guia de ecoturismo indígena para a região do Rio Negro.....	153
3.3.3 - Umukamé-sara: planejamento participativo e ecoturismo indígena.....	157
3.4 – O Turismo a partir do olhar dos povos indígenas.....	161
IV – Participação, Gestão do Conhecimento e Territorial: fundamentos para o planejamento do ecoturismo em Terra Indígena no Alto Rio Negro.	171
- Bibliografia.....	181
- Anexos.....	193

Apresentação

O nosso interesse pela questão indígena e região do Rio Negro teve início nos anos 1991 quando chegamos a Manaus e logo nos envolvemos com o movimento popular, em particular, com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e com o Fórum de Debates da Amazônia, coordenado naquele momento pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI-Norte I) em Manaus.

A partir daí, o envolvimento aumentou ainda mais quando começamos a pesquisar os motivos que levaram 23 povos indígenas a solicitarem a demarcação do território único, situação atípica para povos indígenas no Brasil, o que nos levou a abordar tal fato na nossa dissertação de mestrado defendida em 1997.

No retorno do mestrado, assumimos a coordenação do curso de graduação em Geografia da UFAM (1998 a 2001) em São Gabriel da Cachoeira; elaboramos e coordenamos o curso de especialização em Turismo e Gestão Territorial (2002-2003), a Semana Acadêmica Wakotinnay Yawara Akanga, em 2004, participamos de seminários e assembléias com o movimento através da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e das associações de base, como a Conselho de Professores Indígenas do Alto Rio Negro (COPIARN) e, mais recentemente, assessoramos a Escola Indígena Tukano Ye'pa Mahsã, a Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA) por meio do projeto Tiemotima financiado pelos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - (PDPI), a Associação Arko Iwi, na calha do rio Curicuriari com projetos de educação e ecoturismo, coordenamos o seminário organizado pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística e FOIRN em 2006, discutimos e coordenamos o projeto da Licenciatura Indígena Políticas educacionais e desenvolvimento Sustentável (2005-2007) e também o Magistério indígena II, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) em parceria com a SEDUC/AM e IPOL.

O trabalho apresentado é resultado, principalmente, das pesquisas de campo realizadas ao longo dos anos 2003 a 2007 com base, em parte, no nosso envolvimento e nos conhecimentos compartilhados pelos povos indígenas da região do Alto Rio Negro em mais de 10 anos de convívio e nas fundamentações teóricas com base, principalmente, em Milton Santos, Rita de Cássia Ariza Cruz, Rogério Haesbart,

Knafou, Eduardo Yázigi, Boullón, Fennel, Geertz, Marshal Salhins, Carlos Rodrigues Brandão e Thiollent.

Por acreditarmos que a ciência não é neutra e que cada pesquisador deve ter um propósito em comum com a sociedade, propusemo-nos a elaborar um trabalho não convencional como convém aos que navegam entre as águas da ciência ocidental e de outros saberes.

Trabalhamos com o método dialético, com a pesquisa participante e pesquisa-ação com base nos aportes teóricos da Geografia e Antropologia. A base conceitual da pesquisa está centrada nos conceitos *cultura*, *planejamento participativo*, *território*, *territorialidades*, *turismo* e seus segmentos *ecoturismo indígena* e *turismo indígena*, discutidos ao longo dos capítulos.

Está dividido em cinco partes envolvendo introdução e quatro capítulos. A introdução trata de como partiu nosso interesse pelo tema com justificativa da escolha da área de estudo, uma discussão sobre a metodologia desenvolvida e uma breve reflexão sobre a questão indígena no Brasil.

O primeiro capítulo intitulado “Gestão do Turismo: um diálogo necessário” estabelece uma análise sobre turismo e seus segmentos, cultura, territorialidade, território, gestão e planejamento do turismo, avaliando a possibilidade de neutralizar os impactos indesejáveis da atividade turística sobre as comunidades e lugares.

O segundo capítulo, “Ecoturismo indígena e Estado: o desafio da sustentabilidade”, discute a carência de política pública para o ecoturismo indígena e a metodologia participativa implementada pelo Estado e propõe o ecoturismo como uma alternativa para o etnodesenvolvimento para garantir a sustentabilidade cultural e territorial.

O terceiro capítulo, “Multiculturalismo e tendências para o ecoturismo na Região do Alto Rio Negro” está subdividido em duas vertentes: a primeira, voltada para o meio urbano, analisando o turismo e o ecoturismo e sua relação com a identidade étnica em uma cidade indígena, demonstrando as ações e reflexões desenvolvidas para o planejamento do turismo neste meio; a segunda, voltada para o interior, em terra indígena, aborda a diversidade cultural da região habitada por 23 povos, de cinco famílias lingüísticas diferentes, sua organização sociopolítica, a luta pela demarcação de suas terras, a relação entre cultura, território e territorialidades, fundamentais para o planejamento do ecoturismo indígena, de ações e projetos desenvolvidos de forma

participativa e a visão dos povos indígenas sobre seus medos, as vantagens, o que esperam do turismo na região, apontando princípios para o seu desenvolvimento.

O quarto capítulo, “Participação, Gestão do Conhecimento e Territorial: fundamentos para o planejamento do ecoturismo em Terra Indígena no Alto Rio Negro”, é o resultado de toda a pesquisa. Não apresentamos da maneira convencional as *considerações finais* ou a conclusão por se tratar de uma pesquisa cuja natureza e resultado são diferentes. Adotamos uma metodologia para discussão e desenvolvimento do ecoturismo indígena com base na participação dos protagonistas das comunidades que, por meio da gestão do conhecimento ocidental, e outros saberes e do território, poderão alcançar a sustentabilidade e a autonomia tão almejada pelos povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

O Ecoturismo ou qualquer atividade para os povos indígenas deve ser pensada sempre a partir da gestão do território, considerando sempre o conhecimento pré-existente destes povos sobre sua cultura e seus territórios.

Este trabalho também contém dois anexos: a Lei nº 210/2006 que regulamenta a co-oficialização das línguas indígenas Tukano, baniwa e Nheengatu no município e a proposta de inclusão de um capítulo sobre o turismo na Lei Orgânica do Município.

Esclarecemos que, por se tratar de uma pesquisa-ação e pesquisa participante, foram necessárias várias idas a campo com utilização também de procedimentos da pesquisa convencional. E por ser um tema novo para a Geografia, também para a Antropologia e para o turismo no Brasil, pouca literatura específica foi encontrada. A maioria é estrangeira que, apesar de refletirem sobre o turismo em sociedades aborígenes ou da América Latina, às vezes não são adequadas ou servem como parâmetros para os povos indígenas do Brasil devido à diferença de contexto histórico, cultural e até mesmo territorial.



Introdução

O conjunto de ações e reflexões sobre o ecoturismo na região do Alto Rio Negro parte da preocupação em preparar as comunidades indígenas citadinas ou não para que possam, através do processo de gestão territorial e do conhecimento desenvolvido por meio da educação ambiental, patrimonial, planejar, gerir projetos de sustentabilidade em ecoturismo ou outros, e reconquistarem a autonomia sobre suas vidas e sobre as suas terras.

A discussão sobre *turismo* no meio geográfico é polêmica apesar de a maioria das publicações nesta área, no momento, serem de geógrafos. Existem muitas resistências ao termo *Geografia do Turismo* ou ainda que o turismo também seja uma área de estudo da ciência geográfica.

Para a Geografia, a investigação desta temática é inovadora, pois traz uma discussão que une o tema *turismo* associado à questão indígena, envolvendo cultura, tradição e identidade, ainda pouco desenvolvida por geógrafos.

Essa investigação marca a quebra de paradigmas quanto ao planejamento da atividade turística em terras indígenas, propondo por meio da pesquisa participante e da pesquisa-ação uma metodologia construída passo a passo com as comunidades indígenas do Rio Negro, ao mesmo tempo em que propõe conceitos e aponta diretrizes para a construção de políticas públicas sobre o turismo indígena na região.

Assim, concordamos com Meneses (1996, p. 99) quando afirma que o tipo de turismo que almejamos dependerá do tipo de relações que julgamos aceitáveis e desejáveis entre os homens, ou seja, do tipo de sociedade pelo qual optamos.

Esperamos que o resultado deste trabalho possa contribuir para a construção de Políticas Públicas para o ecoturismo indígena permitindo uma reflexão sobre os conceitos Turismo Indígena/Étnico, etnoturismo, ecoturismo, ecoturismo indígena ao mesmo tempo sobre as formas de participação das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas nos projetos e políticas implementados pelo Estado e organizações não governamentais em qualquer ramo de atividade.

A escolha da área de estudo

O município de São Gabriel da Cachoeira, região do Alto Rio Negro, foi escolhido em função de ser integrante do pólo de ecoturismo do Amazonas e por ser considerado o município mais indígena do Estado com 95% da população pertencentes a famílias lingüísticas Tukano, Aruak, Maku e Yanomami e onde existem comunidades

indígenas que pretendem desenvolver o turismo e/ou ecoturismo indígena, mas precisam de conhecimento e discussão para elaborar parâmetros e diretrizes para o mesmo.

Foi também uma necessidade que partiu dessas comunidades diante das pressões das agências de turismo, agravadas pela denúncia de entrada de turistas na Terra Yanomami sem autorização destes e dos órgãos competentes (FOIRN e FUNAI) em 2002, o que levou o fechamento do Parque Nacional do Pico da Neblina à visitação.

Juntando a necessidade e a solicitação das comunidades para discussão do tema, o conhecimento adquirido e compartilhado com e pelos indígenas da região em função destes 10 anos de trabalho conjunto associado à possibilidade de poder contribuir concretamente para a melhoria das condições de vida destes partimos para o desenvolvimento da pesquisa com as bases teóricas e metodológicas que julgamos mais adequada diante da nossa ideologia e proposta de vida.

Rios e trilhas percorridas

O enfoque teórico da pesquisa é geográfico com método dialético, porém recorreremos, também, em função do objeto de estudo, a contribuições da antropologia e, sobretudo, no que diz respeito às discussões correlatas, como cultura, ecoturismo indígena, turismo étnico, etnoturismo. A base conceitual da pesquisa está centrada nos conceitos *cultura, planejamento participativo, território, territorialidades, turismo* e seus segmentos *ecoturismo indígena e turismo indígena*.

Tem como linha metodológica a pesquisa-ação, ou seja, investigação científica associada a uma práxis como resultado e também com procedimentos metodológicos da pesquisa convencional. Para seu desenvolvimento, trabalhamos com a pesquisa participante na realização da pesquisa de campo, essencial para alcançar os resultados e pesquisa de gabinete, utilizando fontes primárias e secundárias e aportes teóricos para análises dos dados.

A pesquisa participante teve início na América Latina nos anos 1970, em função da conjuntura política, social e econômica da época, principalmente entre os militantes de esquerda se contrapunham às bases da pesquisa convencional e positivista.

Surge a partir da proposta de alfabetização com práticas e políticas pedagógicas conhecidas como pesquisa participante de Paulo Freire que criticou o método positivista por transformar as ciências sociais em instrumento de controle social.

Freire (1981) e Fals Borba (1981) criticaram o mito da neutralidade objetividade da ciência e propuseram uma ciência popular baseada no conhecimento empírico, fundado no senso comum, que teria sido uma característica ancestral, cultural e ideológica dos que se acham na base da sociedade.

Assim Freire (op.cit. p.38), afirma que:

Simplesmente não posso conhecer a realidade dos que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que sendo para eles, um conhecimento de um conhecimento anterior (o que se dá ao nível de uma experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. Se me interessa conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares, estes grupos não podem ser meras incidências do meu estudo.

A pesquisa participante proposta por Freire e Fals Borba e outros recentemente, na qual nos incluimos, vai além de uma proposta metodológica, pois não busca apenas a condução de uma pesquisa voltada aos interesses das classes populares, mas de buscar junto com elas uma resposta efetiva para seus problemas.

O fruto deste novo conhecimento enriquecido e ampliado por uma constante reflexão e ação, o que denominamos de pesquisa-ação, deve estar a serviço das necessidades coletivas das minorias e classes subjugadas, como operários, indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco dos babaquais, sem terra, caboclos ribeirinhos, faxinais etc.

De acordo com Thiollent (2004, p.14), a pesquisa-ação “é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual, os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo participativo ou cooperativo”.

È importante também distinguir a pesquisa-ação da pesquisa convencional. A primeira, segundo Thiollent (op.cit.p.19), consiste na participação dos pesquisadores junto com as pessoas da situação investigada. A segunda distancia os resultados de uma pesquisa das possíveis decisões ou ações decorrentes, uma vez que estão inseridas no funcionamento burocrático das instituições. As pessoas implicadas não são consideradas atores, mas informantes, e em nível da ação, são meros executores que não participam do processo em si. Ao passo que na pesquisa-ação, há a necessidade do envolvimento das pessoas como atores envolvidos em todo o processo.

Para Thiollent (op. cit, p.19):

De modo geral, a pesquisa-ação pode envolver também procedimentos da pesquisa convencional. Além da observação que ocorre no processo de transformação abrange problemas de expectativas, reivindicações, decisões, ações e é realizada através de reuniões e seminários nos quais participam pessoas de diversos grupos implicados na transformação. As reuniões e seminários podem ser alimentados por informações obtidas em grupos de pesquisa especializados por assuntos e também informações provenientes de outras fontes, inclusive – quando utilizáveis – aquelas que foram obtidas por meios convencionais: entrevistas, documentação etc.

Assim, de acordo com Thiollent, os principais aspectos da pesquisa-ação, considerada como uma estratégia metodológica da pesquisa social são:

- Ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- Prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- O objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- A pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados, ou seja, no relacionamento de dois tipos de objetivos: um prático - contribuir com levantamento de soluções e proposta de ações correspondentes às soluções para auxiliar na sua atividade transformadora da situação, e outro, intelectual - construído de conhecimento.

O mesmo autor adverte para não se confundir pesquisa-ação com pesquisa participante e que a participação do pesquisador não qualifica uma pesquisa como pesquisa-ação. Para ele, toda pesquisa-ação é do tipo participativo: exige uma estrutura de relação entre pesquisadores e pessoas implicadas nos problemas investigados, em que a participação em ações concretas dos últimos é absolutamente necessária. A participação dos pesquisadores é explicitada dentro da situação de investigação, com os cuidados necessários para que haja reciprocidade por parte das pessoas e grupos

implicados na pesquisa, não devendo chegar a substituir as atividades próprias dos mesmos e suas iniciativas.

Pesquisa participante, na abordagem de Thiollent (op.cit. p.15) “é um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitas. Neste caso, a participação é sobretudo participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para uma ação problemática pelo grupo considerado” (Sic).

Brandão (1982) também adverte sobre a possibilidade da pesquisa participante se tornar apenas um envolvimento aparente entre objeto de estudo e pesquisador. Neste caso, o pesquisador não rompe a relação sujeito-objeto, mas somente disfarça para executar melhor sua pesquisa.

Desse modo, a pesquisa participante parece uma situação de oportunismo que acontece em muitos casos de pesquisadores do estilo colonialista e não uma estratégia para melhor compreender a real situação do problema e dos envolvidos.

Por isto, mesmo que Thiollent esteja certo, acreditamos que as duas metodologias não são antagônicas ou excludentes, mas se complementam e que existem pesquisadores que estão dispostos a colaborar na relação sujeito-sujeito, rompendo com os métodos da pesquisa tradicional, ouvindo sempre primeiro os mais interessados, no caso, as comunidades.

Contribuindo e corroborando com esta discussão, Stavenhagen (1984, p.17), mais no nível de refletir e construir um novo modelo de desenvolvimento, propõe uma nova abordagem a partir dos conhecimentos e necessidades das classes populares.

Afirma que em função da crítica permanente da teoria do desenvolvimento nos países de terceiro mundo, na década de 80, houve o reconhecimento de que imitar os países do primeiro mundo não era possível nem desejável e a necessidade de buscar estratégias alternativas de desenvolvimento, por parte de alguns governos do Terceiro Mundo, de movimentos sociais de diversos tipos, de pequenos grupos de pesquisadores e planejadores, bem como de pessoas de diversas organizações internacionais. Esta busca tem levado, basicamente, a rejeição dos modelos desenvolvimentistas impostos do exterior e a necessidade de reduzir a síndrome da dependência.

O modelo alternativo estaria baseado no uso dos recursos locais, quer sejam natural, técnico ou humano; ou seja, se orienta para a auto-sustentação, nos níveis

locais, nacionais e regionais, procurando aproveitar as tradições culturais existentes e não rejeitá-las *a priori* como obstáculos ao desenvolvimento, como era o caso das primeiras décadas da reflexão sobre o desenvolvimento.

Stavenhagen (op.cit, p.19) afirma ainda que este modelo:

Pretende ser mais participante do que tecnocrático. Orienta-se para o povo. Este quer seja de camponeses ou operários, aldeões ou favelados, deve participar em todos os níveis do processo de desenvolvimento: da formulação de necessidades às etapas de planejamento, execução e avaliação. O desenvolvimento deve ser deslocado dos escritórios dos burocratas para o seu verdadeiro lugar; as bases. Isto coloca, naturalmente, o problema do poder político, que é, talvez a questão fundamental do desenvolvimento hoje.

No entanto, Little (2002) nos chama a atenção para que a prática de “resgatar” (SIC)¹ os conhecimentos de uma sociedade sem tentar “resgatá-la” da destruição não seria mais aceita como apropriada, tendo de ser acompanhada de posicionamentos e atividades comumente consideradas políticas. Desse modo, o atual desafio da ciência é acolher os frutos dessa tradição para integrá-los à sua prática.

É inegável que o imenso acervo de conhecimentos e tecnologia das distintas sociedades indígenas tem alto valor para a ciência ocidental e para a humanidade com um todo, pois contém modelos que duraram séculos, em uma prática que hoje seria chamada de “desenvolvimento sustentável”. Por isso, um dos principais argumentos utilizados a favor do resgate desses conhecimentos é o de que podem ser incorporados ao acervo de conhecimentos científicos ocidentais. O problema aqui, de novo, é que essa incorporação representa uma apropriação unilateral dos conhecimentos e tecnologias indígenas por parte do Ocidente, muitas vezes acompanhada pela privatização dos conhecimentos por parte de empresas biotecnológicas ou farmacêuticas e dos governos dos países do Norte (Little, p. 42, 2002).

Assim Stavenhagen, Thiollent, Brandão, Freire, Fals Borba advertem que temos de reconsiderar o nosso conceito de desenvolvimento bem como de ciência, de pesquisa, de participação e do papel do pesquisador diante da conjuntura do sistema mundo. Salhins (1997) afirma que está havendo a indigenização da modernidade. A incorporação das cosmologias e dos saberes dos povos à dinâmica do sistema mundial.

¹ Preferimos utilizar os termos afirmar, buscar, revelar no lugar de resgatar proposto por Little. A palavra significa trazer de volta o que perdeu o que não é uma regra entre os povos indígenas. Pode existir a perda, mas na maioria das vezes estão adormecidos e precisam ser acordados.

Estes povos, por sua vez, incorporam saberes desse sistema, dando-lhes novos significados e funções de acordo com a sua visão de mundo.

Para os habitantes da Região do Alto Rio Negro, a desconstrução da ideologia científica e educacional vigente, fundamentada nos pressupostos da racionalidade, da técnica, do pensamento lógico, convergente, disciplinado e comodista é condição *sine qua non* para o seu desenvolvimento.

A desconstrução desta ideologia é a resposta inicial para o desafio da autonomia em uma região com a maior diversidade cultural e lingüística do país, onde patrimônio, natureza, cultura, ciência e forças místicas que regem o universo dos vinte e três povos indígenas são indissociáveis.

Situando a questão indígena no Brasil

Todo e qualquer assunto referente aos indígenas no Brasil sempre foi tratado com muita cautela e provocou inúmeras discussões. Devido aos preconceitos racial e cultural, a sociedade ocidental criou um estereótipo para o índio, rotulando-o como indolente, preguiçoso, débil e incapaz.

Por se tratar de culturas diferentes, foram necessárias legislações específicas que tentassem direcionar as políticas indigenistas e o próprio indigenismo no país. Falar de uma política indigenista no país é falar de hipocrisia e de ações alienígenas e aleatórias, como as chamadas catequizações, aldeamentos e pacificações. Todas essas ações, de uma forma ou de outra, objetivaram direta ou indiretamente o aniquilamento das nações indígenas, quer por meio do genocídio, como se verificou no início da colonização e, mais tarde, na República com as **pacificações de tribos hostis**, quer por meio do etnocídio, com a pretensa política de integração nacional, que teve como precursor o Marechal Rondon, quer por meio da política implementada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que tinha como meta a integração dos índios à estrutura de classes no Brasil.

Desde o período colonial, a correlação de forças que permeia a discussão sobre indígenas é constantemente desfavorável para estes, pois, de um lado, estão os índios, organizações e entidades que defendem a causa indígena e, de outro, os detentores do poder político ou econômico - originário de uma ordem econômica que a todo tempo relegou a segundo plano questões sociais e culturais indígenas - quer tenha sido a Coroa Portuguesa, quer sejam hoje o Estado, empresários, madeireiras, mineradoras e políticos. Não existem fronteiras nem obstáculos para o grande capital. Todas as vezes

que algum empecilho atrapalhou o seu desenvolvimento e expansão, ele foi transposto ou exterminado.

Sempre foram paradoxais as opiniões que dividiram a sociedade envolvente, em virtude do jogo de interesses econômicos. As diversas posições surgidas de discussões, como, por exemplo, se o índio é gente ou não, se é ser humano ou não, se tem alma ou não, e sobre os direitos destes ao território ilustram bem essa situação, que não foi muito diferente em relação aos momentos que antecederam a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910.

Da época colonial até início da época republicana, pouco ou nada foi feito para regulamentar a relação entre índios e a sociedade envolvente. Neste período, a expansão de frentes pioneiras era um fator prioritário para a integração territorial. A abertura de ferrovias, as instalações de linhas telegráficas e a navegação dos rios por barcos a vapor proporcionaram, mais uma vez, novas frentes de luta contra as nações indígenas, o que descartou qualquer possibilidade de sobrevivência autônoma destas (RIBEIRO, 1977).

Ribeiro ressalta que, devido às sucessivas batalhas sangrentas entre brancos e índios - que levaram ao extermínio inúmeras nações indígenas e provocaram a morte de inúmeros imigrantes e pioneiros das frentes de expansão – a sociedade nacional, com o objetivo de assegurar o progresso e a colonização das zonas pioneiras, exigiu providências do governo no sentido de regulamentar a situação dos povos indígenas.

Os dirigentes da República viviam uma dicotomia entre o pensamento da população citadina e da população rural. A primeira tinha uma visão romântica do índio como bom selvagem, inspirada nas obras de José de Alencar e Gonçalves Dias e, com base na literatura de Rousseau e Chateaubriand, não aceitava o tratamento a ferro e fogo dado aos índios. Para a segunda, o índio era *“a fera indomada que detinha a terra virgem, era o inimigo imediato que o pioneiro precisava imaginar feroz e inumano, a fim de justificar a seus próprios olhos, a própria ferocidade”* (RIBEIRO, 1977, p.129).

A partir deste momento, a discussão sobre o indígena passou a permear os debates entre as camadas mais altas da sociedade, da imprensa, do meio científico e, em particular, do 1º Congresso Brasileiro de Geografia realizado no período de 7 a 16 de setembro de 1909, na cidade do Rio de Janeiro. Diante disto e das conferências do Marechal Rondon, que trouxeram uma outra visão do índio para a sociedade – substituição de Peri por um Nambikuara - reforçou-se ainda mais a idéia da criação de um órgão oficial para tratar dos assuntos indígenas.

Em 1910, foi criado o SPI, contudo o paradoxo não acabou. A polêmica do momento era identificar que filosofia deveria nortear as ações daquele órgão. Mais uma vez, as posições divergiram e duas correntes surgiram: uma religiosa, defendendo a catequização com base na experiência secular das missões - que até o século XIX não haviam conseguido pacificar as tribos hostis - e outra leiga, defendendo a proteção do índio pelo Estado. Para um órgão leigo, caberia uma posição leiga. Assim, o SPI nasceu com princípios positivistas, fundamentados no humanismo de Augusto Comte, que afirmavam que *“as nações indígenas uma vez libertadas de pressões externas e amparadas pelo governo, evoluiriam espontaneamente”* (RIBEIRO, *op. cit.* p.134).

Os princípios de Rondon, expressos em sua célebre frase “morrer, se preciso for, matar nunca”, nortearam o SPI até atingir o mais baixo grau de sua decadência, com o escândalo que envolveu seus funcionários em muitas outras atrocidades contra os índios, inclusive assassinatos. Em 1967, o SPI foi extinto e foi criada a Fundação Nacional do Índio para substituí-lo, cujo principal objetivo era a integração do índio à sociedade nacional e à economia de mercado, para que não representasse obstáculo à aliança feita entre militares, corporações multinacionais e instituições internacionais de crédito (BARBOSA, 1994).

As posições sempre divergiram sobre a função e objetivos da FUNAI e, mais recentemente, com a Constituição de 1988, as contradições atingiram seu auge em relação aos temas concepção de *Índio, de Terra Indígena, exploração de recursos naturais em áreas indígenas etc., e*, no momento, o Decreto 1775/96, que regulamenta a sistemática para a demarcação das terras indígenas. Todas as vezes que o fator econômico for mais importante do que os sociais e culturais para os dirigentes desta nação, existirá o paradoxo sobre qualquer assunto relacionado às nações indígenas. Um paradoxo mais econômico do que cultural.

A população indígena atualmente no Brasil é estimada em aproximadamente 734 mil índios (IBGE, 2006) remanescentes de milhões que habitavam diferentes territórios neste continente, na época da chegada dos europeus. Representam uma parcela ínfima, comparada com a população do país, hoje em torno de 180 milhões de habitantes.

Segundo Cunha (1987, p.32), *“é freqüente uma queda populacional drástica após o primeiro contato a qual, se não compromete irreparavelmente a reprodução física e cultural do grupo, costuma ser seguida por uma recuperação demográfica”*.

Mesmo em condições desfavoráveis, como epidemias, guerras, escravização e, de forma geral, pelo avanço da fronteira econômica que provocou a dizimação por

completo de várias nações indígenas, essa população vem resistindo e aumentando apesar das possibilidades postas pelo Estado e pelo capital.

Em 1982, viviam no Brasil cerca de 185 mil índios (CIMI, 1982); 234 mil em 1990 (CEDI, 1991); aproximadamente 300 mil em 1992 e de acordo com o IBGE, 2000, eram 734.131 mil indígenas no país. Em termos absolutos, a população indígena tem crescido nos últimos anos. Não é demais lembrar que os valores expressos são parciais e podem ser acrescidos, se levarmos em conta os grupos isolados e arredios da Amazônia, o que dificulta um censo preciso da população indígena.

As instituições indigenistas governamentais e não governamentais divergem em relação a números da população, povos indígenas e a quantidade de terras. De acordo com o CIMI (2006), são 850 terras indígenas existentes, 241 povos com uma população de 734.131 indígenas. Para a FUNAI (2007), 611 terras indígenas, 215 povos com uma população de 460 mil, com estimativa de 100 a 190 mil indígenas vivendo no meio urbano e para o ISA (2007), são 593 terras indígenas, 227 povos com uma população estimada em 600 mil indígenas, dos quais 480 mil são habitantes de terras indígenas e 120 mil no meio urbano.

Para o CIMI (2007), existem indígenas em 24 das 27 unidades da federação e uma grande quantidade de indígenas morando em centros urbanos, além daqueles pertencentes a povos ainda sem contato com a sociedade nacional e outros que hoje reassumem suas identidades étnicas até então ocultadas.

População Indígena no Brasil - Distribuição por Unidades da Federação*

UF	População	% do total
Acre (AC)	8.009	1,09
Alagoas (AL)	9.074	1,24
Amapá (AP)	4.972	0,68
Amazonas (AM)	113.391	15,45
Bahia (BA)	64.240	8,75
Ceará (CE)	12.198	1,66
Distrito Federal	7.154	0,97
Espírito Santo (ES)	12.746	1,74
Goiás (GO)	14.110	1,92
Maranhão (MA)	27.571	3,76
Mato Grosso (MT)	29.196	3,98
Mato Grosso do Sul (MS)	53.900	7,34
Minas Gerais (MG)	48.720	6,64
Pará (PA)	37.681	5,13
Paraíba (PB)	10.088	1,37
Paraná (PR)	31.488	4,29
Pernambuco (PE)	34.669	4,72
Piauí	2.664	0,36
Rio de Janeiro (RJ)	35.934	4,89
Rio Grande do Norte	3.168	0,43
Rio Grande do Sul (RS)	38.718	5,27
Rondônia (RO)	10.683	1,46
Roraima (RR)	28.128	3,83
Santa Catarina (SC)	14.542	1,98
São Paulo (SP)	63.789	8,69
Sergipe (SE)	6.717	0,91
Tocantins (TO)	10.581	1,44
Total	734.131	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

As nações indígenas no Brasil, com seus processos históricos distintos e tradições específicas, são bastante diversificadas entre si. Na leitura de VIDAL, esta diversidade é consequência também do contato em situações diferentes destas nações com parte da sociedade brasileira. Ilustra esta afirmação com exemplos de nações sem contato, como as do rio Cuminapaniuns, 300 Km a oeste de Santarém-PA, e outros grupos do nordeste que convivem com a população envolvente há séculos e pouco se diferenciam da população regional.

Contudo, é questionável o fato de o contato com outras sociedades e culturas poder diversificar tanto estas nações. Uma outra hipótese que pode ser considerada consiste no fato de serem nações e, portanto, terem seus costumes, hábitos e línguas diferentes.

Não se nega a relevância do processo de assimilação que vem transformando a cultura milenar destas nações durante estes 507 anos, mas o fato nos faz refletir se estas 180 nações que resistem até hoje, sem contar as que foram dizimadas, não teriam esta diversidade antes da chegada dos europeus.

Entendemos que a preservação das estruturas de organizações políticas, econômicas e sócio-culturais, conseqüentes do parco contato destas nações entre si, poderia ter causado grandes diversidades.

Terras Indígenas no Brasil (2007)

CIMI

FUNAI

Situação	N ° de terras	%	Situação	N ° de terras	%
Registradas	323	38	regularizadas	398	87,27
Homologadas	54	6,35	Homologadas	27	3,4
Declaradas	39	4,59	Declaradas	30	7,67
Identificadas	37	4,35	Delimitadas	33	1,66
A Identificar	134	15,76	Em estudo	123	----
Sem providencias	229	26,94			
Reservadas/dominiais	34	4			
Total	850	100,00		611	100,00

Terras Indígenas por Estados

UF	Reg	Hom	Dec	Ident	A Ident	Res	Sem Prov	Total
AC	24	1	1	1	9	1	2	39
AL	2	0	0	1	2	4	4	13
AM	83	26	11	9	52	0	20	201
AP	4	0	0	0	0	0	1	5
BA	9	0	2	0	5	5	4	25
CE	0	1	1	3	2	0	5	12
ES	3	1	0	0	0	0	0	4
GO	4	0	1	0	0	0	1	6
MA	13	3	0	0	1	0	0	17
MG	4	1	0	0	1	0	3	9
MT	48	1	2	5	13	1	18	88
MS	17	5	3	3	10	8	74	120
PA	24	1	7	2	25	3	20	82
PB	2	0	0	1	0	0	0	3
PE	4	1	2	0	2	2	3	14
PR	8	1	0	3	1	6	13	32
RJ	3	0	0	0	0	0	0	3
RO	16	0	1	0	1	0	17	35
RR	21	8	0	1	0	0	0	30
RS	15	1	3	2	4	0	32	57
SC	3	1	3	4	3	4	7	25
SP	9	2	1	2	1	0	5	20
SE	1	0	0	0	0	0	0	1
TO	6	0	1	0	2	0	0	9
TOTAL	323	54	39	37	134	34	229	850

Fonte: CIMI, 2007.

Vale lembrar que grande parte das demarcações de terra foram feitas erroneamente, sem acompanhamento técnico nem dos índios e sem parecer antropológico, como, por exemplo, a terra dos Kaiapó-Xikrin do Bacajá, delimitada em 1976 a partir de um simples sobrevôo da área: essa demarcação não corresponde ao habitat tradicional desta nação.

Mesmo com a regularização jurídica das terras, os índios ainda não podem usufruir por completo do seu território e de seus recursos. Em 1996, cerca de 58% destas terras estavam cobertas por concessões e pedidos de alvarás para a mineração e 13% para a construção de barragens. Segundo a FUNAI (10/93), cerca de 84% do total das áreas estavam invadidas por fazendeiros, madeireiras e garimpeiros.

De forma geral, os preceitos constitucionais no que se refere à proteção e inviolabilidade das terras indígenas estão sendo desrespeitados por grupos econômicos e políticos, incluindo o próprio Estado.

Desde o século XVII, a legislação reconhece a soberania e o direito dos índios ao território. Através das Cartas Régias de 30/07/1609 e de 10/09/1611, promulgadas por Felipe III, reconheceu-se o domínio sobre seus territórios e as terras onde estão as aldeias. Além disso, o alvará de 1º de abril de 1680 afirmava que as terras dos índios não poderiam ser afetadas pelas sesmarias e seriam isentas de qualquer tributo (CUNHA, op.cit. p.31)

Entretanto o reconhecimento da terra indígena surgiu com a Lei 6.001/73 - Estatuto do Índio que previa no seu Artigo 65 a conclusão das demarcações para 1978, o que não ocorreu, pois o governo militar preocupou-se apenas com a política de emancipação e integração dos índios à sociedade nacional, expressa na referida lei.

Embora esta lei constitua um fato histórico, ela é marcada pelo autoritarismo e pela exclusão da sociedade do processo de elaboração de políticas oficiais. Sua base de legitimidade sempre foi questionada por não ter passado por um processo de discussão, bem como terem sido ouvidos os principais interessados (os índios) e outros grupos colaboradores e oponentes, como fazendeiros, posseiros, funcionários de órgãos administrativos ou de colonização, missionários, antropólogos etc..

Dada à realidade político-social daquele momento, Oliveira Filho adverte que os motivos da imposição deste regime ao índio são o descaso da opinião pública em relação aos assuntos indígenas, a falta de organização e de discurso étnico-político pelos índios e a não aceitação pelo Estado do dissenso entre seus pares.

Segundo Oliveira Filho (1985, p.22):

O Estado não admitia o dissenso mesmo entre os grupos mais próximos ao poder, nem aceitava a intervenção de grupos subordinados na elaboração de suas políticas. O Governo e a opinião pública não viam maior repercussão nos pequenos e esporádicos conflitos ocorridos entre índios e brancos nos confins da Amazônia. Os índios até aquele momento não haviam ainda constituído formas organizativas e um discurso étnico-político que permitisse uma pressão adequada sobre o Estado

A aprovação do Estatuto do Índio pelo governo militar foi uma tentativa de melhorar sua imagem, calando os protestos externos em face das constantes denúncias de violação dos direitos humanos, como massacres de índios, divulgados pela imprensa internacional, que acusava o Estado brasileiro de omissão e de práticas etnocidas. O Objetivo era mostrar uma fase positiva do governo, preocupado em acatar as convenções internacionais e os direitos dos indígenas.

Em 2006, houve uma grande conferência em Manaus, promovida pela FUNAI para discutir o Estatuto dos Povos Indígenas, com representantes de todos os povos indígenas do Brasil, quando, pela primeira vez, foram ouvidos. O Estatuto está desde 1988 no congresso Nacional para ser reformulado, mas, até então, os principais interessados, os indígenas, não tinham sido ouvidos.

Também na Constituição Federal de 1988, no Artigo 67, do Ato das Disposições Transitórias, consta que a conclusão das demarcações deveriam ocorrer até 05/10/93, o que não se tornou fato. Entretanto um dos avanços dessa Carta foi nomear o Ministério Público Federal para defender os interesses e direitos dos índios.

As políticas implementadas pelo governo, seja federal, estadual ou municipal nas áreas da saúde, educação, produção e ambiente não têm levado em consideração o pensamento das organizações e povos indígenas no Brasil, pois o planejamento participativo não ocorre de fato. Sempre grupos identificados como “os Notáveis” (sabem tudo) continuam a decidir e definir o que é melhor para os povos indígenas sem consultá-los e desconsideram a identidade territorial e cultural do indígena.

Assim, o etnodesenvolvimento, que pode ser chamado de desenvolvimento sustentável em terras indígenas, assume o significado da autonomia dos povos indígenas sobre seus territórios para decidir sobre o presente e o futuro de acordo com a sua identidade territorial e cultural. Surge como uma alternativa de gestão territorial, desde que os projetos de desenvolvimento sustentáveis, entre eles o ecoturismo, sejam em bases comunitárias e participativas, realmente planejados, executados e gerenciados pelas organizações e povos indígenas.

Além da luta pela demarcação de suas terras, os povos indígenas hoje enfrentam outros desafios, como sobreviver na terra já demarcada e proteger seus conhecimentos e patrimônios material e imaterial da ideologia capitalista da sociedade ocidental onde tudo se transforma em mercadoria, em capital.



I

***Gestão do turismo:
Um diálogo necessário***

Originalmente nômade, o homem primitivo vivia deslocando-se e ocupava grande parte de sua vida nesta atividade; sempre em busca de lugares que lhe proporcionassem melhores condições de vida. Mas a partir do momento que trocou esta condição nômade pela sedentária, iniciou um crescente processo de desenvolvimento, passando não só a transformar o espaço, mas a dominá-lo com o avanço das técnicas.

A partir de 1945, a internacionalização da economia no mundo ocidental, por meio de investimentos feitos pelos Estados Unidos na Europa arrasada (Plano Marshall), assim como a generalização do fordismo como sistema de produção, trouxeram mercados de consumo de massa global, incrementando uma série de atividades internacionais, dentre elas, o sistema bancário e o turismo. Dessa forma, conforme Becker (1996), o meio técnico científico informacional contribui muito para o avanço do turismo como vetor econômico. A venda de paisagens, da imagem dos lugares através das redes, que permite a articulação entre o local e o espaço transnacional. Como fator econômico de desenvolvimento, o turismo, com sua face capitalista, reafirmou a natureza e a cultura como mercadorias, em capital.

A mudança de postura pela qual passa a humanidade, preocupada com os atuais quadros de degradação ambiental, fruto de ações irresponsáveis e sem planejamento, leva-nos a crer que esta seja uma das razões pela procura por locais que possuem belezas naturais pouco modificadas. Essa procura pelo descanso, busca por lugares exóticos e fuga do stress vêm sendo uma característica dessa sociedade pós-industrial, que com a redução da jornada de trabalho levou a conquista de tempo livre e melhoria da qualidade de vida por parte dos cidadãos.

Observa-se que o aumento do tempo livre, fruto da redução da jornada de trabalho, usufruído pelos cidadãos dos países do primeiro mundo, que passaram a viajar para os países de terceiro e segundo mundo, os quais começaram a organizar os mais diversos lugares turísticos, devido ao elevado potencial cultural e natural que possuem, gerando novos campos de trabalho, principalmente no setor terciário social.

Boullón (2002, p.20,37) afirma que o turismo não é uma indústria com ou sem chaminé, e o situa como pertencente ao setor terciário, sendo uma consequência de um fenômeno social cujo ponto de partida é a existência do tempo livre e dos sistemas de transporte (progresso da navegação e a invenção da ferrovia, do automóvel e do avião). Não nasceu de uma teoria, mas de uma realidade, de uma prática que surgiu espontaneamente em que a iniciativa privada, primeiro, e o poder público, depois, resolveram as necessidades dos viajantes ao incorporar cada vez mais um grande

numero de serviços destinados a melhorar o conforto do turista e a multiplicar suas oportunidades de lazer, dando origem a uma trama de relações que caracterizam seu funcionamento denominado por ele de sistema e por outros (CASTELLS, 2002) de rede.

O fato de o turismo não ser uma ciência, mas um fenômeno social estudado por várias ciências das mais diversas áreas do conhecimento faz com que cada uma delas crie suas próprias terminologias e linguagens que acabam por promover uma confusão dos termos bem como dificultar o planejamento do turismo. Entretanto Boullón (2002, p.17-18) adverte que, no mínimo, os autores ou profissionais devem esclarecer os critérios de categorização nas definições dos termos técnicos com que trabalham.

O Ministério do Turismo (2005, p.3), em uma versão preliminar, não revisada, do documento intitulado “Segmentação do Turismo. Conceitos”, fundamenta-se na definição de turismo estabelecida pela Organização Mundial de Turismo, adotada oficialmente pelo Brasil: *“turismo é uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações – compra e venda de serviços turísticos – efetuados entre os agentes econômicos do turismo, gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por quaisquer motivos, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita”*.

Também apresenta uma tipologia do turismo, entendendo como segmentação *“uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento e gestão e, principalmente, mercadológico. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir de elementos da identidade da oferta e das características e variáveis da demanda”*².

Conforme o documento, a segmentação da oferta define tipos de turismo³, cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

² Características da Demanda – determinam as alterações no volume e na qualidade da demanda:

- Elasticidade: vulnerabilidade em relação a mudanças na estrutura dos preços e nas diversas condições econômicas
- Sensibilidade: vulnerabilidade em relação a condição sócio-políticas
- Sazonalidade: dependência das épocas de temporadas (férias, feriados etc.), estações e condições climáticas.

Variáveis da demanda:

- Fatores Demográficos: idade, sexo.
- Fatores Sociológicos: crenças religiosas, profissão, estado civil, formação educacional, nível cultural.
- Fatores Econômicos: renda
- Fatores Turísticos: transporte e alojamento utilizado, destinos preferidos, objetivo e duração da viagem, atividades de entretenimento.

³ Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo de Pesca etc.

- atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé)
- aspectos e características territoriais (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais)
- determinados serviços e infra-estrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer)

A segmentação da demanda é definida pela identificação de certos grupos de consumidores⁴ caracterizados a partir das suas especificidades em relação a alguns fatores que determinam suas decisões, preferências e motivações, ou seja, a partir das características e das variáveis da demanda.

Os produtos e roteiros turísticos, de modo geral, são definidos em função da oferta (em relação à demanda), de modo a caracterizar segmentos turísticos específicos. Assim, as características dos segmentos de oferta é que determinam a “cara” do roteiro, ou seja, a sua identidade, e embasam a estruturação dos produtos potenciais. Esta identidade principal, no entanto, não significa que o roteiro só pode apresentar e oferecer produtos relacionados a apenas um segmento - de oferta ou de demanda.

Diante desta base conceitual, o Ministério do Turismo dividiu o turismo em: Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo Social, Turismo de Sol e Mar, Turismo de Negócios e Eventos e Turismo de Estudos e Intercâmbio.

O Ministério do Turismo, com a definição da segmentação do turismo, confirma a tese de Boullón (op.cit) de que este esclarecimento conceitual deve ser feito pelas instituições governamentais e não governamentais para melhor planejá-lo e direcioná-lo.

Entretanto, todas as definições e, principalmente, a de turismo, propostas pelo Ministério do Turismo (2005) apontam para um único caminho, o do mercado. Tudo é definido a partir da oferta, consumo, mercado e demanda. O Turismo é conceituado como atividade econômica e não mais como uma atividade social, como definiu Boullón, De La Torre e Yázigi, o que pode ocasionar ainda mais a mercantilização da cultura e impactos indesejáveis quando desenvolvidos em comunidades tradicionais e indígenas onde a preocupação com a cultura e a tradição é fundamental.

A ausência de clareza na concepção de terminologias, como turismo de natureza e turismo cultural, turismo indígena, etnoturismo, turismo étnico e ecoturismo indígena,

⁴ Adolescentes, Idosos, Pessoas com Deficiência, Grupos Familiares, Grupos Religiosos e inúmeros outros grupos de consumidores.

têm dificultado o planejamento da atividade turística pelos povos indígenas e em terras indígenas.

Faz-se necessário esclarecer que nos fundamentamos no conceito de turismo de Boullón, Yázigi e De la Torre. Yazigi (1996) define turismo “como um fenômeno social pelo qual as pessoas ou grupos se deslocam com várias finalidades, necessitando de um meio geográfico motivador, equipamentos técnicos e culturais”. De acordo com De la Torre (1992, p. 19) “turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento temporário de indivíduos ou grupos de pessoas fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”.

Didaticamente, distinguimos três segmentos de turismo a partir dos conceitos de *patrimônio natural e cultural* e de *paisagem natural e cultural* cujo sentido, após uma análise associativa, se aproximam um do outro, orientam as definições de turismo de natureza, cultural e ecoturismo. O fator utilizado além das categorias é o tipo de atrativo motivador e de interesse que leva uma pessoa ou um grupo de pessoas a viajarem.

Não pretendemos aqui fazer uma análise aprofundada sobre os conceitos de paisagem e patrimônio, mas apenas esclarecer de maneira sumária as definições dos segmentos de turismo.

Patrimônio natural + paisagem natural = turismo de ou na natureza

Patrimônio cultural + paisagem cultural = turismo cultural

Patrimônio natural + paisagem natural + Patrimônio cultural + paisagem cultural
= ecoturismo

De acordo com Herbert (1989), “ El patrimonio puede definirse, en el sentido más amplio, como todos los vestigios, ya sean tangibles o intangibles, del pasado. Incluye al paisaje natural, el medio construido, labores culturales, idioma, creencias religiosas y tradiciones culturales. Sin embargo el patrimonio cultural incluye, además, a los sitios arqueológicos y los museos, los tesoros artísticos, tradiciones musicales, costumbres, folklore, celebraciones, actividades religiosas, costumbres sociales, patrones agrícolas, e incluso a la propia población local”.

Para Azevedo (2003), o patrimônio pode ser classificado em três grandes categorias: **patrimônio natural** que arrola os bens da natureza; **patrimônio cultural**, que se refere ao conhecimento, técnicas e o saber fazer, assim como a sua produção,

onde está inscrito o patrimônio construído e documental e, finalmente, o **patrimônio que compõe a memória social**.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, patrimônio natural são formações físicas, biológicas ou geológicas consideradas excepcionais, habitats animais e vegetais ameaçados, e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético.

A Constituição Brasileira de 1988 define Patrimônio Cultural Brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Conforme Milton Santos (1997), paisagens são arranjos e formas de um determinado momento resultantes de processos passados ocorridos em estruturas subjacentes que ao refletirem a diversidade destas estruturas, revelam suas diferentes formas naturais e artificiais. Afirma ainda que a forma é um resultado de um fator social o que significa dizer que, enquanto arranjos de formas, são dialeticamente, produtos e agentes do processo de produção do espaço. Assim, podemos dizer que a paisagem é um arranjo de formas naturais a qual podemos definir como paisagem natural e de formas antrópicas que, de maneira simples, podemos denominar de paisagem cultural.

Entendemos como Turismo de ou na Natureza, o tipo de turismo que utiliza o patrimônio natural como rios, fauna, flora, montanhas, vales etc, como atrativo principal e nem sempre de forma sustentável. O principal interesse ou atrativo do turista é a paisagem natural ou o patrimônio natural. Pode ser ecológico, quando utiliza o patrimônio natural e/ou a paisagem natural de forma racional, para ser admirado com vistas à educação ambiental, sem priorizar o envolvimento da comunidade local.

Até o momento, o turismo de ou na natureza vem sendo frequentemente, de forma equivocada, denominado como ecoturismo.

Até os anos 1970 a palavra *ecoturismo* não existia e muito menos os princípios que hoje ela representa, apesar da existência de vários viajantes naturalistas como Humboldt e Darwin, cujas experiências foram esporádicas e não produziram benefícios

socioeconômicos e sim científicos. Desta forma, podemos dizer que o ecoturismo sempre existiu como contemplação da natureza. Somente com o advento da viagem aérea a jato e dos documentários televisivos sobre a natureza e questões ligadas à conservação do ambiente e a re-valorização da natureza diante das tragédias ambientais promovidas pela industrialização predatória é que passou a ser um fenômeno característico do final do século XX.

Muitas confusões pairam sobre a origem do termo e sobre o próprio conceito de ecoturismo. Alguns como Orams (1995) e Hvenegaard (1994) afirmam que remonta ao final dos anos 1980, enquanto Higgins (1996) sugere que remonta aos anos 1970, através do trabalho sobre ecodesenvolvimento de Miller (1989).

Outra vertente da literatura aponta Ceballos-Lascuráin como o primeiro a usar o termo no início dos anos 1980, o qual definiu ecoturismo como “viajar para áreas naturais relativamente não perturbadas nem contaminadas com o objetivo específico de estudar e admirar o cenário e seus animais e plantas selvagens assim como quaisquer manifestações culturais (passadas e presentes) encontradas nestas áreas” (Boo, 1990).

Uma outra idéia é apresentada por Fennel (2002), acenando que Hetzer, em 1965, utilizou o termo para explicar a relação entre turistas, meio ambiente e culturas num processo de interação. Identificou quatro pilares para a realização de uma forma mais responsável de turismo, como: impacto ambiental mínimo; impacto mínimo em – e respeito máximo às – culturas anfitriãs; máximos benefícios econômicos as comunidades de base do país anfitrião e participação recreacional máxima para os turistas participantes e acrescenta que o desenvolvimento do conceito de ecoturismo cresceu na convergência da insatisfação com o enfoque negativo de governos e sociedade ao desenvolvimento de um ponto de vista ecológico.

Na definição de Wallace e Pierce (1996, p.848), o ecoturismo é:

A viagem a áreas naturais relativamente intocadas, para o estudo, o divertimento, ou a assistência voluntária. É a viagem em que há preocupação com a flora, a fauna, a geologia e os ecossistemas de uma área, assim como com as pessoas (guardiãs) que vivem nas vizinhanças, suas necessidades, sua cultura e seu relacionamento com a terra. [...] encara as áreas naturais como “a casa de todos nós” num sentido global (“eco” significando “casa”), mas também especificamente a “casa dos habitantes das vizinhanças”. Ele é visto como uma ferramenta para a conservação e o desenvolvimento sustentável – especialmente nas áreas onde a população local é solicitada a abrir mão do uso predatório dos recursos naturais em favor de outros tipos de uso.

Os autores acima sugerem que esse turismo pode ser considerado o verdadeiro ecoturismo se forem observados os seguintes princípios:

- Vincula-se a um tipo de uso que minimiza os impactos negativos no meio ambiente e na população local;
- Aumenta a consciência e a compreensão em relação aos sistemas naturais e culturais da área e o conseqüente envolvimento dos visitantes nas questões que afetam esses sistemas;
- Contribui à conservação e à gestão de áreas legalmente protegidas e outras áreas naturais;
- Maximiza a participação prévia e a longo prazo da população local nas decisões que determinam o tipo e a quantidade de turismo a ser implantado;
- Direciona os benefícios econômicos e outros tipos de benefício à população local, que pode assim complementar a renda decorrente das práticas tradicionais em vez de eliminar ou substituí-las (a agricultura, a pesca, os sistemas sociais etc);
- Oferece oportunidades especiais para a população local e os funcionários do turismo na natureza de utilizarem e visitarem as áreas naturais e aprenderem mais sobre aquelas maravilhas que os outros visitantes vêm conhecer.

Na interpretação de Crosby e Moneda (1996), o ecoturismo é o

segmento turístico em que a paisagem é a principal variável como ponto de confluência dos fatores ambientais e antrópicos. O objetivo é a integração do visitante com o meio natural e humano, e a população local participa dos serviços prestados aos turistas. O ecoturismo prioriza a preservação do espaço natural em que é realizado e seu projeto contempla a conservação antes de qualquer outra atividade. O termo “ecoturismo” está estritamente vinculado ao conceito de turismo verde, não sendo incorreta a identificação. A diferença, mais que conceitual, é histórica, no sentido de que turismo verde é uma terminologia anterior ao ecoturismo e atualmente muito menos utilizada.

O termo *ecoturismo* surge no Brasil no final dos anos 1980, seguindo a tendência mundial de valorização dos espaços naturais e, oficialmente em 1994 por meio da publicação das *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* elaborado pela EMBRATUR e Ministério do Meio Ambiente.

Até o início dos anos 1990, o ecoturismo no Brasil era concebido como turismo ecológico e a partir de 1994 passou a denominar-se ecoturismo sendo “um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural,

incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Ministério do Turismo, 2005).

Esta conceituação da EMBRATUR é referência para o Ministério do Turismo e para o país atualmente. Porém, o Ministério do Turismo (2005) esclareceu suas concepções sobre as seguintes expressões:

Segmento da atividade turística

A segmentação do turismo, embora possa ocorrer por diversos elementos e fatores, é definida a partir das características da oferta, em função da motivação do turista e em relação à atitude do prestador de serviços, da comunidade receptora, sob os seguintes aspectos:

Utilização sustentável do patrimônio natural (UNESCO) e cultural (Constituição Federal do Brasil, 1988)

A prática do Ecoturismo pressupõe a utilização sustentável dos destinos turísticos. O conceito de sustentabilidade, embora de difícil definição, refere-se ao “*desenvolvimento capaz de atender às necessidades da geração atual sem comprometer os recursos para a satisfação das gerações futuras*”⁵. Em uma abordagem mais ampla, visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. Utilizar o patrimônio natural e cultural de forma sustentável representa a promoção de um turismo “*ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente eqüitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas*” (OMT, 2005).⁶

Incentivo à conservação do patrimônio natural e cultural e busca de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente

Esse tipo de turismo pressupõe atividades que promovam a reflexão e a integração homem e ambiente, em uma inter-relação vivencial com o ecossistema, com os costumes e a história local. Deve ser planejado e orientado, visando o

⁵ Conceito de Desenvolvimento Sustentável - World Commission on Environment and Development, 1987.

⁶ Conceito de Turismo Sustentável da Organização Mundial do Turismo - OMT, 1995.

envolvimento do turista nas questões relacionadas à conservação dos recursos que se constituem patrimônio.

Promoção do bem-estar das populações

A distribuição dos benefícios resultantes das atividades ecoturísticas deve contemplar, principalmente, as comunidades receptoras, de modo a torná-las protagonistas do processo de desenvolvimento da região.

Na visão governamental, esta definição parte da preocupação em zelar por todas as manifestações culturais e possibilitar a integração dos processos de efetivação do ecoturismo, gerando melhorias às condições de vida de todos os envolvidos que não são somente os turistas, mas, principalmente, os receptores dos lugares, as comunidades envolvidas.

O ecoturismo, de acordo com a Ecotourism Society (1993), pode promover os seguintes impactos:

Impactos Econômicos:

Positivos (desejáveis)

- Geração de empregos e oportunidades;
- Diversificação da economia;
- Desenvolvimento regional;
- Melhor distribuição da renda;
- Aumento da renda tributária;
- Melhoria da infra-estrutura e da qualidade de vida.

Negativos (indesejáveis)

- Transformação das ocupações profissionais/desterritorialização;
- Impactos sobre a estrutura e distribuição da renda (concentração de renda – turismo somente para grandes empresários);
- Desvio dos benefícios econômicos.

Impactos socioculturais:

Positivos:

- Conservação do patrimônio cultural, material e imaterial;

- Reafirmação e valorização da identidade cultural;
- Intercâmbio cultural;
- Qualificação e valorização dos recursos humanos locais

Negativos:

- Comercialização e perda da autenticidade das manifestações culturais (artes, músicas, danças, artesanatos);
- Transformação da identidade cultural mediante influência de outras culturas no estilo de vida tradicional;
- Degradação do patrimônio cultural arqueológico, histórico e arquitetônico;
- Modificações no padrão de consumo da população local, despertando necessidades econômicas até então desconhecidas;
- Má prestação de serviços em função da desqualificação dos recursos humanos;
- Aumento da população residente e sazonal;
- Aumento de problemas sociais, como drogas, prostituição e criminalidade.

Impactos ambientais

Positivos:

- Conservação e proteção de áreas naturais importantes;
- Criação de áreas protegidas (unidades de conservação)
- Conservação de sítios arqueológicos e históricos;
- Melhoria da infra-estrutura básica urbana;
- Aumento da consciência ambiental.

Negativos:

- Degradação ambiental (poluição – água, ar, sonora, visual e desmatamento);
- Problemas com saneamento básico;
- Problemas relativos ao uso e à ocupação do solo – ocupação desordenada.

Mesmo assim, para designar ecoturismo, aparecem denominações as mais diversas possíveis, como *turismo sustentável*, *turismo responsável*, *turismo alternativo* e mesmo, *turismo ecológico* e todas as definições supracitadas das mais variadas vertentes apontam para um denominador comum o ecoturismo como sendo de natureza

cujo principal atrativo é a natureza, embora, em algumas conceituações, envolva o patrimônio e o atrativo cultural.

Após estudos, leituras da literatura nacional e internacional e principalmente por meio de observações e análises de experiências, sempre sob a luz do olhar geográfico, numa perspectiva cultural, entendemos que o ecoturismo não poderia ser classificado como de natureza ou na natureza, pois o interesse do ecoturista, ou melhor, o principal atrativo que o motiva à viagem não é somente o natural.

O ecoturista quer conhecer a cultura dos povos do lugar, quer saber mais sobre a interação destes com a natureza e não se contenta apenas em admirar a bela paisagem. Quer também certificar que este patrimônio, seja natural ou cultural, como costuma dividi-lo a ciência ocidental, está sendo utilizado de maneira sustentável, quer conservá-lo para gerações futuras ao mesmo tempo em que se preocupa com os impactos desejáveis e indesejáveis que esta atividade pode exercer sobre as comunidades locais, principalmente as tradicionais. Podemos dizer que o ecoturista tem um perfil diferente do turista comum. É responsável e respeita o ambiente e a cultura. Para ele o ecoturismo representa, antes de tudo, um intercâmbio de conhecimentos, uma vez que acredita viver na era da sociedade do conhecimento,

Sobretudo, o ecoturismo tem que utilizar como atrativo para ser ecoturismo tanto o patrimônio natural quanto o cultural. Não há como dissociá-los, mas sim uni-los, integrá-los, conforme a visão dos povos indígenas do Alto Rio Negro que consideram o natural e o cultural patrimônio único, sem divisões. Patrimônio, para eles, “é tudo que é nosso, que temos de valor, a nossa riqueza. Tudo que está na terra e na cultura”. Mani Yé, na língua tukano.

Assim, o ecoturismo não pode ser denominado como turismo de natureza e nem cultural porque, na verdade, é a convergência dos dois e com caráter comunitário pautado no planejamento participativo. Apresenta-se como uma terceira vertente (segmento) do turismo. Diante disso, definimos *ecoturismo* como o turismo planejado que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural, proporcionando melhoria das condições de vida da população envolvida sem causar impactos indesejáveis à mesma (FARIA, 2000).

Entendemos como envolvimento das comunidades a participação efetiva em todo o processo de planejamento, gestão e execução do ecoturismo por meio da

capacitação e formação, permitindo assim a melhoria em suas condições de vida e exercício de sua autonomia sobre sua realidade natural e cultural.

Geralmente, o ecoturismo é confundido com turismo ecológico ou qualquer atividade turística que utiliza o patrimônio natural como atrativo, como, por exemplo, atividades desenvolvidas por hotéis de selva ou na selva.

Mas para ser ecoturismo alguns princípios básicos devem ser considerados:

- O Atrativo ecoturístico deve ser o patrimônio natural e cultural utilizado de forma integrada;
- Utilização sustentável e conservacionista dos atrativos;
- Envolvimento da comunidade (planejamento e gestão participativa e comunitária das atividades ecoturísticas);
- Forma ideal de funcionamento em pequenos grupos, respeitando a capacidade de carga e de suporte;
- Valorização (formação e capacitação) dos recursos humanos locais;
- Conservação e valorização das atividades tradicionais do lugar;
- Respeito à identidade cultural e territorial do lugar.

Definir o turismo cultural e suas modalidades etnoturismo e étnico é necessário para compreendermos melhor o turismo indígena e, posteriormente, ecoturismo indígena.

Tudo o que é feito pelo homem constitui o patrimônio cultural e/ou a paisagem cultural, portanto o Turismo Cultural é aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem. Pode ser dividido em histórico, gastronômico, folclórico, etnoturismo (indígena e étnico) religioso, esportivo etc.

Etnoturismo é um tipo de turismo cultural que utiliza como atrativo a identidade, a cultura de um determinado grupo étnico (japoneses, alemães, ciganos, indígenas etc.). O turismo indígena e o étnico podem ser um dos tipos do etnoturismo.

O turismo cultural se definiria “em termos de situações em que o papel da cultura é contextual, [...] está para moldar a experiência do turista de uma situação em geral, sem um foco particular sobre a singularidade de uma identidade cultural específica” (WOOD, 1984, p.361).

O Ministério do Turismo (2005), após discussões do Grupo Técnico Temático – GTT de Turismo Cultural, no âmbito da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional do Turismo, entendendo que a interação turismo e cultura é condição

primordial para o direcionamento das políticas públicas integradas entre esses dois setores, definiu que turismo cultural

compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

O Turismo étnico é definido por Swain (1989) como o “tipo de turismo que se refere ao *marketing* das atrações turísticas inspiradas no modo de vida indígena”, enquanto para Wood (op.cit.p. 361) “Turismo étnico poderia ser definido pelo seu foco direto sobre pessoas vivendo uma identidade cultural cuja singularidade está sendo comprada por turistas”.

Nas definições de Swain e Wood, o ponto comum reside na mercantilização da cultura e da identidade, sendo que a primeira sugere que só ocorreria com sociedades indígenas e a segunda em diversas manifestações de identidades étnicas.

O turismo étnico, citado acima, acaba por banalizar a cultura, transformando-a em produto de massa e mercantilizando os indivíduos em sua coletividade. No turismo étnico, o nativo não está simplesmente lá para servir as necessidades do turista; está ele mesmo “em exposição”, um espetáculo vivo a ser recrutado, fotografado (VAN DEN BERGHE, 1984, p.345).

Ainda na opinião de Van Den Berghe (1994, p.10), o “turismo étnico representa a última onda de expansão do capitalismo explorador para a mais remota periferia do sistema mundial [...]. Povos do Quarto Mundo que foram primeiro repelidos para regiões de refúgio – as ‘reservas nativas’ dos colonizados – estão agora sendo ‘redescobertos’ como um recurso – e é justamente dessa forma que indígenas sob “extrema marginalização” se tornaram “uma atração turística primordial para afluentes viajantes do Primeiro Mundo em busca do outro primitivo, autêntico” (VAN DEN BERGHE, 1995, p.571).

Embora este tipo de turismo étnico, criticado por Van Den Berghe, ainda seja majoritário no mundo, o Ministério do Turismo definiu que o “Turismo Étnico constitui-se das atividades turísticas decorrentes da busca de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos”, opondo-se a idéia da mercantilização da cultura e dos grupos étnicos.

Nesse tipo de turismo, o turista busca estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, essas atividades articulam-se com uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados. (Ministério do Turismo, 2005, p.11).

Na nossa concepção, o turismo étnico é inspirado na diversidade étnica dos povos com suas identidades específicas, sendo desenvolvido não exclusivamente por eles, ou seja, ainda ocorre a representação destas identidades étnicas por outros grupos da sociedade nacional, fato que justificaria, em parte, o caráter comercial da atividade. Também não é desenvolvido prioritariamente pelos povos indígenas, pois de forma equivocada a sociedade nacional ainda relaciona o prefixo “*etno*” apenas aos povos indígenas, esquecendo que no Brasil existem outras nações e identidades étnicas reconstruídas, como os quilombolas, italianos, alemães, pomeranos etc...

No turismo étnico realizado sob a inspiração da cultura indígena, por alguns grupos da sociedade nacional, o povo indígena representado deveria ter participação no processo de gestão ou no recebimento de *royalties* (ao respectivo povo), pois se trata de um patrimônio cultural de propriedade coletiva que estará sendo usado. Para isso, as organizações indígenas, com o apoio da FUNAI, deveriam registrar devidamente seu patrimônio cultural material e imaterial junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão governamental ligado ao Ministério da Cultura.

O turismo indígena, como o nome sugere, é o turismo desenvolvido nos limites das terras indígenas ou fora deles com base na identidade cultural e no controle da gestão pelo povo/comunidade indígena envolvida. Dessa forma, não concordamos com Swain (1989) que define turismo indígena como “tipo de turismo que teria suas bases na terra e na identidade cultural do grupo, controlado por ele”, especificamente no que se refere a parte “*teria suas bases na terra*” pelo fato de que muitos povos indígenas não querem essa atividade dentro de suas terras, mas querem divulgar suas culturas como valorização da identidade e algum ganho econômico, sem mercantilizá-la, fora dos limites da terra indígena.

O fato de povos e comunidades indígenas desenvolverem atividades turísticas fora dos limites de suas terras não desqualifica o tipo de turismo e nem os valores culturais ou sua identidade, pois a cultura e a identidade permanecem com eles. Pode ser realizado nos núcleos populacionais, meio urbano ou rural, de modo que não afete negativamente a cultura dos povos e comunidades envolvidas por meio de várias

estratégias que deverão ser pensadas e planejadas junto com a comunidade, técnicos, entidades indígenas, indigenistas e ambientalistas.

Denominamos *ecoturismo indígena* o ecoturismo promovido dentro dos limites das terras indígenas através do planejamento/gestão participativa e comunitária, respeitando os valores sociais, culturais e ambientais dos diferentes povos envolvidos em que a comunidade é a principal beneficiada. Diante disso, o ecoturismo é a modalidade turística mais adequada a ser desenvolvida nas terras indígenas, tendo em vista o planejamento e gestão participativa e comunitária dos povos/comunidade indígena envolvida, pois respeita e valoriza a organização sociopolítica e cultural milenar dos povos, ao mesmo tempo em que promove a interação entre natureza e comunidade em bases sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural indígena, proporcionando melhoria na qualidade de vida minimizando os impactos indesejáveis à sua territorialidade, pois passam a controlar os instrumentos de transformação da sociedade vigente.

Não descartamos que o turismo indígena ou ainda na modalidade do ecoturismo indígena tenha seu lado comercial. A diferença está na essência, na finalidade e contexto em que é planejado e desenvolvido. Isto nos leva a refletir como uma atividade da sociedade ocidental, com esta dimensão comercial e capitalista, poderá ser inserida e apropriada pelos povos indígenas sem que percam o respeito como seres étnicos, enquanto povo afirmando seus valores culturais na era do capitalismo pós-moderno, com a sociedade em rede e de economia flexível que afeta todos os aspectos da vida cotidiana.

1.1 – Cultura, território, territorialidades e planejamento do turismo.

O que difere um lugar do outro é a forma de ocupação e os atores sociais engajados nesse processo que produzem o espaço de acordo com seus costumes, valores, tradições, ou seja, a cultura.

Com tantas escolas e definições sobre cultura e território, fundamentamo-nos em Geertz e Salhins que compreendem a cultura como sistemas simbólicos, associando com a concepção de território de Haesbart, construído a partir da apropriação (simbólico-cultural) do espaço pela comunidade/povo.

A relação entre eles é evidente, completam-se para o enfoque teórico que pretendemos dar ao longo da análise sobre o turismo em terras indígenas e sobre a identidade que os lugares têm e que devem ser observadas para o planejamento do turismo.

O turismo é um fator de transformação do espaço a partir do momento que passa a ser objeto de apropriação e consumo deste. O espaço é transformado em lugares turísticos e em territórios turísticos (CRUZ, 2000), muitas vezes, sem levar em consideração a cultura e a identidade do lugar no seu planejamento.

Neste sentido, Yázigi (2002) empregou o termo *personalidade* para afirmar que os lugares têm uma identidade, uma alma. Para ele, personalidade é a nominação do conjunto de incontáveis identidades que se reúnem num lugar, que na vida cotidiana. É entendida também como relações sociais, instituições, arquitetura, urbanismo e toda cultura material; costumes, memórias, histórias, mitos, linguagens, biosfera ou, dito de outra forma, um conjunto de características materiais e imateriais que marcam um espaço geográfico, fruto da relação do homem com o meio.

A associação dialética entre cultura e território resulta na territorialidade. Esta territorialidade cria uma identidade específica para cada lugar.

A identidade do lugar, quando negligenciada pelo planejamento, perde a essência, a força vital e, por outro lado, quando considerada, pode ser um fator de resistência às forças aplainadoras da globalização (YÁZIGI, 2002, p.30-41).

Mas, como falar de identidade do lugar diante de um mundo onde o multiculturalismo é cada dia mais afirmado? Ao contrário de que muitos afirmaram a idéia de que o mundo está se transformando numa aldeia ou numa cultura global única ainda não foi totalmente aceita pela humanidade.

A cada dia, movimentos e diferenças étnicas e culturais se acirram e explodem pelo mundo. A beleza e a riqueza da sociodiversidade está nesta diversidade cultural do mundo.

De acordo com Junqueira (1991, p.18-21), os fatores que podem causar a diversidade das culturas são de muitas ordens e podem, também, se combinar de forma variada. Isolamento geográfico, características particulares do meio, dinâmica da relação com culturas vizinhas, entre outros, possibilitam a compreensão de aspectos isolados, mas não são suficientes para sustentar uma explicação global. Dessa forma, os povos podem se multiplicar tanto quanto as tradições criadas e desenvolvidas para orientarem os modos de agir, de pensar e comunicar. E a partir da experiência de cada povo, de cada sociedade, que culturas próprias florescem estimuladas pela criatividade que imprimiu rica diversidade aos estilos de vida da humanidade.

Em antropologia, convencionou-se designar cultura como os padrões de comportamento, as instituições, os valores materiais e espirituais de um povo, que são elaboradas e modificadas no decorrer da história de uma sociedade (JUNQUEIRA, op.cit, p. 17).

Roger Kessing, em seu artigo “Theories of Culture”, citado por Laraia (2003, p. 59-63), classifica as tentativas modernas para obter uma precisão conceitual de cultura em duas vertentes, uma neo-evolucionista e outra idealista.

A Cultura, como sistemas adaptativos, difundida pelos neo-evolucionistas, como Leslie White, foi reformulada criticamente por Sahlins, Harris, Carneiro, Rapaport, Vayda que, apesar de fortes divergências que apresentam entre si, concordam que:

a) Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante;

b) Mudança cultural é primariamente um processo de adaptação equivalente à seleção natural. (O homem é um animal e, como todos os animais, deve manter uma relação adaptativa com o meio circundante para sobreviver). Embora ele consiga essa adaptação através da cultura, o processo é dirigido pelas mesmas regras de seleção natural que governam a adaptação biológica;

c) “A tecnologia, a economia de subsistência e os elementos da organização social, diretamente ligadas à produção, constituem o domínio mais adaptativo da

cultura. É neste domínio que começam as mudanças adaptativas que depois se ramificam;

d) “os componentes ideológicos dos sistemas culturais podem ter conseqüências adaptativas no controle da população, da subsistência, da manutenção do ecossistema etc”.

As teorias idealistas de cultura se subdividem em três diferentes abordagens:

- Cultura como sistema cognitivo, produto dos chamados “novos etnógrafos”. Esta abordagem antropológica tem se distinguido pelo estudo dos sistemas de classificação de *folk*, isto é, a análise dos modelos construídos pelos membros da comunidade a respeito do seu próprio universo. Para W. Goodenough citado por Geertz (1978, p. 21), cultura é um sistema de conhecimento, “consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade”. Kessing comenta que se a cultura for assim concebida, ela fica situada epistemologicamente no mesmo domínio da linguagem, como um evento observável. Daí o fato de que a antropologia cognitiva tem se apropriado dos métodos lingüísticos, como, por exemplo, a análise componencial.
- Cultura como sistemas estruturais, desenvolvida por Claude Lévi-Strauss, que define cultura como um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana. O seu trabalho tem sido o de descobrir na estrutura dos domínios culturais – mito, arte, parentesco e linguagem – os princípios da mente que geram essas elaborações culturais.
- Cultura como sistemas simbólicos, desenvolvida por Clifford Geertz e David Schineider. Geertz busca uma definição de homem baseada na definição de cultura. Para isso, refuta a idéia de uma forma ideal de homem, decorrente do Iluminismo e da Antropologia clássica, perto da qual as demais eram distorções ou aproximações, e tenta resolver o paradoxo de uma imensa variedade cultural que contrasta a unidade da espécie humana. Para isso, a cultura deve ser considerada “não como um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (o que os técnicos de computadores chamam programa) para governar o comportamento” (GEERTZ, op.cit. p.56). Assim para Geertz, todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa e este programa é o que chamamos de *cultura*.

E esta formulação – que consideramos uma nova maneira de encarar a unidade da espécie – permitiu a Geertz afirmar que “um dos mais significativos fatos mais significativos a nosso respeito pode ser, finalmente, a constatação de que todos nascemos com um equipamento para viver mil vidas, mas terminamos no fim tendo vivido uma só” (GEERTZ, op.cit.57). Em outras palavras, a criança está apta ao nascer a ser socializada em qualquer cultura existente. Esta amplitude de possibilidades, entretanto, será limitada pelo contexto real e específico onde de fato ela crescer.

Kessing mostra que Geertz considera a abordagem dos novos etnógrafos como um formalismo reducionista e espúrio, porque aceitar simplesmente os modelos conscientes de uma comunidade é admitir que os significados estão na cabeça das pessoas. E para Geertz, os símbolos e significados são partilhados pelos atores (membros do sistema cultural) entre eles, mas não dentro deles. São públicos e não privados. Cada um de nós sabe o que fazer em determinadas situações, mas nem todos sabem prever o que fariam nessas situações. Estudar a cultura é, portanto, estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura.

O ponto de vista de Schineider, citado por Laraia (2003), sobre cultura está claramente expresso em sua introdução do livro *American Kinship: A Cultural Account*, define cultura como um sistema de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento em que o status epistemológico das unidades ou ‘coisas’ culturais não depende de sua observabilidade: mesmo fantasmas e pessoas mortas podem ser categorias culturais.

Quanto a mudanças nas sociedades indígenas, Laraia (2003, p.95) afirma:

A resposta de um antropólogo seria diferente de um leigo. O espaço de quatro séculos seria suficiente para demonstrar que a sociedade indígena mudou, porque os homens ao contrário das formigas têm a capacidade de questionar os seus próprios hábitos e modificá-los. O antropólogo concordaria também que as sociedades indígenas isoladas têm um ritmo de mudança menos acelerado do que de uma sociedade complexa, atingida por sucessivas inovações tecnológicas. Esse ritmo indígena decorre do fato de que a sociedade está satisfeita com muitas de suas respostas ao meio e que são resolvidas por suas soluções tradicionais. Mas esta satisfação é relativa: muito antes de conhecer o machado de aço, os nossos indígenas já tinham consciência da ineficácia do machado de pedra. Por isto o nosso machado representou um grande item na atração dos índios.

No *Manifesto sobre Aculturação*, resultado de um seminário realizado na Universidade de Stanford, em 1953, os autores afirmam que “qualquer sistema cultural

está num contínuo processo de modificação. Assim sendo, a mudança que é inculcada pelo contato não representa um salto de um estado estático para um dinâmico, mas, antes, a passagem de uma espécie de mudança para outra. O contato, muitas vezes, estimula a mudança mais brusca, geral e rápida que as forças internas” (LARAIA. op. cit. p.95-96).

De acordo com Laraia, existem dois tipos de mudança cultural:

- Interna, resultante do próprio sistema cultural, onde a mudança é lenta, quase imperceptível para o observador que não tenha o suporte de bons dados diacrônicos. O ritmo, porém, pode ser alterado por eventos históricos, tais como uma catástrofe, uma grande inovação tecnológica ou uma dramática situação de contato.
- Externa, resultada do contato de um sistema cultural com outro, que pode ser mais rápido e brusco, o que ocorre na maioria das sociedades humanas.

Laraia (op. cit, p.101) conclui afirmando que cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir.

A cultura, assim como o espaço, o território, não é estática. Tudo se modifica e se transforma numa relação dialética. São frutos das continuidades e descontinuidades de processos históricos pelos quais passam as sociedades.

Marshall Sahlins (2003) evidencia que a cultura é um processo dinâmico que cria e recria significados de acordo com as necessidades dos grupos sociais, principalmente povos indígenas que se recusavam tanto a desaparecer quanto a se tornar como nós. Afirma que essas sociedades não estavam simplesmente desaparecendo há um século atrás. Clãs estão desaparecendo – e estarão sempre desaparecendo, mas aqueles povos que sobreviveram fisicamente ao assédio colonialista não estão fugindo à responsabilidade de elaborar culturalmente tudo o que lhes foi infligido. Eles vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema mundo, pois

as culturas supostamente em desaparecimento estão, ao contrário, muito presentes, ativas, vibrantes, inventivas, proliferando em todas

as direções, reinventando seu passado, subvertendo seu próprio exotismo e regiões inteiras da Terra que se pensava fadadas à homogeneidade monótona de um mercado global e de um capitalismo desterritorializado (LATOURE, 1996, p.5 Apud SALHINS, 2003, p.9).

Se a cultura é dinâmica e o território também o é, promovendo a criação das territorialidades que caracterizam a sociodiversidade no mundo contemporâneo a qual pode ser também modificada pelas intervenções do fenômeno turismo.

Antes de abordar a questão da territorialidade, faz-se necessário entender a noção do que é um território.

Na concepção de Santos (1994, p.111), o espaço “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único onde a história se dá” e território (1997) corresponde a frações funcionais do espaço. É o espaço funcionalizado, apropriado por determinados atores sociais (que lhe atribuem determinadas funções) num dado momento histórico.

Haesbaert (2004) trata dos conceitos de território e das diversas formas de desterritorialização. Afirma que o mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. Enfoca o território numa perspectiva geográfica integradora, que vê a territorialidade como um processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos.

Entende território “como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural [...]”, trabalha com a idéia de território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas - econômica, política e cultural (HASBAERT, op.cit, p.74-77).

Qualquer projeto no espaço expresso por representação revela a imagem de um território, de um local de relações e por causa destas relações, a noção do território se inscreve em um campo de poder. A construção de uma realidade é um instrumento de poder que atua no território produzido (RAFFESTIN, 1993).

A territorialidade (HASBAERT, 1997) está ligada à idéia de domínio ou gestão de uma determinada área que recebe uma função, que depende da forma de apropriação

tanto do poder público estatal, de grupos sociais ou de grandes empresas que lançam seus tentáculos por grandes áreas territoriais, assumindo um duplo sentido: o controle efetivo, legitimado pelo poder e à dimensão afetiva, que associa a identidade de grupos ao espaço (uma relação até certo ponto cosmológica).

Territorialidade, segundo Andrade (1994),

É encarada como um processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, ou seja, a ligação ou a inter-relação entre ambos, sendo o conjunto de práticas e suas expressões materiais, capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, tendo muitas características com o espaço vivido, marcado por trocas de experiências entre o território e o indivíduo por serem ambos dinâmicos, interagindo reciprocamente.

Reflete todas as dimensões vividas pela coletividade, pois os homens “vivem” ao mesmo tempo o processo territorial, ou seja, a apropriação do espaço através de suas ações, internalizando sua subjetividade na construção dessa territorialidade, assim como o produto territorial por sistema de relações existencial ou produtivista. Estas relações são de poder porque há interação entre os atores, que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais. A territorialidade está diretamente relacionada com as raízes que o indivíduo cria com o *lugar vivido* ao longo de sua vida e/ou permanência nesse lugar, o que o faz valorizar sua cultura. A valorização da vida simples e das ações do cotidiano provocam um sentimento de territorialidade que é transformado em sentimento de confraternização entre as pessoas e o *lugar*.

Como afirmamos, anteriormente, a territorialidade é uma identidade criada a partir da relação dialética entre território e sociedade - leia-se comunidade, povoado, nação etc. Tanto o território vai influenciar na forma de organização da comunidade como a comunidade vai influenciar na organização do território de acordo com interesses econômicos, políticos, sociais coletivos ou individuais.

A forma e a função a ser adquirida pelo território dependerão dos atores sociais que dele se apropriarem e de seus interesses.

Conforme Cruz (1999), considerando que a valorização de lugares para fins turísticos é um dado cultural e que a cultura muda no espaço e no tempo, todo lugar do planeta pode ser considerado “lugar turístico”. Lugar turístico é, em geral, o lugar onde o turismo atua como atividade econômica importante ou os lugares em que se acredita

haver algum potencial para o desenvolvimento da atividade turística. O “espaço turístico” não se restringe, portanto, aos lugares turísticos da atualidade.

A autora afirma ainda que, mesmo a presença de meios de hospedagem e a infraestrutura de lazer que constituem o que são considerados objetos técnicos característicos de lugares turísticos não são suficientes para definir a presença da atividade num dado território. Milhares de localidades no mundo contam com alguma infra-estrutura de hospedagem e de lazer, o que não as define como localidades turísticas. Há, na sua composição, outros objetos técnicos não condicionados ao turístico do espaço, bem como outros tipos de relações, ditados não pelo uso efêmero do lugar - típico do turismo- mas permeadas pela cotidianidade de quem vive nesse lugar: os residentes.

O turismo concorre na transformação dos territórios para seu uso, de outros usos do território, e das características socioespaciais pré-existentes (CRUZ, 2000).

O espaço é reordenado em função da lógica do turismo. Knafou (1996) distingue a relação entre turismo e território sob três perspectivas: territórios sem turismo, turismo sem territórios e territórios turísticos.

Territórios sem turismo, são constituídos de grande quantidade de pessoas e de lugares que, por não reunirem condições materiais e imateriais, como recursos financeiros e tempo livre ou ainda por não terem sido descobertos como atrativos, não fazem parte do mundo do turismo. As pessoas vivem e os territórios continuam existindo sem a presença do turismo.

A seletividade do espaço pelo turismo ocorre por meio de três fatores. Para Knafou (op.cit, p.72) são “fontes de turistificação de lugares e territórios” os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais.

Turismo sem território, se refere a produtos turísticos “fora do solo”, que ignoram os territórios nos quais estão inseridos.

É um tipo de turismo descolado de seu entorno, independente de ambientes naturais e socioculturais do território sem que se insere (CRUZ, 2000, p. 19).

Assim, esta relação do turismo com o território que produz “os turismos sem territórios” vem se configurando como uma tendência de expansão territorial que se espalha pelo mundo contemporâneo e que está associada às inovações tecnológicas de criarem os ambientes “fora do contexto”, denominados como simulacros, bolhas (URRY, 1996), enclaves (PEARCE, 1990). Este pode ser um dos grandes impactos para os territórios indígenas, caso o planejamento não seja adequado.

E, por fim, Knafou (op.cit, p.73), indica a presença dos “territórios turísticos”. São os territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos adotados pelos operadores turísticos e planejadores. Com esta concepção, chama atenção para a importância dos turistas no entendimento das práticas territoriais do turismo. Sem turista, o lugar turístico não tem razão de ser (CRUZ, op.cit.p.20), pois, como afirma Knafou, o turista é o primeira fonte de turistificação dos lugares e dos territórios.

O poder do mercado e dos promotores e planejadores do turismo, denominados de “atores hegemônicos do mundo do turismo” por Cruz (op.cit), mesmo com a força do marketing, que homogeneiza e massifica os padrões de consumo e os dissemina espacialmente, não conseguiram alcançar o absoluto controle da mobilidade espacial dos turistas.

Entretanto, consideramos que os impactos do turismo sobre o território e comunidades poderão ocorrer de duas formas. 1 – Indesejável - promovida por planejamento turístico que ignora a identidade étnica e territorial bem como as territorialidades, resultando na despersonalização do lugar, descaracterização da cultura sob a influência dos fatores da globalização nos territórios turísticos e no turismo sem território; 2 - desejável, quando considera a cultura, a identidade do lugar e do território para fins de intercâmbio de conhecimentos.

A segunda forma acima, pode representar uma nova face do turismo que dependerá da inclusão da gestão do conhecimento e do território no seu planejamento.

A temática *turismo indígena*, principalmente em terras indígenas (ecoturismo), vem sendo discutida entre lingüistas, antropólogos, geógrafos, indigenistas e indígenas. O cerne da questão reside na presença de turistas, das mais diversas culturas, dentro da terra indígena, o que pode provocar não apenas descaracterização cultural como também perturbar o ambiente natural, o cotidiano das comunidades e promover uma mercantilização da própria cultura.

Por um lado, em função desses motivos, ainda há muita resistência para a implantação da atividade turística em terra indígena, onde a relação custo/benefício não é favorável às comunidades, uma vez que os custos ao ambiente e à cultura serão maiores que os benefícios econômicos advindos de tal atividade. Por outro lado, mesmo cientes dos riscos dessa atividade, há grupos que acreditam que se o ecoturismo for bem planejado com participação da comunidade no processo de gestão, com preparação e esclarecimento das comunidades no que se refere à conscientização sobre o turismo e os riscos que poderão advir, poderá ser uma alternativa econômica para esses povos.

Muitos profissionais indigenistas do meio acadêmico e de ONG's são contrários ao ecoturismo indígena por acreditarem que esta atividade pode causar muito mais prejuízos à cultura e à natureza do que benefícios. Afirmam que a cultura pode ser descaracterizada pelo contato com as diversas culturas da sociedade envolvente, pois, na sua maioria, é o turista estrangeiro que pratica esta modalidade turística. Além disso, há os problemas do contágio por doenças, biopirataria, violação do patrimônio cultural etc.

Estes temores têm sentido, entretanto, a atitude tomada por estes profissionais, os quais ignoram que atividades turísticas estão acontecendo em terras indígenas de forma clandestina, sem nenhum tipo de planejamento e organização ao retardarem a discussão, possibilitam ainda mais o surgimento de impactos indesejáveis à cultura e ao ambiente muito mais graves, talvez irreversíveis.

Acreditamos que o fortalecimento da tradição e da cultura, a conscientização e valorização de um povo, nação e comunidade sobre a sua identidade étnica e cultural e um planejamento adequado à realidade cultural e territorial do lugar podem impedir ou minimizar os impactos indesejáveis promovidos pelo turismo, tanto pela influência de outras culturas quanto pela economia de mercado.

Diante disso, o ecoturismo pode surgir como alternativa sustentável viável, com possibilidade de gerar benefícios diretos e indiretos para as comunidades envolvidas e também como um instrumento de valorização cultural por meio de um processo socioeducativo.



II

Ecoturismo e Estado: o desafio da sustentabilidade

No discurso da modernidade no final do século XX, a Amazônia tornou-se alvo de um intenso debate nacional e internacional, altamente emotivo, sendo compreendida como um santuário ecológico, um refúgio da diversidade cultural e biotecnológica. Surge uma Amazônia romântica ao lado de uma hiper-real que nada difere de qualquer outro espaço moderno do planeta, com suas redes e fluxos ligados ao sistema global.

A Amazônia brasileira aparece como palco privilegiado das atenções e intenções dessa tendência mundializada, visto que estamos nos referindo a um dos maiores bancos biogenéticos do planeta devido a sua biodiversidade e sociodiversidade.

A biodiversidade da Amazônia pode ser demonstrada pelo riquíssimo patrimônio natural representado pela diversidade hidrológica, geológica, geomorfológica e biogeográfica que compõe e distingue esse ecossistema. Entretanto, rios, lagos, igarapés, fauna e floresta têm em abundância em qualquer parte da Amazônia e o que difere um lugar do outro são as relações e as interações criadas entre o meio e as culturas que se materializam no território.

Diante da necessidade de implementação de políticas públicas para um melhor gerenciamento dos recursos naturais da Amazônia, o governo federal discutiu no início da década de 1990, diretrizes para o turismo com o intuito de incentivar a implantação dessa atividade na região, surgindo daí o Plano de Turismo da Amazônia (PTA), que objetiva, dentre suas diretrizes gerais, promover o desenvolvimento turístico de forma sustentável, melhorar o aproveitamento dos recursos naturais para o turismo receptivo, revigorar a imagem da Amazônia como destino das correntes turísticas.

No Ministério do Meio Ambiente, as ações para a criação de uma política de fomento ao desenvolvimento dos povos indígenas estão sendo implementadas principalmente no âmbito da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA). De um lado, há a Coordenadoria de Agroextrativismo, que prepara o “projeto Gestão Ambiental em terras Indígenas na Amazônia”; de outro, o “Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil” (PPG7), que inclui o “Subprograma projetos Demonstrativos”, no qual estão localizados o PDA e o PDPI.

O processo de elaboração do PDA teve início em agosto de 1992, com a primeira “missão” do Banco Mundial, sendo concluído no início de 1995, quando o “Projeto” foi aprovado e os trâmites administrativos, terminados. O PDA apóia financeiramente iniciativas ou experimentos (projetos) comunitários de proteção das áreas de florestas tropicais na Amazônia e na Mata Atlântica e ecossistemas associados e ações destinadas a recuperação e ao manejo de espécies da fauna e flora dessas

regiões. Fruto da pressão das entidades não-governamentais e movimentos sociais e ambientalistas que atuam nessas regiões, foi concebido de acordo com uma das características mais marcantes do novo discurso desenvolvimentista e etnodesenvolvimentista: a de estar voltado para a valorização da participação e para o apoio as iniciativas das comunidades locais e suas organizações (associações, cooperativas, sindicatos) e das ONG's (VERDUM, 2002, p. 93).

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) tem na sua essência a visão de que “o ecodesenvolvimento com alta tecnologia e elevada qualidade de vida, sintetiza o modelo de sociedade que se quer ver implantado na Amazônia” (SUDAM, 1993, p.5). Este programa pretendia, entre suas diretrizes mais importantes, promover o crescimento econômico regional; assegurar a conservação do meio ambiente; estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, o Proecotur, o Prodetur e o PNMT.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), hoje extinto, tinha por objetivo capacitar municípios para a gestão local do turismo e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR) visa criar infra-estruturas básicas e turísticas para a implementação de pólos ecoturísticos em todos os estados da região. A respeito do PRODETUR, pouca informação obtivemos sobre sua inserção nos Estados amazônicos.

De acordo com Cruz (2003), os dois últimos programas se completam à medida em que um cria a materialidade requerida por um uso turístico dos lugares e o outro trata de aspectos intangíveis da atividade (como é o caso de sua gestão); ambos são fundamentais para o desenvolvimento de um turismo organizado.

A estratégia do desenvolvimento regional via pólos adotada pelo PROECOTUR, que promove a concentração espacial de estruturas e de fluxos de visitantes aparece não apenas como uma opção do planejamento físico-territorial do turismo; ela é a opção política, orientadora de um planejamento espacialmente segregador de turistas e de residentes (CRUZ, op.cit).

A maioria das experiências já realizada ou em curso é sustentada financeiramente por agências de cooperação internacional, privadas e públicas e, internamente, esses recursos provêm de instâncias governamentais como o PDA, FNMA e o PDPI no âmbito do PPG7.

Em relação aos povos indígenas, o governo federal criou o PDPI (Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas) em 1999, vinculado ao PDA, com sede em Manaus/AM até 2006, transferida para Brasília em 2007, quase como uma extensão dos

propósitos do PDA. Se o PDA tem como objetivos apoiar iniciativas das populações locais e de ONGs em geral, fortalecer a capacidade desses grupos para elaborar e gerenciar projetos de desenvolvimento (sustentável) local e gerar e divulgar conhecimento a partir dessas experiências, no caso do PDPI, esses objetivos surgem relacionados a um público específico, os povos indígenas, acrescidos da preocupação com a proteção dos territórios demarcados e dos recursos naturais neles existentes e com a superação de algumas falhas do instrumental conceitual e operacional no “mecanismo PDA”, como, por exemplo, no acompanhamento da execução de projetos e na assessoria complementar, quando necessária.

Os esforços para a criação do PDPI propriamente dito tiveram início em 1997, como parte dos preparativos para a reunião do PPG7 realizada no fim daquele ano. As negociações e arranjos institucionais se estenderam até meados de 1999, quase que exclusivamente no âmbito governamental e intergovernamental, envolvendo o governo brasileiro (PDA, PPTAL), as agências governamentais alemãs KFW e GTZ e o Banco Mundial. Como subsídios às discussões estabelecidas ao longo desse período, foram realizados estudos relacionados à promoção e a assistência à saúde indígena, sobre capacitação e educação formal indígena, direito indígena, participação indígena e políticas públicas, economia indígena em contextos interétnicos e desempenho dos projetos indígenas no PDA (VERDUM, 2002, p.100).

Nessa perspectiva, o PDPI apresenta-se com um aliado na implantação de projetos com novas tecnologias sociais e econômicas em terras indígenas, com base no etnodesenvolvimento no qual o ecoturismo pode ser uma alternativa, embora este órgão jamais tenha apoiado qualquer projeto de ecoturismo.

2.1 – Ecoturismo: uma alternativa de etnodesenvolvimento

A discussão sobre o etnodesenvolvimento emergiu no debate latino-americano de forma mais consistente em 1981, na cidade de São Jose da Costa Rica, por ocasião de uma reunião de especialistas em etnodesenvolvimento e etnocídio na América Latina. O conceito de etnodesenvolvimento se formou então como um contraponto crítico e alternativo as teorias e ações desenvolvimentistas e etnocidas, que tomavam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais, em geral, como obstáculo ao desenvolvimento, a modernização e ao progresso (VERDUM, 2002, p.87-88).

Uma das principais referências na formulação do conceito de etnodesenvolvimento na América Latina é Guillermo Bonfil Batalla, que assim o definiu:

É o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Isto é, a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu desenvolvimento (BATALLA et Al. 1982).

Para Batalla, o etnodesenvolvimento requer que as comunidades sejam efetivamente gestoras de seu próprio desenvolvimento, que busquem formar seus quadros técnicos – antropólogos, engenheiros, professores etc. – de modo a conformar unidades político-administrativas que lhe permitam exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais neles existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo.

Outra referência importante é Rodolfo Stavenhagen, que definiu etnodesenvolvimento como o desenvolvimento que mantêm o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. Nessa acepção, desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de “progresso” no sentido usual do termo: PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade etc. Na definição de Stavenhagen, o “etnodesenvolvimento significa que a etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seu interesse” (STAVENHAGEN, 1997, p.57). Em termos gerais, os princípios básicos para o *etnodesenvolvimento* seriam:

Objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradições locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, [com] atividades mais participativas (STAVENHAGEN, op.cit, .p.18-19)..

De acordo com Azanha (2002, p.32), etnodesenvolvimento, quando referido às sociedades indígenas brasileiras, envolveria os seguintes indicadores: a) aumento

populacional, com segurança alimentar plenamente atingida; b) aumento do nível de escolaridade, na língua ou português dos jovens aldeados; c) procura pelos bens dos “brancos” plenamente satisfeita por meio de recursos próprios gerados internamente de forma não predatória, com relativa independência das determinações externas do mercado na captação de recursos financeiros; d) pleno domínio indígena em definir essas relações, impondo o modo como deverão ser estabelecidas.

Esses pontos também podem ser tomados como as grandes linhas ou metas ideais de um projeto de etnodesenvolvimento sustentado para sociedades indígenas. Tais metas, todavia, envolvem a resolução prévia das seguintes questões: a) segurança territorial, satisfazendo plenamente as necessidades de expansão da sociedade indígena; b) usufruto exclusivo dos recursos naturais; c) demanda por produtos manufaturados e meios para consegui-los; d) tempo empregado na geração de recursos financeiros internos para aquisição de produtos manufaturados; e) escala ou nível das necessidades impostas pelo contato e identificação de como cada sociedade indígena específica fixa ou fixou esse nível; e f) internacionalização dos recursos financeiros gerados pelos canais tradicionais de distribuição e circulação. Essas questões, portanto, são pressupostos para a execução de qualquer projeto na direção do etnodesenvolvimento (AZANHA, op.cit. p.33).

Oficialmente, no Brasil, não existem regulamentação, políticas e diretrizes que possam nortear a prática do Ecoturismo Indígena. Por um lado, a Lei 6.001/73 conhecida como Estatuto do Índio proíbe a entrada de qualquer pessoa em terra indígena sem expressa autorização dos interessados e da FUNAI, levando uma interpretação de que a atividade turística praticada em terras indígenas deve ser considerada ilegal e clandestina. No Estatuto, não aparece em nenhum momento, o termo turismo. Por outro lado, a constituição Federal Brasileira de 1988, através de seu artigo 231 confere a posse e o usufruto exclusivo de suas terras com atividades para garantir sua sobrevivência física e cultural. Assim, de certa maneira, o turismo e/ou ecoturismo pode ser considerado como uma destas atividades, desde que seja planejado e gerenciado pelos povos indígenas. Porém, Esta, o artigo 231 também é usado como justificativa por muitos para contrapor a ilegalidade e explorar esta atividade em terras indígenas.

O “Manual de Ecoturismo Indígena”, elaborado pelo MMA em 1997 como resultado das discussões do Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas,

fornece alguns subsídios e orientações sobre a atividade de forma geral, sem levar em consideração a identidade territorial e cultural de cada povo e lugar.

O Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal – GTC, em 1997, organizou um Workshop em Bela Vista de Goiás para discutirem sobre a elaboração e execução da Política do Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas, contando com a participação de representantes da FUNAI de diversos municípios e estados brasileiros, da Ecobrasil, do Ministério do Meio Ambiente e do Centro de Trabalho Indigenista. Em junho de 1997, na cidade de Silva Jardim, no Rio de Janeiro, foi elaborada a metodologia e o Manual Indígena de Ecoturismo com princípios, critérios e diretrizes a fim de informar e preparar as comunidades indígenas para operações ecoturísticas, as quais vêm ocorrendo informalmente e sem controle dentro das terras indígenas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1997).

De acordo com o manual, para a realização do ecoturismo em terra indígena alguns princípios devem ser observados e respeitados:

- A tradição cultural deve prevalecer sobre os interesses do ecoturismo;
- O ecoturismo deverá levar em conta o grau de contato da comunidade indígena;
- O ecoturismo deve respeitar e valorizar a cultura local;
- A comunidade deve participar de todo o processo do ecoturismo em suas terras
- Cabe à comunidade a gestão do ecoturismo em suas terras;
- O ecoturismo deve gerar recursos econômicos para melhorar a qualidade de vida da comunidade indígena;
- O uso sustentável dos recursos naturais deve ser praticado;
- Ecoturismo deve ser uma atividade complementar e de apoio às atividades tradicionais e a outros projetos da comunidade.

A estes princípios acrescentamos:

- Os recursos gerados pelo ecoturismo devem ser aplicados **em projetos desenvolvidos em bases comunitárias e sustentáveis**;
- Preparação da comunidade para a implantação do ecoturismo com programa de educação para o ecoturismo (Formação e capacitação);
- Realização de avaliação de impactos sociocultural e ambiental.

Critérios para seleção de áreas:

- Apoio da comunidade; condições de acesso; condições de salubridade; carências de alternativas econômicas; possibilidade de apoio e parcerias; existência de atrativos naturais e culturais.

A esses critérios acrescentamos:

- Nível de contato com população envolvente; existência de associação de base e organização política da comunidade.

Diretrizes:

- Conservação do Patrimônio natural – incentivo às práticas conservacionistaS;
- Respeito e valorização da cultura Indígena – controle e prevenção de doenças transmissíveis, respeito à privacidade da família indígena, postura ética do visitante quanto à diversidade cultural, conservação dos sítios arqueológicos, preparo das comunidades para receber visitantes, fomento à comercialização do artesanato e da arte indígena;
- Gestão participativa beneficiando toda a comunidade indígena – meios para a gestão autônoma, participativa e organizada propiciados, partilha dos resultados econômicos pela comunidade;
- Minimização dos impactos negativos resultantes das visitas – conscientização dos riscos causados pela prostituição e abusos sexuais, porte de armas, uso de drogas e introdução de hábitos nocivos à comunidade;
- Proteção à integridade física dos visitantes em Terras Indígenas e seus entornos – prestação de serviços adequados aos visitantes, implantação de infra-estrutura adequada;
- Visitação planejada, disciplinada e controlada com base na legislação vigente – cumprimento das legislações específicas vigentes, fiscalização e controle eficiente.

A essas diretrizes acrescentamos: elaboração de uma legislação específica para o ecoturismo indígena, pois as leis existentes dizem respeito à proteção e conservação dos recursos naturais e sobre as Terras Indígenas art. 231e 232 da Constituição Federal; monitoramento e avaliação da atividade ecoturísticas em Terra Indígena pelas Organizações Indígenas, FUNAI e IBAMA; criação de tecnologias socioambientais de baixo impacto e registro em cartório e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN) dos artesanatos, ritos, mitos, culinária utilizados como atrativos culturais pelos diversos povos que desenvolvem a prática do ecoturismo.

O Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas foi discutido por um grupo, podemos dizer de “notáveis”, como uma fórmula para ser seguida pelas comunidades indígenas que sequer, sabem na sua maioria, o que é ecoturismo e os impactos advindos desta atividade e não resultou na construção de uma política pública para o ecoturismo indígena. Entretanto, apesar da crítica quanto à forma, por não ser uma discussão aprofundada e legitimada pelas organizações indígenas, representou o início desta discussão no Brasil no final dos anos 1990.

Mesmo contando com a participação de alguns indígenas, utilizando-se da metodologia ZOPP, não consideramos que tenha sido realmente participativo. Planejamento participativo não pode se resumir a uma reunião de alguns representantes indígenas e outros atores sociais envolvidos, escolhidos não se sabe como ou de que forma para decidirem sobre um assunto tão polêmico e delicado, como se representasse e legitimasse a vontade ou o conhecimento de quase os 241 povos indígenas (CIMI, 2007) existentes no Brasil.

Conforme os três estilos de *participação* propostos por Carlos Rodrigues Brandão citado por Rodrigues (2001, p.29), o programa representa o primeiro estilo, que ocorre quando o projeto é conduzido exclusivamente pelo Estado, onde há um certo grau de envolvimento comunitário em determinada fase, mas é pouco expressivo. É um simulacro apresentado para a maioria das pessoas que acreditam ser a metodologia participativa mais eficiente na inclusão popular. Neste caso, não passa de um modelo instrumental e funcional de planejamento que não consegue e também não pretende assegurar um nível de participação que assegure a autonomia destas comunidades e/ou povos locais e/ou tradicionais.

A participação dos envolvidos se tornou uma orientação das agências multilaterais de cooperação (GTZ, KWF etc) e também do Banco Mundial, para aprovação de projetos, a partir dos anos 1990, os quais perceberam a má gestão dos recursos em projetos ambientais e sociais aplicados no Brasil e em outros países e também corresponde às estratégias definidas na Conferência de Arusha, na África, organizada pela Comissão Econômica das Nações Unidas, para que o povo fosse o ponto central no desenvolvimento através de crescimento econômico, de equidade e participação popular. A participação passou a fazer parte dos programas de

desenvolvimento, de forma a tornar as políticas desenvolvimentistas mais eficientes e mais econômicas (RODRIGUES, op.cit, p. 17).

Neste primeiro estilo, caracterizado no programa, o que ocorre é a legitimação de planos nacionais de reforma estrutural por meio de instrumentos chamados participativos, em que a participação representa a cooptação pela órbita estatal (NELSON e WRIGHT, 1995, p.4) ou ainda ser utilizada em processos de manipulação social (RAHNEMA, 1992).

As metodologias participativas existentes como a ZOPP, METAPLAN, DELTA, MAPP, PES etc., são muito eficientes no levantamento e organização de bancos de dados, mas não como estratégias de definição de políticas públicas verdadeiramente participativas e comunitárias.

De acordo com Rodrigues (op.cit,p.20), o método Zopp lembra muito o papel do Estado na sociedade contemporânea como regulador de conflitos e supressão da subjetividade e dos interesses individuais em prol do bem comum, sendo que as figuras dos facilitadores e mediadores substituem o poder do Estado no âmbito local onde suas funções se equivalem às competências do Estado.

Rahnema (op.cit) afirma que existe um interesse sem precedentes pelas metodologias participativas por parte dos governos e organizações ligadas a projetos de desenvolvimento porque a *participação* não representa mais um perigo para a política vigente e ao *status quo* do Estado, como nos anos 1960 e 1970, pois o termo tornou-se um slogan político que pode ser usado de forma arbitrária porque não possui um conteúdo próprio e, desta forma, ser utilizado em processos de manipulação social, como é empregado atualmente no Brasil.

O uso constante e sem precedentes do planejamento participativo a partir da década de 1990, tem várias origens de acordo com Chambers (1995):

a) devido ao fracasso das políticas de desenvolvimento por estarem relacionadas à imposição de modelos prontos, de cima para baixo, alienígenas e padronizados, aplicados de forma indiscriminada em qualquer lugar, independentemente, das suas realidades específicas, identidades e demandas locais diferentes;

b) por motivos de ordem econômica no que diz respeito à redução dos custos quanto maior for a participação do povo do lugar. Isso contribui para a sustentabilidade dos projetos ao mesmo tempo que aumentaria as possibilidades de continuidade dos mesmos;

c) e, por fim, devido a posições ideológicas de muitos profissionais envolvidos em projetos de desenvolvimento que acreditam que as classes e povos menos favorecidos e excluídos devem ser fortalecidos e tomar o controle de suas próprias vidas, grupo no qual nos inserimos.

Para os povos indígenas do Rio Negro, este controle da própria vida é denominado de autonomia (FARIA, 2003).

Desse modo, distinguimos dois personagens que atuam junto a estas comunidades e povos menos favorecidos na Amazônia: um, denominado de colaborador que se enquadra na descrição dos profissionais citados no item C, que se doa em função de um ideal, e o outro, o colonizador, que mesmo que aparentemente demonstre solidariedade e apoio em suas pesquisas, projetos e ações para com estes povos não lhes permitem a autonomia, deixando-os eternamente à mercê de suas assessorias e projetos, de certa maneira, sob uma forma de tutela, tirando proveito de seus conhecimentos e dos projetos.

O segundo estilo de participação indicado por Brandão como *consoiciada*, ocorre quando Estado e ONG evocam a participação da comunidade local em determinadas ocasiões e participação *associada*, ocorre quando a ONG e organização popular atuam em conjunto em todo o projeto ou em determinadas fases. Neste caso, a ONG tem papel central exercendo o controle das ações do Estado e criando canais de interlocução com a comunidade local. Estilo no qual estão a maioria dos projetos ambientais aprovados pelas agências de cooperação internacional

Assim, concordamos com o terceiro estilo de participação segundo Brandão (op.cit), que ocorre quando há um maior grau de envolvimento popular onde os projetos são pensados, elaborados, intermediados, executados e gerenciados pelas entidades populares sem a intermediação do Estado ou de ONGs. É uma batalha a ser conquistada diante da conjuntura histórica e política da nossa sociedade marcada pela exploração e desigualdades sociais.

O tema turismo é novo para os povos indígenas e um fenômeno típico da sociedade contemporânea. Por isto, por vezes, ainda é necessário o apoio dos colaboradores no início do processo de discussão.

Planejamento participativo é uma metodologia de construção conjunta e contínua que reúne vários atores sociais envolvidos diretamente nos projetos que se quer desenvolver. Significa construir junto, permitindo a formação e capacitação dos atores considerados como sujeitos protagonistas do processo histórico.

A ausência de política pública de ecoturismo e/ou turismo indígena é justificada pela falta de discussão do tema entre os atores envolvidos, indígenas e indigenistas, e pela polêmica que o assunto suscita no meio acadêmico e institucional.

Esta discussão também é prejudicada pela confusão de jurisdição da questão indígena e ecoturismo. No Brasil quem trata das questões indígenas é a FUNAI e do ecoturismo é o Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, e recentemente, transferido para o Ministério do Turismo. Por um lado, por ser ecoturismo indígena, deveria ser tratado pela FUNAI, que não dispõe de recursos humanos qualificados nesta área e, por outro, o Ministério do Meio Ambiente do Turismo, por meio do PROECOTUR, também não tem recursos humanos qualificados que discutam o ecoturismo indígena e, oficialmente, esta temática está fora de seus domínios.

Há a necessidade de estabelecer um acordo, um protocolo de cooperação técnica entre as duas instituições para que se reinicie uma nova discussão sobre o tema de forma participativa e legítima, envolvendo os verdadeiros protagonistas deste processo, as organizações indígenas.

O ecoturismo é considerado uma alternativa de renda para as comunidades tradicionais do Amazonas. Além das belezas naturais, a cultura deve ser, também, entendida como um atrativo ecoturístico. A necessidade de cuidados e o respeito em relação aos hábitos e costumes específicos das comunidades tradicionais, devem ser ressaltados no planejamento dessa modalidade turística.

2.2 - O Plano de desenvolvimento de Ecoturismo no Estado do Amazonas

Dentre os segmentos do turismo, o ecoturismo é o que apresenta maior crescimento, propiciando um incremento de ofertas e demandas por destinos ecoturísticos.

Na perspectiva dos que consideram o ecoturismo como um segmento do turismo de natureza, todos os setores da economia reconhecem o Estado do Amazonas como excepcional produto natural, ímpar no mundo, que é a biodiversidade, porém todo este potencial ainda não promoveu um resultado positivo, como fator preponderante de desenvolvimento regional. Até o momento, tem apenas acarretado uma exploração distorcida e desordenada dos potenciais naturais e culturais.

Alguns programas tentaram viabilizar o desenvolvimento principalmente em áreas de grande potencial de recursos naturais, mas socialmente desprivilegiadas, como o caso do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo, hoje extinto) que não conseguiu alcançar os seus objetivos os quais eram conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, de geração de emprego, de melhoria da qualidade de vida da população e da preservação de seu patrimônio natural e cultural.

Com o objetivo de alcançar condições para o desenvolvimento do Ecoturismo e o reconhecimento na prática de seu produto natural, o Ministério do Meio Ambiente, através do GTC (Grupo Técnico de Coordenação da Política de Ecoturismo na Amazônia), em parceria com os Estados da Amazônia Legal, está implementando o PROECOTUR, programa de ações estratégicas que visa à adaptação dos empreendimentos, atividades, equipamentos, operações e serviços de acordo com os preceitos de Ecoturismo em nível mundial e também tentando consolidar o Estado do Amazonas como destino ecoturístico.

Em resposta a esse desafio, nasceu o Plano de Desenvolvimento do Pólo de Ecoturismo do Amazonas, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto – SEC/AM, dentro do programa do PROECOTUR.

Para elaborar o Plano de Desenvolvimento do Pólo de Ecoturismo do Amazonas, uma empresa foi contratada em 2001 por meio de licitação com prazo de entrega previsto para 12 meses. Entretanto, ao final do prazo, no início do segundo semestre de 2002, foi entregue uma primeira versão, que contou com consultores renomados do Estado do Amazonas, os quais coordenaram os trabalhos com apoio de estagiários dos cursos de turismo, geografia etc. Esta versão teve que ser revisada, porque carecia de análise referenciada dos diagnósticos e não apontava diretrizes e nem estratégias para o desenvolvimento do ecoturismo nos municípios do pólo.

Em julho de 2002, uma outra equipe de consultores foi organizada para dar ao Plano o perfil desejado.

No plano constam as seguintes diretrizes: capacitação de recursos humanos, organização comunitária, fortalecimento institucional e do arcabouço legal, implantação de sistemas de informação – banco de dados, conservação dos recursos naturais, resgate, valorização e conservação do patrimônio cultural, desenvolvimento de alternativas econômicas de baixo impacto ambiental, viabilização de linhas de financiamento em

apoio ao ecoturismo, melhoria de infra-estrutura básica e de apoio turístico e ecoturístico, fomento à adoção de tecnologias limpas, estímulo à comercialização de produtos e serviços, promoção e marketing do pólo Amazonas, controle de qualidade de produtos ecoturísticos e monitoramento e avaliação.

Apesar da organização comunitária e do planejamento participativo constarem como estratégias de desenvolvimento do pólo, em nenhum momento, o Plano de Desenvolvimento do Pólo foi discutido com a comunidade e população local. As estratégias, princípios, roteiros, atrativos escolhidos para os roteiros foram pensados e organizados pela empresa sem a participação da comunidade nas discussões. Não foi discutida a forma de inserção destas populações – indígenas, caboclos ribeirinhos etc. - no processo de planejamento do plano e do desenvolvimento do ecoturismo em seus municípios.

Neste caso, nenhum dos estilos de participação, proposto por Brandão, foi aplicado. Somente consta das diretrizes para que o projeto fosse aprovado pelas agências de cooperação internacional, neste caso, pelo PP-G7 e Banco Mundial, financiadores do programa PPTAL do Ministério do Meio Ambiente, naquele momento.

Inicialmente, o pólo de ecoturismo do Estado do Amazonas era composto inicialmente por 12 municípios: Manaus, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Silves, Iranduba, Manacapuru, Careiro, Careiro da Várzea, Autazes, Novo Airão e Barcelos. E mais tarde, dois outros foram acrescentados ao Pólo São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, totalizando 14 municípios (Figura 1).

Os critérios para a seleção desses municípios foram: a proximidade da capital; o fato de serem reconhecidamente portadores de potencial ecoturístico e já possuírem produtos em operação; em quase todos ocorrem Unidades de Conservação; grande parte dos municípios possui reservas ambientais e áreas indígenas; todos contam com uma infra-estrutura mínima de acesso terrestre, fluvial e/ou aéreo; a área do pólo, em questão, coincide com o Projeto “Corredores Ecológicos”.

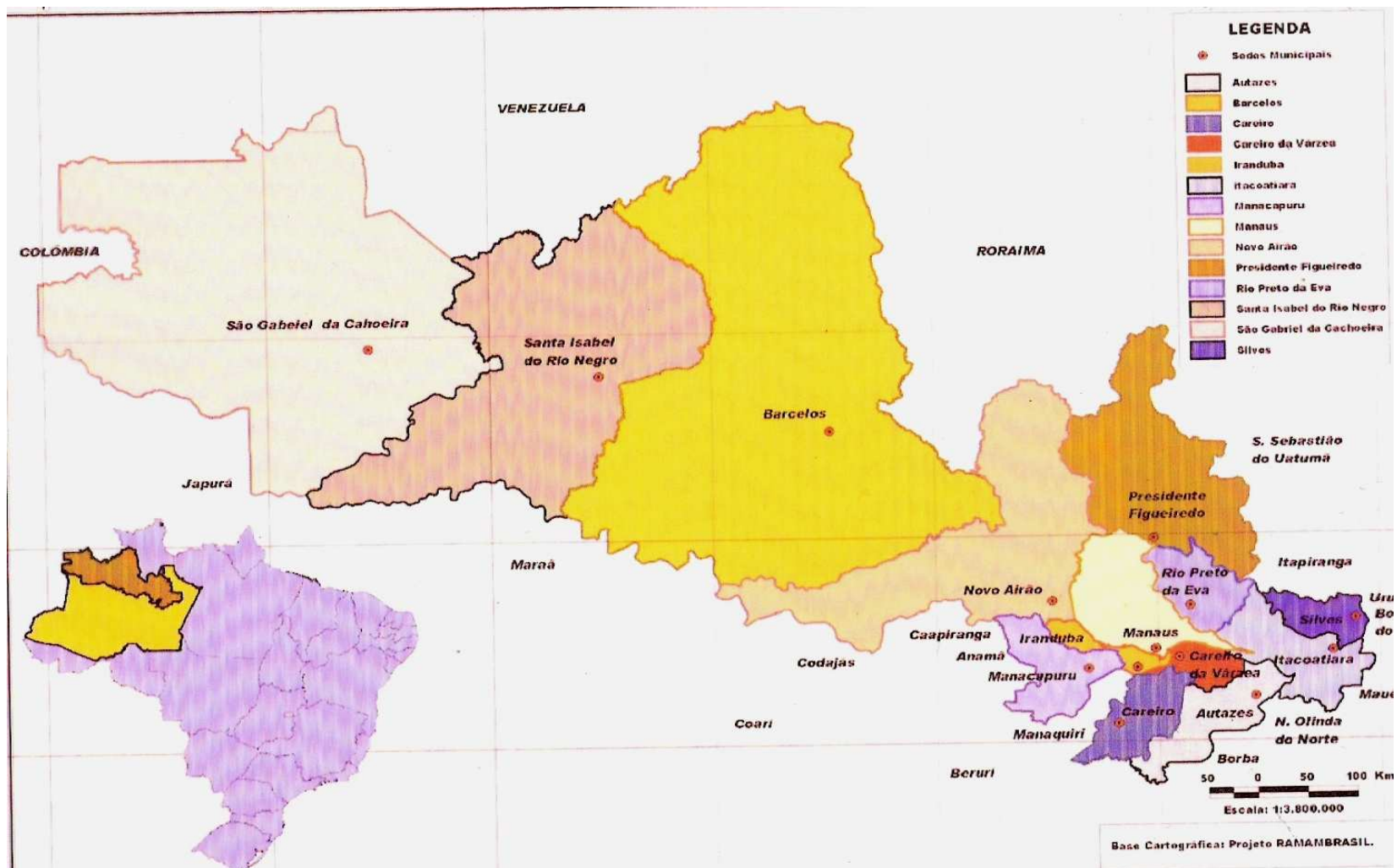


Figura 1 – Municípios do Pólo de Ecoturismo do Amazonas/AM.

No Pólo de Ecoturismo do Estado do Amazonas, os municípios que possuem potencial para o turismo e/ou ecoturismo indígena são: São Gabriel da Cachoeira, denominado como o município mais indígena do Amazonas com 23 povos e 19 línguas diferentes de 05 famílias: Tukano, Aruak, Yanomami, Tupi e Japurá-Uaupés; Santa Izabel do Rio Negro e Barcelos, com a presença da cultura Yanomami, com ritos que a distinguem das demais; e Novo Airão e Presidente Figueiredo, com a cultura dos Waimiri-Atroari, com seus mitos e história específica que podem representar um novo caminho para o ecoturismo no Estado. Entretanto, nenhum estudo/consulta foi realizado com os povos desses municípios sobre a implantação e viabilização do ecoturismo nos limites de suas terras ou fora deles.

O turismo e/ou ecoturismo praticado no Estado do Amazonas é um turismo internacional voltado a turistas estrangeiros, sendo que a grande maioria da infraestrutura turística, seja equipamentos turísticos ou de apoio, pertence às oligarquias políticas regionais e a empresários/corporações estrangeiras, que visam apenas ao lucro imediato e ao acúmulo do capital, considerando sempre as populações tradicionais como mão-de-obra barata, excluindo-as de todo e qualquer processo de planejamento e/ou gestão das atividades turísticas.

Esse tipo de turismo voltado ao mercado internacional e excludente impera na Amazônia e na maioria dos municípios que compõem o pólo de ecoturismo do estado do Amazonas, onde a comunidade nunca é chamada para participar do processo de planejamento e gestão das atividades.

O Plano de desenvolvimento do Pólo de Ecoturismo elaborado vem aprofundar ainda mais as diferenças socioeconômicas nas comunidades amazonenses e manter o ecoturismo excludente predominante uma vez que, as diretrizes, planejamento participativo e gestão comunitária propostos no plano, não passam de retórica para atender as instituições de fomento internacionais.

No nosso entendimento, planejamento participativo consiste em pesquisa-ação, uma metodologia de construção conjunta e contínua que reúne vários atores sociais envolvidos diretamente nos projetos que se quer desenvolver. Significa construir junto, permitindo a formação e capacitação dos atores considerados como sujeitos protagonistas do processo histórico. Nesta proposta, não nos referimos à idéia de comunitarismo de Sennett (2004), enfatizando que a unidade (união, coletivismo) é uma

falsa fonte de força de uma comunidade gerada pelo capitalismo atual e nem a falsa idéia de participação forjada pelo Estado como processo de manipulação social.

O planejamento e a gestão participativa e comunitária significam, antes de tudo, respeito à organização sociopolítica comunitária milenar dos povos indígenas, à identidade cultural e territorial do lugar, uma vez que são os maiores conhecedores do seu patrimônio natural e cultural que está em seus territórios.

Da forma como os projetos e o Plano de Desenvolvimento do Pólo de Ecoturismo do Amazonas estão sendo implementados não há nenhuma possibilidade de inserção das comunidades tradicionais na gestão e no planejamento do ecoturismo. E a ausência de políticas públicas para o turismo indígena agrava o risco, com impactos indesejáveis ao ambiente e à cultura na medida em que dificulta o controle desta atividade pelos povos indígenas dentro e fora dos limites de suas terras.

De acordo com Ferreti (1995), a premissa básica para o desafio de desenvolver a região é a questão do patrimônio natural e cultural. O relacionamento do caboclo, do nativo com a natureza que o rodeia não pode ser somente de contemplação, mas de gerenciamento correto de seus potenciais, possibilitando-lhe a conquista de uma vida digna, principalmente nas comunidades do entorno dos hotéis de selva, já que estes se referem a tais comunidades em seus pacotes turísticos como atrativos para os turistas, sem a menor preocupação e respeito com elas.

O ecoturismo e o ecoturismo indígena poderiam ser desenvolvidos no Amazonas via efetivação de uma estrutura sólida e permanente como uma Política Específica para este segmento, privilegiando diretrizes coerentes com cada ecossistema e cultura das microregiões que compõem o estado, além de estabelecer critérios para a implantação dos lodges nas regiões.

A Política para o ecoturismo, como gestor do desenvolvimento regional, deve assumir a responsabilidade e estabelecer prioridades e visão estratégica do ponto de vista econômico, social e ambiental que o setor exige. Concretizar essa gestão pública é fator prioritário para a preservação/conservação do ambiente amazonense. A extensão territorial do Estado, sua baixa densidade demográfica e seus potenciais de recursos renováveis e não-renováveis fazem da região um lócus natural de expansão econômica.

Em uma região como a Amazônia, com tamanha biodiversidade e sociodiversidade, diferenças socioeconômicas e culturais, é importante que a comunidade e seus residentes recebam benefícios satisfatórios do ecoturismo para motivar as mudanças desejadas, no sentido de passar a conservar o ambiente e a cultura.

A melhoria do nível de vida da comunidade deve ser benefício principal para que haja uma melhor distribuição da riqueza e um melhor equilíbrio social, ou seja, um desenvolvimento de forma sustentável.

O conceito de sustentabilidade empregado é baseado na visão dos povos indígenas do rio Negro: “uso de maneira racional e inteligente dos recursos/patrimônio para garantir a melhoria das condições de vida social no sentido econômico, social, cultural e ambiental das comunidades e povos hoje e para as futuras gerações” (Oficina Umukamé-sara: planejamento participativo e ecoturismo indígena. 2005).

Neste contexto, sustentabilidade é entendida como um processo integrado, de auto-sustentação que visa o uso dos recursos para garantir a melhoria das condições de vida dos povos e caminho para alcançar a sua autonomia. A auto-sustentação não significa autarquia, o que não é possível e nem desejável, no mundo interdependente dos nossos dias; ela significa, no entanto, que o terceiro mundo deve contar, basicamente, com suas próprias forças e recursos, mais do que esperar soluções para seus problemas a partir do mundo industrializado. Não se trata de rejeitar a cooperação e a solidariedade internacional, mas insistir que elas devem ocorrer nos termos do terceiro mundo.

Insistimos que o turismo indígena e/ou o ecoturismo indígena, desenvolvido com os princípios do etnodesenvolvimento, será uma práxis quando houver a construção de uma política pública sobre o tema de forma participativa e comunitária pelos principais envolvidos, os povos indígenas, respeitando suas culturas e de acordo com os princípios e diretrizes elaboradas por eles e para eles, sem causar impactos indesejáveis a sua territorialidade.

Entretanto, é necessário possibilitar o entendimento, por parte das comunidades indígenas, do que é o turismo, ecoturismo e os impactos dele advindo, bem como as formas de sua inserção na atividade por meio de um programa de educação para o ecoturismo (formação e capacitação). Somente esclarecidas, as comunidades poderão decidir em relação ao ecoturismo que desejam, traçando cenários futuros, condizentes com seus anseios e expectativas.

Recomendações no que se refere especificamente a relação ecoturismo e povos indígenas são apresentadas pela Declaração de Ecoturismo de Quebec, documento aprovado pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e pela Organização Mundial do Turismo em 10/06/2002, aos governos nacionais, regionais e locais; ao setor privado; às ONGs, entidades de base, instituições de ensino e pesquisa,

instituições internacionais de financiamento, agências de assistência ao desenvolvimento e as comunidades locais e indígenas.

a) Aos governos nacionais, regionais e locais

- Apoiar o desenvolvimento de princípios internacionais, manuais e códigos de ética para o turismo sustentável, fortalecendo as políticas nacionais e internacionais que utilizam o conceito de desenvolvimento sustentável;
- Considerar como opção o remanejamento de áreas públicas de produção intensiva para a atividade do turismo combinada à conservação, quando esta mudança puder trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais para as comunidades em questão;
- Promover e desenvolver programas educacionais para crianças e adolescentes para aumentar a consciência a respeito da importância da conservação da natureza e do uso sustentável, das culturas locais e indígenas e da sua relação com o ecoturismo.

b) Ao setor privado

- Aumentar o uso de materiais, produtos e recursos humanos locais em suas operações de forma a manter a autenticidade da atividade de ecoturismo e ampliar os benefícios financeiros ao destino. Investir no treinamento e na capacitação da mão-de-obra local;
- Trabalhar com lideranças indígenas para garantir que suas comunidades e culturas sejam tratadas com respeito e que seu quadro de funcionários e clientes seja bem informado a respeito das áreas indígenas, de seus costumes e histórias.

c) Às Ongs, associações de base e instituições de ensino e pesquisa

- Monitorar e conduzir estudos do impacto das atividades de ecoturismo nos ecossistemas, na biodiversidade e nas culturas indígenas locais;

d) Às instituições internacionais de financiamento e agências de assistência ao desenvolvimento

- Desenvolver mecanismos financeiros para o treinamento e a capacitação das comunidades indígenas e locais, permitindo que elas participem do desenvolvimento do ecoturismo.

e) Às comunidades locais e indígenas

- Como parte de uma visão de desenvolvimento para a comunidade, definir e implementar estratégias para um aumento de benefícios para a localidade, incluindo o acesso à informação, o desenvolvimento humano, físico, financeiro e social, que venham com o crescimento da prática do ecoturismo;
- Fortalecer, estimular e encorajar a habilidade da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do ecoturismo, como o artesanato, agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável.

Mesmo com toda boa intenção dos participantes da Conferência Internacional de Ecoturismo de Quebec, as recomendações acima demonstram que a concepção de participação, ainda está fundamentada na ciência ocidental e etnocêntrica, pois quem continua a conduzir os planejamentos são os setores públicos e privados, representantes do Estado ou da classe empresarial, sendo que as ongs, as instituições de ensino e pesquisa e as entidades de base aparecem apenas para monitorar e conduzir estudos de impactos do ecoturismo sobre as comunidades. O pesquisador continua sendo um mediador e as comunidades objeto de estudo. Não mencionam a gestão do ecoturismo pelas comunidades de forma a fortalecer os seus conhecimentos, saberes e práticas tradicionais, mas, ao contrário, objetivam usá-las como mercadoria, possíveis atrativos ecoturísticos.

No entanto, a Declaração de Quebec representa um avanço para a sociedade contemporânea, que ainda não se libertou de certos pré-conceitos e que tem muito a aprender e a evoluir em direção a uma sociedade mais justa e ética.



III

*Multiculturalismo e tendências para
o ecoturismo na região do Alto Rio
Negro*

Dos 5 milhões de índios que habitavam este território, restam aproximadamente 734 mil em todo o país (IBGE, 2000), representados por 241 povos diferentes. Destes, cerca de 60% vivem na Amazônia e 50% da população indígena amazônica está localizada no estado do Amazonas, território de aproximadamente 74 povos que resistiram ao processo de colonização e ainda mantêm suas culturas.

A riqueza desse patrimônio cultural indígena se expressa nas artes, arquitetura, artesanatos, mitos, ritos, na pluralidade lingüística, étnica e na geografia mítica (Faria, 2003) onde há a fusão entre o patrimônio natural e cultural.

Nessa perspectiva, um dos principais diferenciais para a Amazônia como destino ecoturístico e, especificamente para o Amazonas, é a diversidade dos povos indígenas que ocupam esse território desde tempos imemoriais que mesmo em condições desfavoráveis, vêm resistindo às pressões antrópicas da sociedade nacional e, e por isso, necessitam de novas tecnologias sociais e econômicas para sobreviverem.

Paradoxalmente, essa riqueza cultural e natural não vem garantindo às diversas nações indígenas sua sobrevivência. A grande maioria dessas nações vem passando por privações de toda ordem (alimentar, saúde, educação etc.) legadas de condições naturais (solos arenosos e pobres em nutrientes, acidez dos rios de águas pretas etc) e históricas.

A cultura indígena pode ser inserida no planejamento do ecoturismo por meio dos artesanatos, que devem ser incentivados; por meio de seus ritos e mitos que podem ser expostos e mostrados em apresentação pública desde que não sejam profanados ou mercantilizados; por meio da culinária; por meio da observação e participação do modo de vida e cotidiano das distintas nações; por meio de trilhas interpretativas onde há a fusão do patrimônio natural com o cultural; por meio da construção de museus específicos para o Alto Rio Negro com suas 23 nações, com a criação de eventos como convenção, oficina e cursos de línguas indígenas.

A cultura pode ser valorizada e afirmada por meios dessas estratégias que necessitam de investimentos financeiro e técnico para o seu pleno desenvolvimento e sucesso. Deve-se ressaltar que todas essas estratégias devem contar com a participação das comunidades envolvidas, das entidades de classe e instituições públicas municipais, estaduais e federais.

No contexto brasileiro, por sua riqueza natural e cultural, a Amazônia, e em particular o Alto Rio Negro, emerge como uma das regiões prioritárias para a conservação de recursos naturais e a construção de modelos de desenvolvimento

capazes de valorizar e proteger a base natural, resgatar e preservar o patrimônio cultural e assegurar benefícios às comunidades locais.

Assim, devemos pensar em estratégias diferenciadas quando tratamos do ecoturismo em São Gabriel da Cachoeira e Região do Alto Rio Negro. São Gabriel é um município indígena onde 95% da sua extensão territorial são terras indígenas já homologadas. Este fato nos faz tratá-lo como um município diferente porque terras indígenas não podem ser vistas como meio rural e a sede como meio urbano. Terras indígenas têm toda uma legislação específica em que, às vezes, as demais legislações não são aplicadas e válidas dentro dos seus limites, como leis ambientais, educacionais e de saúde, por exemplo. Mesmo a educação, sendo diferenciada, não pode ser da mesma forma para as comunidades e para a sede do município.

Não vemos a terra indígena como meio rural, pois as demandas e alguns problemas podem ser semelhantes às dos camponeses, trabalhadores rurais etc, mas tem questões culturais e de identidade muito específicas quanto à língua, às formas de educação, dos conhecimentos e das práticas tradicionais, do patrimônio cultural e genético em suas terras, sem contar a visão de mundo destes povos.

Assim, o município é dividido entre terras indígenas e a sede do município que contemplará o meio urbano e o rural (figura 2).

Diante disso, não podemos pensar políticas e ações, sejam para o desenvolvimento de qualquer segmento do turismo ou de qualquer outra atividade no município de forma única. Estratégias e planejamentos devem ser diferenciados para a sede e para as terras indígenas, mas de forma complementar e integrada para atender esta especificidade e garantir a autonomia no processo de gestão.

No caso específico de São Gabriel da Cachoeira, a sede é a extensão do interior. O interior ganhou a sede e não o contrário, como regra do processo de urbanização.

Durante os anos 2004, 2005 e 2006, vários seminários, reuniões, oficinas foram organizados por iniciativa do movimento popular e organizações de base para discutirem sobre o segmento do turismo adequado ao município e à região, bem como diretrizes e princípios para o seu planejamento, uma vez que o Plano de Desenvolvimento do Pólo de Ecoturismo no município não o fez.

Nos próximos itens, desenvolveremos as concepções de planejamento do ecoturismo para a sede do município, meio urbano e para as terras indígenas propostas pelas comunidades indígenas do interior e indígenas e não-indígenas da cidade.

Os segmentos do turismo definidos nas discussões foram o ecoturismo indígena a ser desenvolvido no interior (terras indígenas) e o ecoturismo indígena e turismo indígena na sede, conceitos já discutidos anteriormente.

Há necessidade de esclarecer para evitar confusões que trabalhamos aqui com três categorias espaciais: o município de São Gabriel da Cachoeira, a região do Alto Rio Negro e a Terra Indígena Alto Rio Negro. As duas primeiras apresentam características semelhantes com 95% da população indígena, 23 povos pertencentes a 04 famílias Aruak, Tukano Oriental, Japurá-Uaupés e Yanomami, que falam 20 línguas indígenas de cinco famílias lingüísticas Tukano Oriental, Aruak, Japura-Uaupés, Yanomami e Tupi (Nheengatu falado pelos povos Baré, Werekena e parte dos Baniwa do Baixo rio Içana) e a Terra Indígena do Alto Rio Negro, com 100% da população indígena, 22 povos das famílias Tukano Oriental, Aruak e Jauprá-Uaupés falantes de 19 línguas indígenas. No município, além das línguas indígenas e do português, também se fala em pequena escala o espanhol devido à faixa de fronteira.

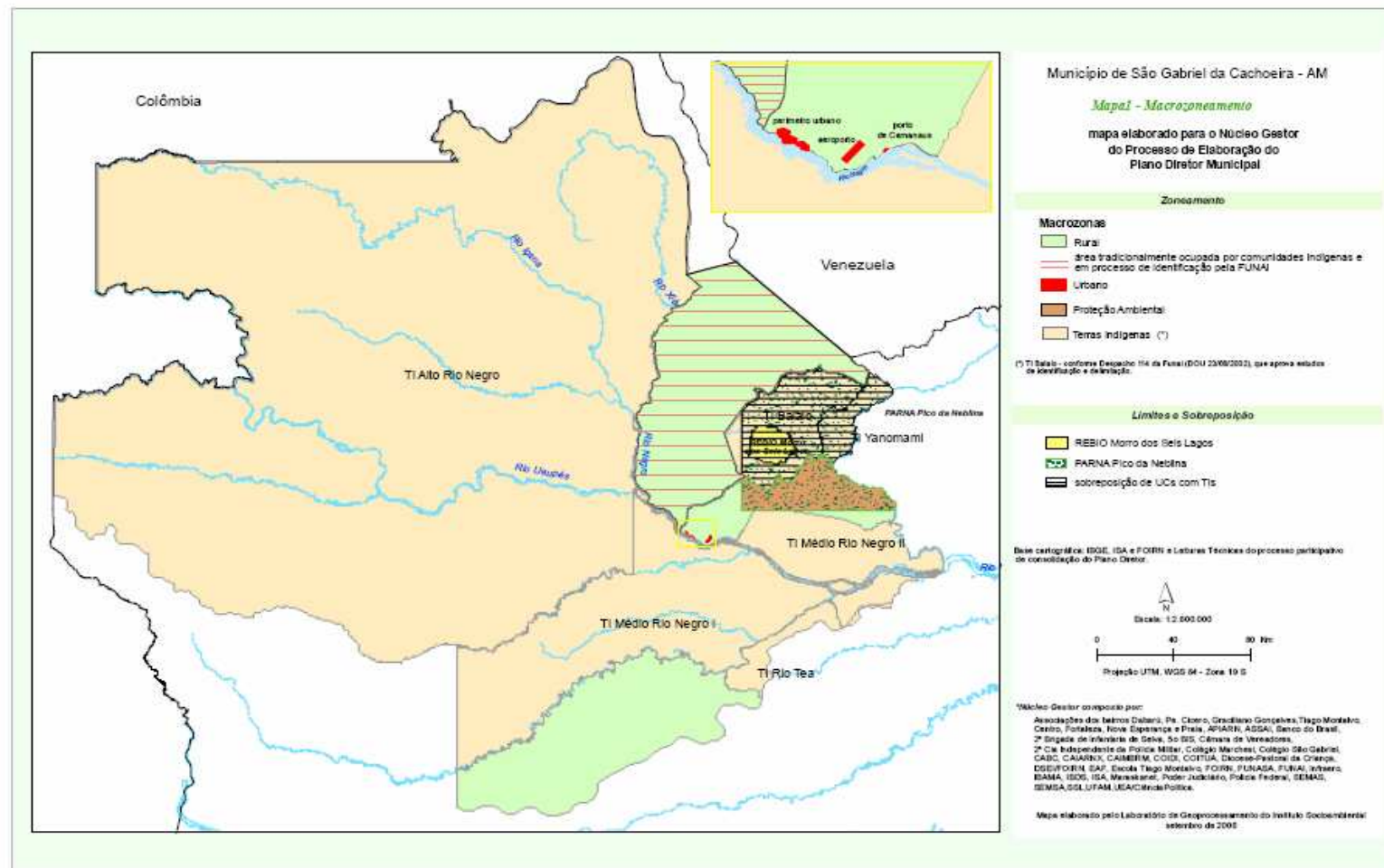


Figura 02 – Zoneamento do Município de São Gabriel da Cachoeira.

3.1- São Gabriel da Cachoeira no pólo de ecoturismo do Amazonas

O município foi criado em 1891, pela Lei Estadual Nº 10, como território desmembrado de Barcelos. É extinto e reintegrado a Barcelos em 1930. Com o Decreto Lei Estadual Nº 226, em 1935, estabelece-se definitivamente como município. Em 1968, pela Lei Federal Nº 5.449, o município é enquadrado como Área de Segurança Nacional.

Ocupa uma área de 112.255 Km², representando 6,95% do Estado do Amazonas, com altitude de 90 m acima do nível do mar. Faz limites com os municípios de Santa Isabel do Rio Negro, Japurá e com a Colômbia e Venezuela.

É o município do Pólo Ecoturístico mais distante de Manaus.

Sua população total é de 29.951 habitantes (IBGE, 2000). A prefeitura fez uma estimativa de 46.000 habitantes em 2005. 95% da população são representados por 23 povos indígenas pertencentes às famílias lingüísticas Tukano Oriental, Maku (Japurá-Uaupés)⁷, Aruak e Yanomami, com 20 línguas indígenas faladas, distribuídas em 427 aldeias.

Uma das grandes preocupações hoje no município é o crescimento da população indígena na cidade decorrente de um êxodo promovido, principalmente, pela busca da escolaridade. As 203 escolas municipais com aproximadamente 9.000 alunos matriculados (SEMED, 2006), denominadas indígenas (algumas com metodologias e currículos específicos e outras que não seguem um currículo ainda tradicional⁸), atuam somente com o ensino fundamental completo. Com ensino médio, apenas 05 são credenciadas pela rede de ensino estadual no interior, localizadas nas comunidades de Iauareté, Taracuí, Pari-Cachoeira, Assunção do Içana e Cucui, das quais 04 são da missão salesiana e a de Cucui, sob influência militar.

Em função do êxodo e também da instalação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, com a vinda de aproximadamente 2.000 militares para o município, a partir de 2005, houve um crescimento desordenado da cidade com ocupação de lugares impróprios como orla fluvial, igarapés, áreas de proteção ambiental, poluição dos igarapés e praias, além dos problemas causados pela ausência de saneamento básico, como inexistência de esgoto sanitário, sarjetas, iluminação pública (inadequada ou

⁷ Existe uma discussão entre os Hupdha, Yu Hupdha e Dâw e a Saúde Sem Limites sobre a mudança do nome da família lingüística denominada anteriormente como Maku para Japurá-Uaupés, devido à forte conotação pejorativa atribuída ao termo.

⁸ O termo escola tradicional é usado pelos povos indígenas do Rio Negro para designar a escola oficial dos brancos, da sociedade nacional.

inexistente), estação e tratamento de água e esgoto, aterro sanitário, usina de reciclagem de lixo etc., assim como construções de todos os tipos e em diversos lugares, proliferação de locais de lazer sem estudos de impactos socioambiental e territorial etc., gerando impactos sociais, como desemprego, alcoolismo, falta de moradia, moradia sem condições mínimas de habitação (figura 3 e 4).

A infra-estrutura urbana precária existente não comporta o contingente populacional, fato que justificou, em caráter de emergência, a elaboração do plano diretor para que todo este patrimônio rio negro tenha condições de sobreviver e conviver em harmonia com a lógica de uma civilização urbana. Caso contrário, todo o patrimônio, que é a própria cidade de São Gabriel da Cachoeira, corre o risco de ser destruído pelo mau uso e falta de planejamento urbano e territorial.

O patrimônio cultural, material e imaterial, herdado dos povos indígenas funde-se ao patrimônio natural (serras, picos, rios, ilhas, corredeiras, cachoeiras, matas etc) revelando o que Faria (1997) denominou de “geografia mítica”, o que torna o município de São Gabriel da Cachoeira ímpar quanto à sua identidade, a qual vem sendo degradada, em parte, em função da ocupação desordenada do sítio urbano sem nenhum planejamento.

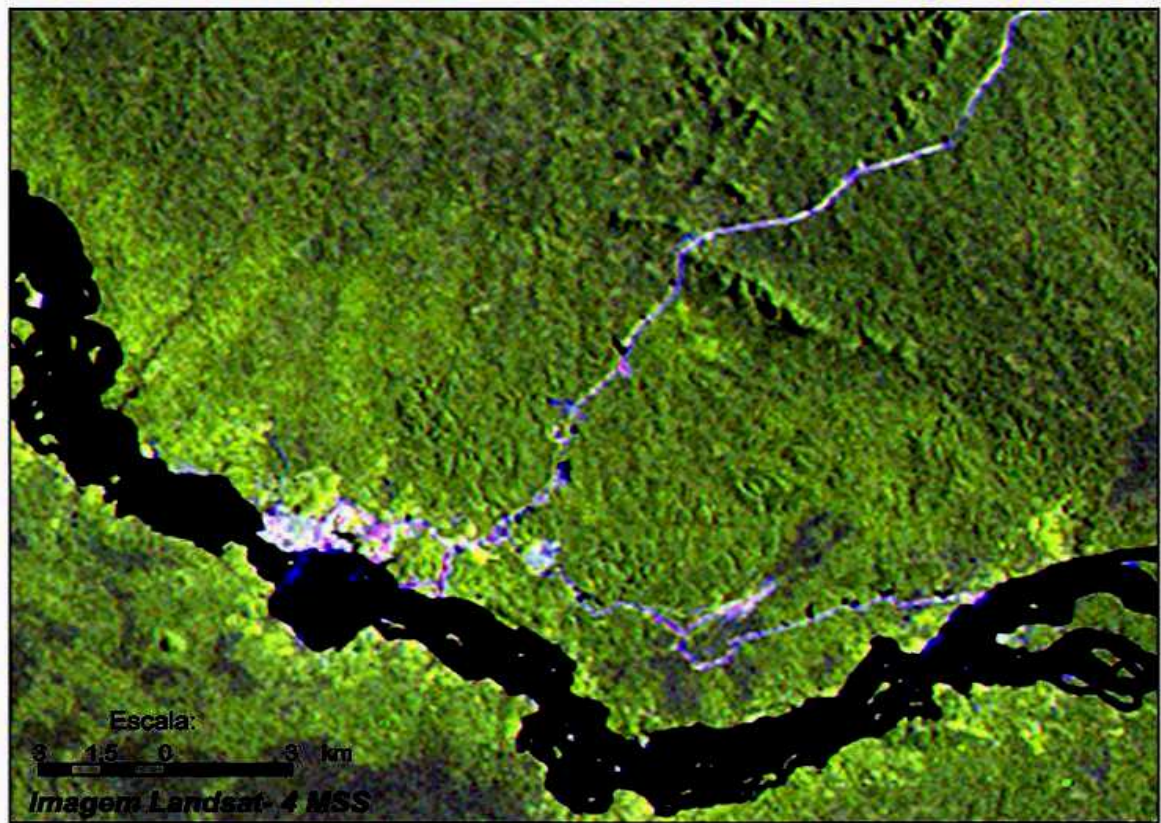


Figura 3 – Ocupação urbana de São Gabriel da Cachoeira em 1977.



Figura 4 – Ocupação urbana de São Gabriel da Cachoeira em 2001.

Para tentar solucionar parte destes impactos, foi elaborado o Plano diretor do município em 2006 e uma política de educação de acordo com a territorialidade lingüística voltada à manutenção dos indígenas em suas terras. Esta política que vêm sendo aplicada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), juntamente com o Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Política Lingüística (IPOL), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira (EAF/SGC), Instituto Socioambiental, FUNAI/SGC.

Termos de Compromissos foram firmados entre as instituições supracitadas juntamente com a SECAD/MEC, SEDUC/AM, Missão Salesiana, Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI) nos anos de 2005 e 2006 para fortalecer ainda mais a política educacional do município que tem como princípios a fixação dos indígenas em suas terras, a metodologia do ensino via pesquisa, o fortalecimento das línguas maternas e co-oficiais através do ensino bilíngüe, a afirmação da tradição cultural dos 23 povos indígenas da região do Rio Negro.

A partir deste momento, a educação passou a ser pensada como parte da gestão territorial porque escola/comunidade/sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural têm de caminhar juntas para que as populações possam conquistar a autonomia (AEITYM, 2005).

Diante disso, algumas ações e projetos foram elaborados para concretizar esta política, nos quais tivemos participação, tais como:

- Magistério Indígenas II, iniciado em 2005 pela SEMED/SGC e SEDUC/AM em parceria com a FOIRN e IPOL com 330 alunos distribuídos em 05 pólos de acordo com a territorialidade lingüística: pólo Tukano, localizado na comunidade de Taracuí, médio rio Uaupés para falantes da família lingüística Tukano – turma Yepapirõpora Tutuamthase; pólo Baniwa-Curipaco, localizado na comunidade de Tunui-Cachoeira, rio Içana para falantes da família lingüística Aruak – turma Pakadzekataka Karoda; pólo Nheengatu, localizado na comunidade de Cucuí, alto Rio Negro para falantes de nheengatu – turma Barekeniwa que reúne alunos, principalmente das etnias Baré, Werekena e Baniwa; pólo Yanomami, localizado na comunidade de Maturacá, rio Cauaburis – turma Pey Yo Yai e pólo Hupda, localizado na comunidade de Barreira Alta, rio Tiquié – turma Taah Sâk Têg para os povos Hupda, Yu Hupda e Dâw da família lingüística Japurá-Uaupés (FARIA, 2005). Infelizmente o magistério

esteve parado por duas etapas (julho/2006 e janeiro de 2007) devido à falta de orçamento das secretarias de educação municipal e estadual (ver figuras 5 e 6).

- Lei nº 210/2006 que regulamenta a Lei nº145/2002 de Co-oficialização das Línguas indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu. A Lei 145/2002, pautada no espírito da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina que, além do português, também as línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa – línguas usadas nas calhas dos grandes rios da região – devem ser utilizadas nas diversas instituições públicas e privadas do município. Assim, o IPOL e FOIRN realizaram, nos dias 23 a 26 de abril na maloca da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira/AM, o Seminário “*Política Lingüística, Gestão do Conhecimento e Tradução Cultural*”, regulamentação da Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Nheengatu e Baniwa” (figuras 7 e 8). Teve como objetivo refletir e discutir conjuntamente – sociedade civil, lideranças, jovens, vereadores, secretários municipais, instituições públicas e privadas – uma política lingüística e de gestão do conhecimento indígena gerada nestas línguas que culminou na Lei. nº 210, de 31 de outubro de 2006, que regulamentou a Lei nº 145/2002 de Co-oficialização das Línguas Indígenas no município (anexo 1), reconhecendo a cultura e garantindo o direito à liberdade de expressão nas línguas dos povos indígenas do Rio Negro e, indiretamente, contribuindo para o uso de todas as línguas indígenas da região. Dentre as deliberações do seminário, estão a criação do dia das Línguas, do Conselho Municipal de Política Lingüística, do Fundo Municipal de Política Lingüística e um curso de credenciamento de tradutores para as três línguas co-oficiais, que foi elaborado pelo IPOL e financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM);
- Licenciatura Indígena “Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”. O que difere esta licenciatura das demais é o fato de ter sido discutida de forma participativa por meio da territorialidade lingüística com os povos indígenas da região, respeitando a diversidade cultural e lingüística. A base do conhecimento será produzida por meio do ensino via pesquisa e a estrutura curricular será flexível e orientada pelas pesquisas desenvolvidas pelos discentes sem uma grade curricular pré-elaborada, objetivando a formação pedagógica dos alunos, a partir da gestão do conhecimento e de tecnologias sociais tradicionais

indígenas e não indígenas, a discussão e a gestão territorial de suas comunidades e da Terra indígena do Alto Rio Negro. O projeto foi discutido preliminarmente no período de junho a outubro de 2005 nas comunidades de Tunui Cachoeira e Assunção do Içana na Calha do Rio Içana; Iauareté, Taracú e Pari-cachoeira na calha dos rios Uaupés e Tiquié, Triângulo Tukano e ao longo da calha do Rio Negro nas comunidades de Cartucho, Cué-cué, Cucui, Juruti e São Jorge no Rio Curicuriari, Maturacá no rio Cauaburis e São Gabriel onde foram apresentadas várias sugestões quanto ao critério de seleção, metodologia, número de vagas, perfil do curso, perfil do aluno que se quer formar e princípios que norteariam a construção do mesmo, que sistematizadas foram novamente postas em discussão durante a assembléia geral realizada nos dias 29 e 30 de novembro de 2005. Em 29 de janeiro de 2006, o projeto foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário da UFAM. O curso será coordenado pela UFAM e FOIRN. São 120 vagas, oferecidas exclusivamente para indígenas, de acordo com a territorialidade lingüística, sendo 40 para cada pólo nas calhas dos seguintes rios: Rio Negro, na comunidade de Cucui para os falantes da língua Nheengatu; Rio Uaupés, na comunidade de Taracú para os falantes da língua Tukano e Rio Içana, na comunidade de Tunui para os falantes das línguas Baniwa e Curipaco (ver figura 9).



Figura 5 – Magistério Yanomami Pey Yo Yay. Foto: Ivani Faria. Maturacá 2006



Figura 6 - Magistério Tukano. Foto: Paulo Lira. Taracuá, 2006.



Figura 7 – Seminário “Política Lingüística, Gestão do Conhecimento e Tradução Cultural”, regulamentação da Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Nheengatu Baniwa. Foto: Ivani Faria, São Gabriel da Cachoeira, 2006.



Figura 8 – Aprovação da Lei nº 210/2006. Câmara dos Vereadores de São Gabriel da Cachoeira. Foto: Ivani Faria, 2006.

Em 2006, para solucionar os problemas surgidos a partir da má ocupação urbana, o município de São Gabriel da Cachoeira apresentou ao Ministério das Cidades uma proposta para elaboração do Plano Diretor. Inicialmente, o plano seria elaborado em parceria com a Universidade Federal do Amazonas com apoio dos recursos humanos locais já formados por ela em diversas áreas do conhecimento, como Geografia, Ciências Sociais, Pedagogia, Biologia, Matemática, Turismo e Gestão do Território etc, com o objetivo de se fazer um planejamento territorial diferenciado que respeitasse esta identidade específica da cidade de forma participativa e comunitária e, principalmente, por quem realmente conhece o lugar. Entretanto, a conjuntura política local levou o poder municipal a contratar a Empresa de Consultoria POLIS, renomada no Estado de São Paulo na elaboração de planos diretores em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA).

A Lei Orgânica Municipal, em seus artigos 36 a 39, do Ato das Disposições Transitórias, criou quatro distritos em São Gabriel da Cachoeira (Figura 9): Cucuí, Assunção do Içana, Taracuá, Pari-Cachoeira e São Gabriel da Cachoeira (sede). Em função do plano diretor (Lei nº 209/2006, Capítulo XV, Art.87), a denominação distrito foi substituída por Região Administrativa.

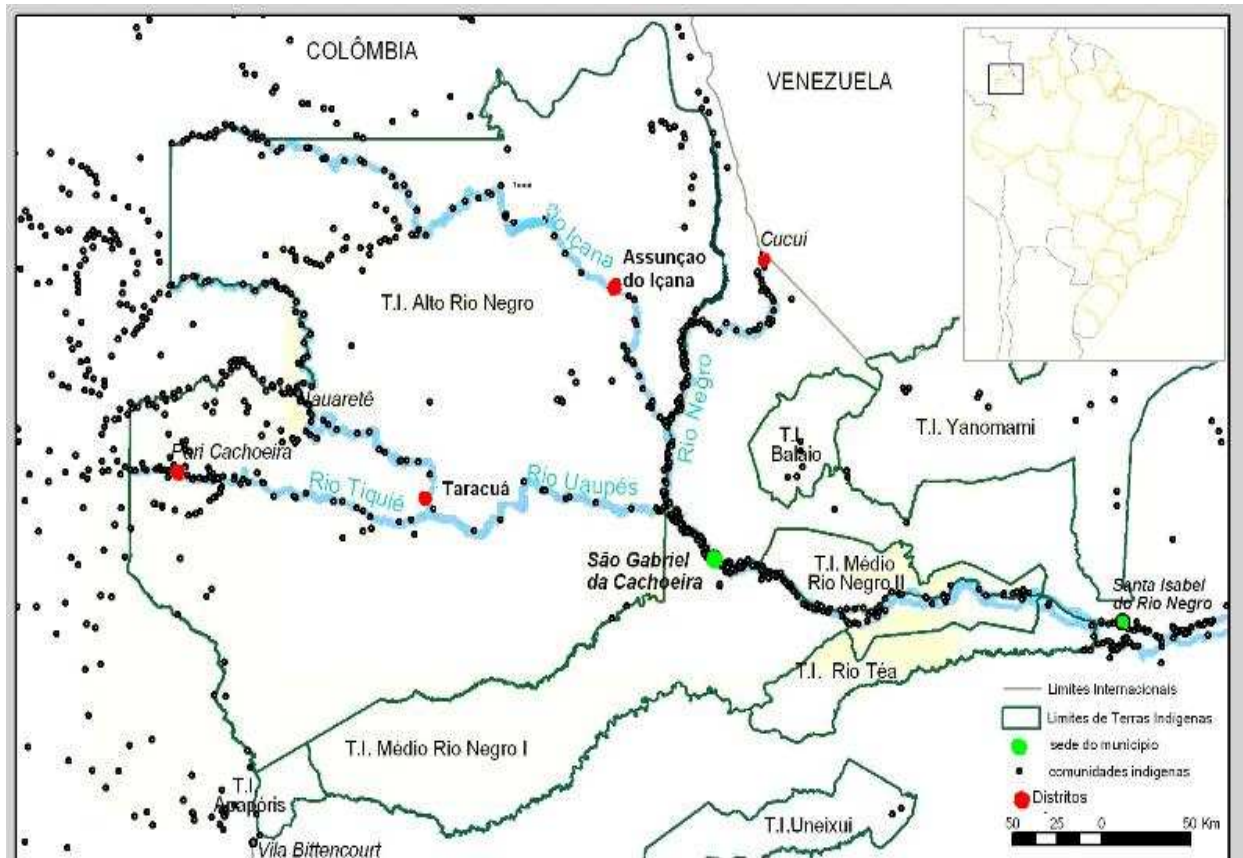


Figura 9 – Distritos do Município de São Gabriel da Cachoeira. Base Digital cedida pela Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, 2006.

Todas as Regiões Administrativas, incluindo a cidade de São Gabriel, têm a predominância dos povos indígenas da região. 95% da extensão territorial do município é compreendida pelas terras indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Tea, Rio Apaporis, Yanomami, Ineixui e, mais recentemente, já homologada a Terra Indígena Balaio, e Cué-Cué Marabitana que espera resultado do processo de regularização.

A divisão territorial em seis regiões administrativas Tawa, Hiniáli, Alto Rio Negro e Xié, Marie e Cauaburis, Waupés e Tiquié, Alto Waupés e Papuri (figura 10) envolve 95% das terras indígenas existentes que, de acordo com o Artigo 231 da Constituição Brasileira de 1988, são terras da União com usufruto dos povos indígenas. Esta divisão polemiza o conceito de região ao mesmo tempo em que pode promover uma confusão de ordem administrativa, uma vez que as Terras Indígenas demarcadas estão sob a abrangência da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e das 05 coordenadorias sub-regionais, deslocando a gestão das terras indígenas do âmbito federal para o municipal, que até então sempre foi pensada pelas organizações indígenas e neste caso, pela FOIRN e suas associações de base.

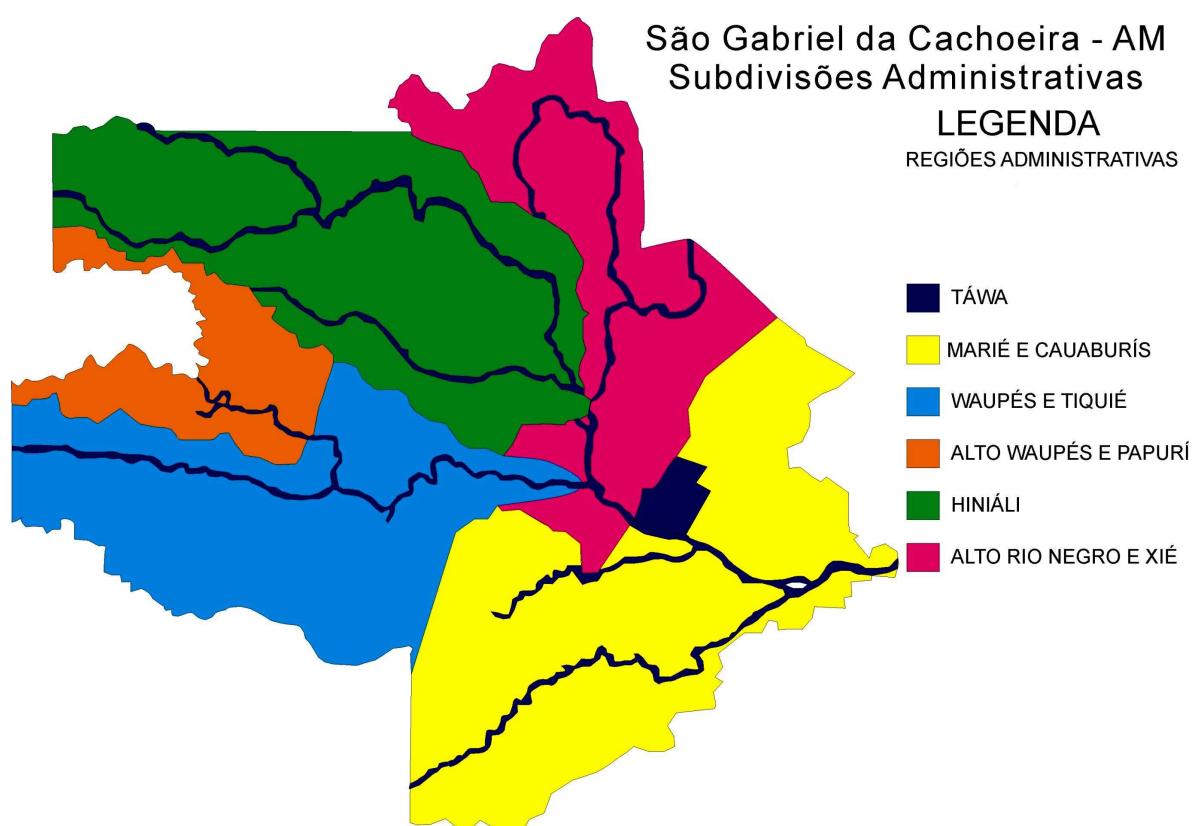


Figura 10: Regiões Administrativas do Município de São Gabriel da Cachoeira. Plano Diretor, Lei nº209/2006.

Paralelamente à divisão das Regiões Administrativas realizada pelo município, há a divisão territorial da FOIRN que, segundo o Capítulo 3, Artigo 7º do Estatuto Social aprovado em 2002, compreende 05 coordenadorias sub-regionais (Figura 11), as quais são: Coordenadoria das Associações Baniwa Curipaco (CABC); Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX); Coordenadoria das Organizações Indígenas do Rio Tiquié, Uaupés e Afluentes (CIOTUA); Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté (COIDI) e Coordenadoria das Associações Indígenas do Baixo Rio Negro (CAIBRN).

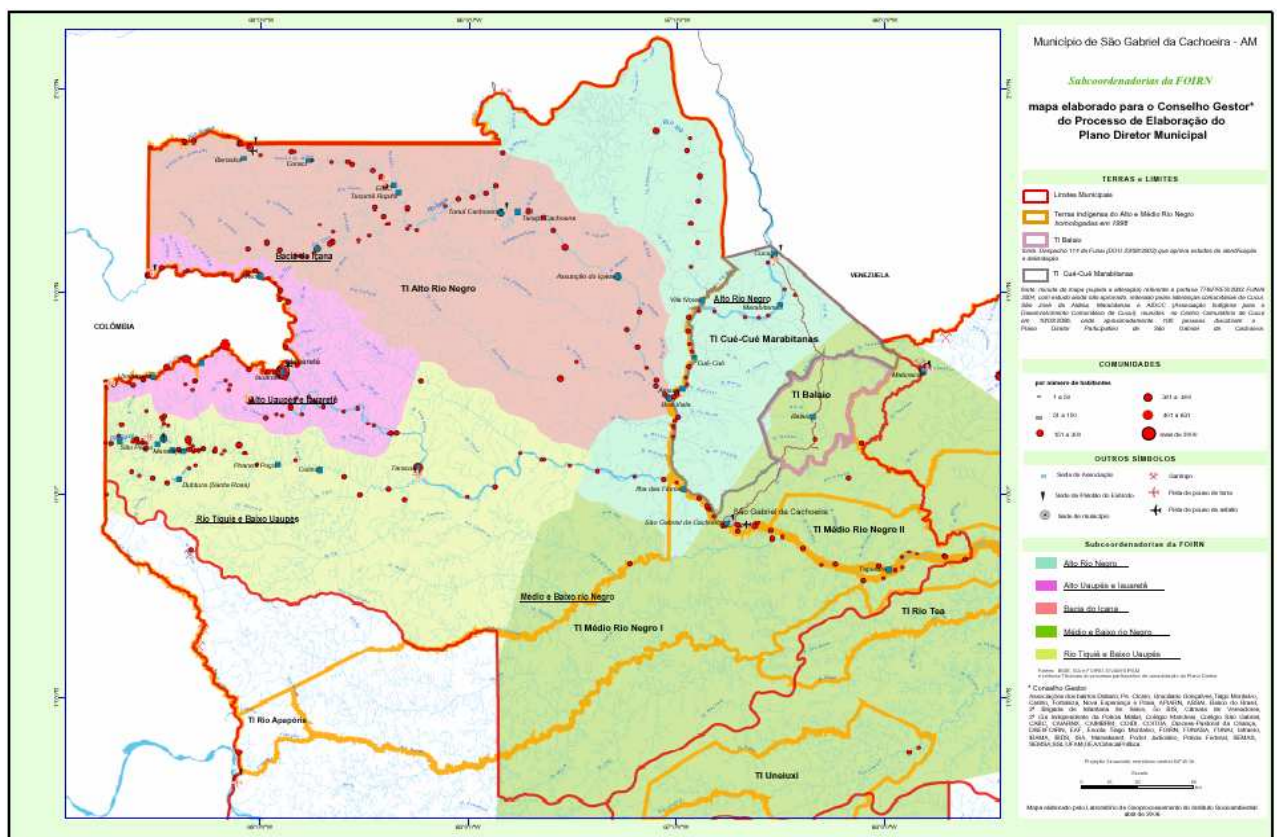


Figura 11: Subcoordenadorias Regionais da FOIRN. Estatuto da FOIRN, 2002.

Outra preocupação com esta divisão territorial é que proporcionará a elaboração de planos diretores regionais para as citadas Regiões Administrativas (Capítulo XVII, Art.90 da Lei nº 209/2006) que, no caso, formadas por pequenas aldeias, chamadas de comunidades pelos indígenas do Rio Negro, localizadas dentro das terras indígenas e que não apresentam os problemas de uma pequena ou média cidade. Há necessidade de investimentos de saneamento, iluminação etc, mas não houve uma consulta ou

esclarecimentos sobre quais os impactos destas transformações nas comunidades que podem ficar com uma identidade de pequenas vilas e não mais de aldeia indígena.

Vale ressaltar que não consta no plano diretor elaborado nenhuma referência sobre a identidade e diretrizes para o planejamento e o segmento do turismo que se deseja para o município discutida nos eventos de 2004. Um, promovido pela FOIRN em junho de 2004, direcionado para as terras indígenas, denominado “Oficina *Yaneretama: sustentabilidade e ecoturismo indígena* e outro, realizado também em junho de 2004 pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo e UFAM, direcionado para a sede, denominado de *Seminário Ecoturismo Perspectivas e desafios em São Gabriel da Cachoeira*.

Foram feitas, em algumas reuniões do Conselho Gestor do Plano Diretor, sugestões para que o plano abarcasse estas propostas que constavam de um parágrafo no Congresso da Cidade, realizado em agosto de 2006, e que foram aprovadas por todos os presentes. Entretanto, ao termos acesso à Lei 209/2006, verificamos que o parágrafo havia sido retirado, provavelmente durante a tramitação na Câmara dos Vereadores.

Entretanto as observações que constam do relatório do seminário sobre os problemas e sugestões para as questões ambientais, sociais e infra-estrutura urbana foram contempladas pelo Plano Diretor. (Este assunto será abordado no item 3.1.1).

Lembramos que o instrumento, plano diretor, foi criado para tentar solucionar os problemas do meio urbano e mais recentemente envolveu no seu planejamento o meio rural, pois ambos se integram. E que terras indígenas são pensadas a partir da gestão territorial e não do planejamento de um plano diretor.

O Plano elaborado contém avanços para o planejamento urbano do município, necessários ao pleno exercício da cidadania, no entanto, não houve uma participação efetiva das comunidades indígenas do interior que, até o momento, sequer entenderam o que é o plano diretor e qual a sua função, motivo pelo qual questionamos a divisão em regiões administrativas e a elaboração de planos diretores regionais para as mesmas. Esta situação foi verificada por nós durante a realização de oficinas de Ensino via Pesquisa, de elaboração de projetos, planejamento pedagógico e durante as assembleias das associações de base nas comunidades de Cunuri, Maturacá, São Jorge, Fonte Boa, Taracua, Castelo Branco onde foram reunidas pessoas das comunidades próximas das calhas dos rios Uaupés, Curicuriari, Maturacá e Maiá e Içana no ano de 2006.

Reiteramos que participação não pode se restringir a uma orientação das políticas públicas governamentais e/ou a opinião de representantes das comunidades e

associações sem uma discussão anterior aprofundada pela coletividade. Discussão esta que não ocorreu durante a elaboração do plano diretor nas comunidades indígenas do interior para que todos e não somente alguns pudessem ter conhecimento sobre o que é plano diretor, suas funções e as propostas para a divisão territorial do município para que pudessem decidir o melhor caminho para gestão de seus territórios. Acreditamos que está na hora de repensarmos algumas formas democráticas de representação chamadas de participativas.

3.1.1 – Identidade étnica e potencial ecoturístico na cidade indígena

No município de São Gabriel da Cachoeira, integrante do Pólo de ecoturismo do Amazonas, existe de forma imprópria (clandestina) um tipo de turismo que por vez inclui em seu roteiro algumas comunidades indígenas ou atrativos em terras indígenas, como a Serra da Bela Adormecida (Curicuriari- Basé Boo), Serra de Cabari, Pico da Neblina e, na cidade Morro da Fortaleza, Serra de Boa Esperança, praias e balneários, sem nenhum estudo/planejamento o que pode promover vários problemas de ordem ambiental e cultural devido ao desconhecimento e despreparo da população sobre esta prática social que é o turismo.

Não consideramos estas práticas turísticas como sendo ecoturismo e nem mesmo turismo ecológico. No máximo, poderiam ser entendidas como turismo de natureza, uma vez que o atrativo é a natureza.

De acordo com Aquino (2004), as discussões sobre turismo no município iniciaram em 03 de Setembro de 1991, como parte das comemorações dos CEM ANOS da cidade de São Gabriel da Cachoeira, com a presença de um Secretário de Estado do Turismo pela primeira vez.

No decorrer de 13 anos, foram muitos os estudos, pesquisas, levantamentos e cursos realizados, com propósito de conscientizar e preparar a comunidade para viabilizar a atividade turística no município por se tratar de um dos maiores, se não o de maior, potencial turístico do estado, segundo as autoridades e estudiosos do assunto (AQUINO, op.cit.).

Estas discussões produziram opiniões e documentos que hoje servem de base para a abordagem do assunto na atualidade, os quais são:

- Estudos/Sugestões para o desenvolvimento do Turismo em São Gabriel/Governo do Estado/ICOTI, julho de 1991;
- Estudos Básicos para o Estabelecimento do Perfil Turístico de São Gabriel/Governo do Estado/EMAMTUR, fevereiro de 1993 (este estudo elege o turismo como principal vocação do município, destacando a necessidade de planejamento, de infra-estrutura e da imprescindível participação do governo estadual nesse processo);
- Diretrizes para Política Nacional de Ecoturismo/Governo Federal/MICT/MMA, material literário para a preparação do município em relação ao assunto;
- RINTUR – Relatório de Informações Turísticas/Governo Federal - EMBRATUR, 1995 e 1996, processo que selecionou em todo o país os 1500 (...) municípios com potencial turístico para participarem do PNMT;
- Política Nacional de Turismo – Governo Federal/Vários Ministérios, 1996, conjunto de objetivos e estratégias a serem executadas pelo estado e iniciativa privada, com a finalidade de promover e incrementar o turismo em todo o país. Entre os muitos programas: CRH, PNFT, PRODETUR/Amazônia, Amazônia Integrada/BNDES/FAT e PNMT;
- Curso de Marketing Turístico, Realização de Eventos para a Captação Turística, Governo do Estado/Prefeitura/SENAC, 1996;
- Criação da SEMATUR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, Prefeitura Municipal de SGC/1997. Durante todo esse tempo e todos os acontecimentos acima mencionados, o assunto turismo flutuava por vários setores da municipalidade;
- PDLIS/DLIS – Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável/Governo Federal, Programa Comunidade Solidária/Governo do Estado/Parceiros/Prefeitura Municipal de SGC, 1999, apontam o turismo como uma tendência natural economicamente e como possível instrumento de desenvolvimento para a região;
- PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo/Governo Federal/Governo do Estado, SEC, Comitê Estadual do PNMT/2000 e 2001, objetivava preparar o município para desenvolver políticas públicas para o turismo. Infelizmente, em São Gabriel, foi encerrado antes de sua conclusão;

- Pesquisa encomendada pelo Governo do Estado, realizada pela empresa Amazônia Ambiental, para elaborar o diagnóstico do município para o PROECOTUR/2001;
- COMTUR – Conselho Municipal de Turismo/marco de 2002, concretização de um dos princípios básicos para a Municipalização do Turismo/Monitores Municipais do PNMT, SEMATUR.

Realizações:

- Nomeação da Diretoria Executiva;
- Elaboração do Projeto de Lei de Criação do FUMDETUR – Fundo Municipal para o Desenvolvimento do Turismo, ainda no Executivo (parado no executivo até esta data);
- Contribuição e Assessoramento à SEMATUR,
- Discussão sobre os principais entraves para o turismo local;
- Interferência respaldada na legalidade às posturas negativas envolvendo a questão turística e ambiental;
- Discussão quanto ao exercício da atividade turística na sede municipal, em áreas de conservação e em terras indígena, envolvendo estrutura legal, infra-estrutura, formação e capacitação profissional e organização social;
- Discussão e estudos quanto ao segmento turístico ideal para SGC (comunitário e participativo);
- Participação na I Oficina de Ecoturismo Indígena Yaneretama, do Rio Negro/FOIRN, 16 a 18 de junho de 2004;
- Realização do I Seminário de Ecoturismo do Município, destacando o núcleo urbano e o entorno/COMTUR, na Câmara Municipal 19 a 21 de junho de 2004;
- Sistematização do Material produzido no seminário, elaboração do relatório final e encaminhamento da proposta/COMTUR/UFAM/IBAMA, julho de 2004.

Na opinião de Aquino “a sociedade gabrielense tem, durante todo esse tempo, caminhado sozinha em direção de seus objetivos turísticos. Tem sido preterida pelas esferas governamentais e, assim, na esperança de acertar, tem errado muito, porém, o pouco que se conseguiu até agora foi por seus próprios méritos.[...] De outra forma, a afirmação acima, visa na verdade dizer que nenhuma das indicações constantes do diagnóstico local, tidas como prioritárias para o município, foram implementadas. E que, até que se prove o contrário, as propostas para o ecoturismo discutidas em São

Gabriel da Cachoeira/Amazonas pela FOIRN, UFAM, FUNAI e IBAMA em conjunto com o COMTUR são as melhores para a região e o povo”.

Não existem no município atrativos turísticos organizados que envolvam os povos e a cultura do lugar. Os turistas quando chegam se deparam com um município totalmente indígena, mas sem os traços desta identidade no seu planejamento urbano e o que vem lembrar a presença dos povos indígenas é uma loja de artesanato e a maloca da FOIRN. Podemos dizer que apesar de ser um município indígena, não vemos na sua estrutura e/ou forma de organização urbana ou nas esporádicas práticas do turismo a identidade destes povos.

Mesmo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR) parece desconsiderar esse potencial para o turismo indígena ou qualquer tipo de turismo, pois todos os planejamentos, poucos existentes, estão voltados exclusivamente para o Festibal, festa anual que apresenta de forma folclórica os povos indígenas da região, representados por agremiações. A cidade e as políticas públicas existentes negam por completo a identidade indígena do lugar.

Iniciativas particulares de algumas agências, intituladas por eles como turismo de aventura com escalada para o Pico da Neblina, o Morro dos Seis Lagos e roteiros com trilhas fluviais ao longo dos rios de água preta, como o Negro e o Uaupés, eram realizadas com certa frequência até o fechamento pelo Ministério Público Federal do Parque Nacional do Pico da Neblina no final de 2002, após denúncia da entrada de turistas na Terra Yanomami.

Ressaltamos que o Parque Nacional do Pico da Neblina é área de sobreposição com a Terra Indígena Yanomami e encontra-se fechado até o momento.

Apesar de fazer parte do Pólo de Ecoturismo, a população ou a comunidade em geral em nenhum momento foi convidada a participar de discussões ou preparada para participar do Programa de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente (PROECOTUR) e não tinha conhecimento, no momento da elaboração do plano de Desenvolvimento do Ecoturismo em São Gabriel da Cachoeira, sobre os problemas e conseqüências que um turismo mal planejado pode acarretar ou ainda a importância que essa atividade pode ter na conservação do patrimônio ambiental e cultural e como o ecoturismo pode ser uma atividade de desenvolvimento sustentável, podendo melhorar sua condição de vida desde que seja organizado por meio do planejamento participativo e comunitário com base nos princípios do etnodesenvolvimento.

Nos últimos três anos, tornou-se freqüente por parte de agências de turismo a solicitação de entrada de turistas na terra indígena junto a FOIRN e FUNAI em São Gabriel da Cachoeira. Tal solicitação vem sendo negada pelas comunidades por não terem nenhuma discussão acumulada sobre a temática.

Diante disso, a FOIRN (Federação das Organizações indígenas do Rio Negro) com nossa colaboração, organizou em junho de 2004 a oficina Yaneretama: sustentabilidade e ecoturismo indígena, com participação das lideranças do Conselho diretor da FOIRN bem como de suas associações filiadas, resultando na proposta da realização de oficinas nas comunidades para elaboração de diagnóstico/levantamento do potencial e das diretrizes e princípios para o ecoturismo na região. Posteriormente, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), realizou o seminário Ecoturismo: Perspectivas e desafios em São Gabriel da Cachoeira que resultou em um relatório, apontando os principais problemas ambientais, sociais, culturais e de infra-estrutura urbana bem como diretrizes que deveriam ser seguidos para o planejamento do ecoturismo no meio urbano e uma proposta de emenda à Lei Orgânica que trataria do planejamento do turismo no município.

As discussões do seminário foram subsidiadas por uma análise de ambiência do município, elaborada de forma participativa pelos alunos do curso de Especialização Turismo e Gestão Territorial, promovido pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, entre eles indígenas da região, durante a disciplina Turismo em Terras Indígenas, ministrada por nós em 2003.

Diante destas iniciativas e das sugestões do seminário, também foi discutido um projeto que promovesse a educação patrimonial, ambiental e para o ecoturismo nas escolas e nas comunidades dos bairros de São Gabriel intitulado “Yassú Yaconhecere Yané Tawa”, nome em Nheengatu que em português significa “Vamos Conhecer a nossa Cidade”.

a) Curso de Pós-graduação Lato Sensu: Especialização em Turismo e Gestão do Território

O curso foi promovido pelo Departamento de Geografia, da Universidade Federal do Amazonas, no período de agosto 2002 agosto 2003 com carga horária de 446 horas. Foi solicitado ao Reitor da UFAM por meio de um documento assinado por alunos recém formados dos cursos de Geografia e Ciências Sociais bem como por

demais pessoas do município que verificaram que precisavam ter mais conhecimentos sobre o tema devido à inclusão do município no Plano de Desenvolvimento do Pólo de Ecoturismo do Estado para poderem planejar e gerenciar o turismo e/ou ecoturismo do lugar e não por agentes exógenos aos conhecimentos locais, como ocorre normalmente quando da instalação de políticas ou de projetos deste segmento.

Teve como objetivo formar e capacitar a comunidade para o planejamento do turismo, utilizando os princípios do etnodesenvolvimento e do planejamento participativo comunitário.

Princípios:

- Planejamento e gestão participativa comunitária do turismo;
- Autonomia dos povos indígenas;
- Valorização e conservação do patrimônio cultural ambiental ;
- Valorização da língua indígena.

Houve a formação de 41 especialistas em Turismo e Gestão do Território que apresentaram os seguintes trabalhos de conclusão de curso: Seen Retana: sabor da Terra; Madzerukai: conhecimento mítico; Yane retama – trilha interpretativa para a Serra de Cucui; Yanerimbiu Kuemete; Rumo ao Massarabi; Ecoturismo: cultura no esporte e lazer em Sta. Izabel do rio Negro; Dabucuri – apresentação de ritual de confraternização; Ilha do Sol – trilha; Madre Niatohore Ma'iria (costurando o futuro); Yepá Díroa Masã Ukusehé Nisetishé; Revitalizando a nossa arte: casa dos artesãos (Sta Izabel do rio Negro); Wy Ruka Dabaru; Bahuro:paisagem e mito; Trilha Ecológica: Ilha de Bela Vista; Trilhas fluviais no Arquipélago de Mariuá (Barcelos); Ecoturismo na Comunidade das Mercês; Yanerimbiu:nossa comida.

b) *Seminário Ecoturismo: Perspectivas e desafios em São Gabriel da Cachoeira*

O Seminário teve como objetivo definir o segmento do turismo bem como princípios e diretrizes para São Gabriel da Cachoeira e elaborar propostas para regulamentar esta atividade no município por meio do planejamento participativo comunitário.

Participaram deste evento comunidades de bairros, alunos do ensino médio, fundamental e superior, professores, instituições não governamentais, como FOIRN, ISA, IBDS, Conselho dos Professores Indígenas do Rio Negro (COPIARN), Associação de professores Indígenas do Rio Negro (APIARN) e governamentais, como FUNAI,

IBAMA, Secretaria do Meio Ambiente e Turismo, Escola Agrotécnica Federal e Universidade Federal do Amazonas.

Princípios para o planejamento do turismo no município:

- O Ecoturismo e o turismo indígena são os mais adequados à organização social, cultural e ambiental do município e deve ser desenvolvido por meio do planejamento, gestão comunitária e participativa, envolvendo as comunidades do lugar;
- Valorização e respeito à diversidade cultural do município;
- Valorização e conservação do patrimônio cultural material e imaterial;
- Ecoturismo não deve ser atividade principal e sim complementar às demais do município;
- Valorização e formação dos recursos humanos locais;
- Valorização das atividades tradicionais;
- Construção de equipamentos turísticos e de apoio de acordo com a identidade territorial e cultural do lugar;

Encaminhamentos:

- Introdução de um capítulo com os princípios e diretrizes para o turismo em São Gabriel da Cachoeira na Lei Orgânica do município;
- O projeto de emenda à Lei Orgânica deverá ser discutido pela comunidade por meio de reuniões que serão realizadas nos bairros;
- Encaminhar à prefeitura solicitação de retirada da caixa d'água da Cosama do Morro da Fortaleza, por este se tratar de um patrimônio histórico do município e constituir-se em crime contra o patrimônio e a saúde pública;
- Encaminhar ao Exército solicitação para devolução dos 5 canhões que fazem parte do conjunto arquitetônico do Morro da Fortaleza;
- Encaminhar ao IBAMA e Ministério Público Federal solicitação para que se cumpra a deliberação do MP na audiência pública quanto à realização do Plano de Uso Público do Parque Nacional do Pico da Neblina, liberando-o para visitação em caráter de urgência;
- Encaminhar à FUNAI solicitação para averiguação sobre a localização da Ilha dos Reis em Terras Indígenas e pedir reintegração de posse como Terra Indígena do Médio Rio Negro.

Todas as propostas acima foram encaminhadas e estão aguardando respostas dos órgãos competentes.

A minuta de emenda à Lei Orgânica do município (anexo 2) que trata das Políticas de Turismo foi encaminhada à Câmara Municipal cuja votação seria em 2004, mas até o momento não foi discutida

Com base na análise e interpretação da Ambiente externa e interna e do Diagnóstico do Município de São Gabriel da Cachoeira realizado durante o curso de especialização Turismo e Gestão Territorial em 2003, e de acordo com os resultados do seminário, identificou-se a necessidade de implementação das diretrizes, estratégias e ações para o desenvolvimento do ecoturismo neste município.

Problemas que dificultam o desenvolvimento do ecoturismo em São Gabriel da Cachoeira:

- Insuficiência da rede hoteleira e da sua infra-estrutura turística;
- Carência de profissionais qualificados nos meios de hospedagem e nos serviços de alimentação;
- A falta de infra-estrutura, junto aos atrativos ecoturísticos locais, constitui uma séria ameaça à sustentabilidade dos mesmos. Atrativos naturais e culturais ficam, frente ao problema, expostos às ações de intempéries e dos turistas;
- A água poluída (poços) ou imprópria (águas do rio Negro naquele trecho) para o consumo humano. O tratamento ainda insuficiente das águas do rio Negro, feito pela COSAMA, deve se constituir uma real preocupação em todo o município.;
- Com relação ao saneamento ambiental e à saúde pública do município, deve-se ressaltar o grande percentual de incidência da malária e de doenças transmissíveis por via hídrica. O desenvolvimento da atividade deve estar atrelado, inevitavelmente, ao combate das referidas doenças, com objetivos de controle e de erradicação das mesmas em todo o município;
- Acesso a importantes atrativos ecoturísticos do município apresenta, também, limitações para o incremento da atividade em São Gabriel da Cachoeira. A BR 307, que dá acesso ao Parque Nacional do Pico da Neblina – um dos atrativos mais visitados em todo município, necessita de pavimentação e recuperação das 13 pontes existentes;
- Em relação ao transporte dos ecoturistas, para os principais atrativos ecoturísticos do município, é de se ressaltar que, atualmente, é insuficiente em

quantidade e na qualidade dos serviços prestados, merecendo atenção por parte das empresas privadas, ligadas ao turismo e por parte do governo local;

- Preços elevados das passagens aéreas que, na grande maioria das vezes, inviabilizam o município dentro dos roteiros ecoturísticos.
- Deve-se ressaltar o sério problema de pressão sobre os recursos naturais, exercidas por atividades ilegais e danosas ao meio ambiente, como, por exemplo, o garimpo clandestino e a extração de areia e seixos. A sobreposição das áreas indígenas às áreas correspondentes às unidades de conservação gera conflitos de uso e, conseqüentemente, para o futuro, degradação daquilo que se deseja conservar. A questão das terras indígenas constitui, assim, um dos temas centrais a serem considerados em São Gabriel da Cachoeira;
- Riscos de descaracterização da cultura indígena, frente a um turismo despreocupado em conservar o patrimônio cultural das diferentes etnias, existentes no município, devem, também, ser alvo de preocupação. Para tanto, estratégias e ações de resgate e valorização da cultura local aparecem como relevantes para o desenvolvimento da atividade;
- Falta de políticas públicas voltadas para este setor, seja para atender a demanda local, seja para atender a demanda dos ecoturistas que, atualmente, chegam em São Gabriel da Cachoeira.

Reiteramos que o fenômeno turístico e suas conseqüências, para as comunidades e áreas receptoras, precisam ser plenamente, entendidos pela comunidade local. A clareza, em relação aos impactos potenciais advindos da atividade, possibilita que a comunidade decida em relação ao turismo que deseja, traçando cenários futuros, condizentes com seus anseios e necessidades. A forte organização comunitária do município aponta, inevitavelmente, para o planejamento e para a gestão participativa da comunidade na atividade ecoturística.

As principais recomendações para viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo no município são:

- A cultura indígena é uma das potencialidades do município em relação à atividade ecoturística. O planejamento e a gestão participativa da atividade são reivindicações dos povos indígenas e necessárias para o desenvolvimento sustentável da atividade. Entretanto, algumas questões devem ser observadas em prol de um ecoturismo que possa beneficiar os diferentes povos e conservar o patrimônio existente;

- Organização comunitária - apoio e fortalecimento das organizações comunitárias - oficinas de ecoturismo com base comunitária, criação de cooperativas de artesãos, doceiras;
- Capacitação de recursos humanos locais para ingresso na atividade ecoturística com cursos de capacitação de guias especializados em ecoturismo, de culinária regional e local, relações humanas e atendimento ao público e de idiomas;
- Conservação de recursos naturais - elaboração de Plano de manejo participativo e fiscalização para unidades de conservação com potencial ecoturístico (Parque Nacional do pico da Neblina e Morro dos Seis Lagos, Basé Boo);
- Implementação de modelos participativos de gestão das unidades de conservação (formação e capacitação de agentes e monitores ambientais comunitários);
- Criação de programa de educação ambiental, patrimonial e para o ecoturismo nas escolas e comunidade;
- Conservação do patrimônio cultural - restauração do Teatro São Gabriel e do Morro da Fortaleza; resgate e valorização da cultura indígena. Entretanto, poderão ser desenvolvidos cursos de multiplicadores de artesanatos e culinária específicos de cada nação, construção de trilhas interpretativas de acordo com mitos, fomento à comercialização dos produtos indígenas;
- Criação de um centro cultural (Museu Maloca)
- Planejamento e gestão participativa comunitária no desenvolvimento das atividades ecoturísticas;
- Elaboração de projetos de desenvolvimento socioeconômico sustentável com tecnologias de baixo impacto ambiental para o município - açudes para piscicultura, comercialização de artesanatos, entre outros;
- Elaboração do Plano Diretor – estabelecer as normas de uso e ocupação do solo urbano e formas de apropriação do espaço pelo ecoturismo com legislação específica.

Melhoria da Infra-estrutura Ecoturística:

- Infra-estrutura de acesso - pavimentação e recuperação de 13 pontes na BR 307, reforma do porto de Camanaus, políticas de barateamento dos transportes, principalmente o aéreo e melhoria do transporte fluvial;

- Infra-estrutura básica urbana - ampliação do potencial de geração de energia elétrica, políticas públicas para o saneamento, aterro sanitário e compostagem de lixo, construção de sarjetas, embelezamento e ajardinamento das vias públicas com espécies locais, sinalização turística, iluminação pública e urbanização da praia, levando em consideração a identidade territorial e cultural e a Lei de co-oficialização das línguas indígenas;
- Equipamentos turísticos – melhoria na infra-estrutura hoteleira (construção, ampliação e reforma dos hotéis com aumento do número de leitos, adequação da arquitetura à região) e de serviços gastronômicos (restaurantes com comidas indígenas e regional, lanchonetes com café regional, cujas instalações deverão ser adequadas às normas da vigilância sanitária), construção de Centros de Atendimento ao Turista e roteiros ecoturísticos;
- equipamentos de apoio - aumento e melhoria no sistema de saúde (aumentar o número de postos de saúde e dos equipamentos hospitalares), criação da rede de entretenimento que atenda à população local e também aos turistas, com referência na cultura local (atividades desportivas, espetáculos com danças e músicas indígenas que possam ser mostrados).

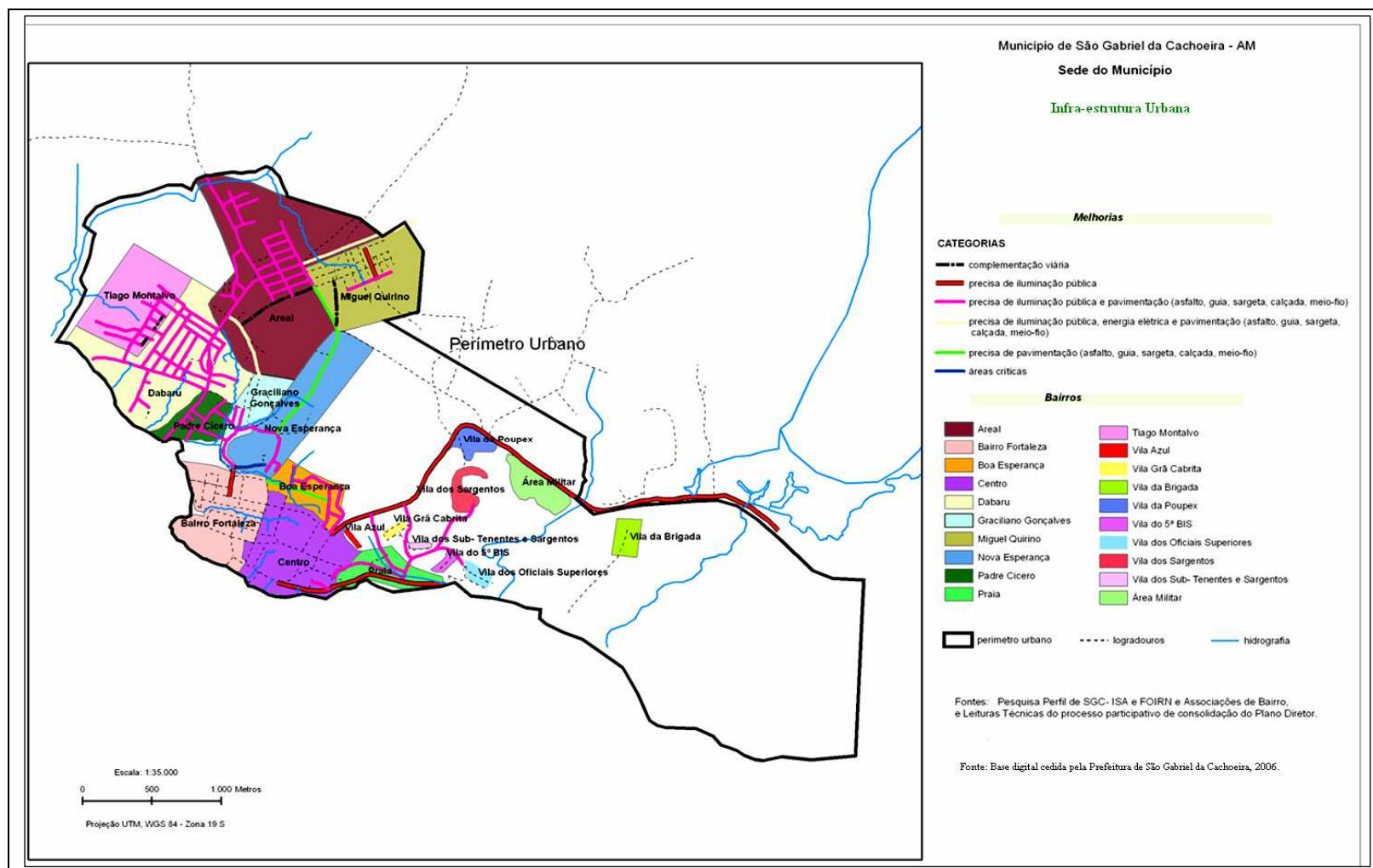


Figura 12 – Meio urbano e melhorias. Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, 2006.

Atrativos Ecoturísticos

Ressalta-se que o maior atrativo ecoturístico da região é a geografia mítica, onde há a fusão do patrimônio natural com o cultural permitido pela presença dos povos indígenas. Todas as formações físico-geográficas tomam vida e significado por meio dos mitos de origem, das lendas específicas. Uma mesma formação pode ter vários significados dependendo do mito de cada povo cujo patrimônio natural e cultural é indissociável.

Para os povos indígenas, o patrimônio é um só “tudo que nós temos. As árvores, pedras, nossas casas, as serras, nossa língua, nossos cantos, danças, os animais, os rios, a comida, os nossos conhecimentos sobre ervas e plantas, artesanatos. Tudo que precisamos para viver que têm muito valor para nós. É a nossa riqueza” (DUARTE, 2005).

Como atrativos, destacamos o Festibal (figura 13), os artesanatos (figura 14) e as comunidades indígenas com suas danças, músicas, línguas indígenas (figuras 15 e 16). Comunidades indígenas (modo de vida, atividades tradicionais, figuras 17 e 18), comidas típicas (quinhampira, mujeca, peixe moqueado, peixe assado, beiju, sucos e doces e frutas exóticas locais) e a Geografia Mítica – trilhas interpretativas (Ilha de Adana, Base Boo, Casa do Muçum etc.)

A Ilha de Adana (figura 19) e as cachoeiras de Cucuri e Buburi não são somente ilha e cachoeira e, muito menos, um fenômeno hidrológico e geomorfológico. São, ao mesmo tempo, partes dos mitos do povo Baré que conta a estória de uma índia Baré que se casou com um indígena, mas fugiu com outro de quem gostava na noite após o casamento, porém aos três morreram afogados. Ela se transformando na ilha e os dois, nas cachoeiras que levam seus nomes, localizados na orla de São Gabriel da Cachoeira.

A Serra denominada pelo brancos como “Bela Adormecida” é chamada na língua Tukano de Basé boo e Wariró (figura 20), que contam também o mito da casa da comida, lugar de muita fartura, mas devido a um desgosto sofrido, castigou a aldeia com a fome. A imagem que vemos é uma ilusão de ótica, pois, na verdade, são três serras próximas uma da outra.

E assim todas as formações, rios, cachoeiras, meandros, pedras, árvores e mesmo os lugares que estão ao longo das calhas dos rios têm significado de acordo com os mitos de origem de cada povo do Rio Negro.



Figura 13 – Festribal. Foto: Paulo Lira, 2004.



Figura 14 – Artesanatos Yanomami. Foto: Ivani Faria, Maturacá, 2006.



Figura 15 – Dança do Karissu. Foto: Paulo Lira, Taracuá, 2006.



Figura 16 – Dança do Japurutu. Foto: Ivani Faria, São Gabriel, 2006



Figura 17 – Comunidade de Monte Cristo, Rio Uaupés. Foto: Ivani Faria, 2006.



Figura 18 – Comunidade de Aracu, Rio Içana. Foto: Paulo Lira, 2004.



Figura 19 – Ilha de Adana. São Gabriel da Cachoeira. Foto: Paulo Lira, 2004.



Figura 20 – Basé Boo (Bela Adormecida). Foto: Paulo Lira, 2004.

A grande maioria desses atrativos não está associada a qualquer tipo de infraestrutura, seja ela básica, de serviço ou ecoturística.

Com fisiografia única no Estado resultante da sua formação geológica, geomorfológica e hidrográfica particulares, a região proporciona atrativos naturais diferenciados, como inúmeras serras, picos, praias e ilhas, cachoeiras e corredeiras que dão singularidade ao município e potencializam o ecoturismo.

São exemplos disso: Serra do Curicuriari - Base Boo, Pedra de Cucuí (figura 21), Serra de Cabari (figura 22); rios de água preta, como o Uaupés, o Içana e o Negro; Cachoeiras de Tunuí, de Uacara, Uapuí e de Aracu; praias urbanas do Mussum, Cagara e do Jaú, utilizadas freqüentemente como áreas de lazer pelos moradores; Ilha das Flores, dos Reis, do sol e de Adana



Figura 21 – Serra de Cucui, Rio Negro. Foto: Ivani Faria, 2005.

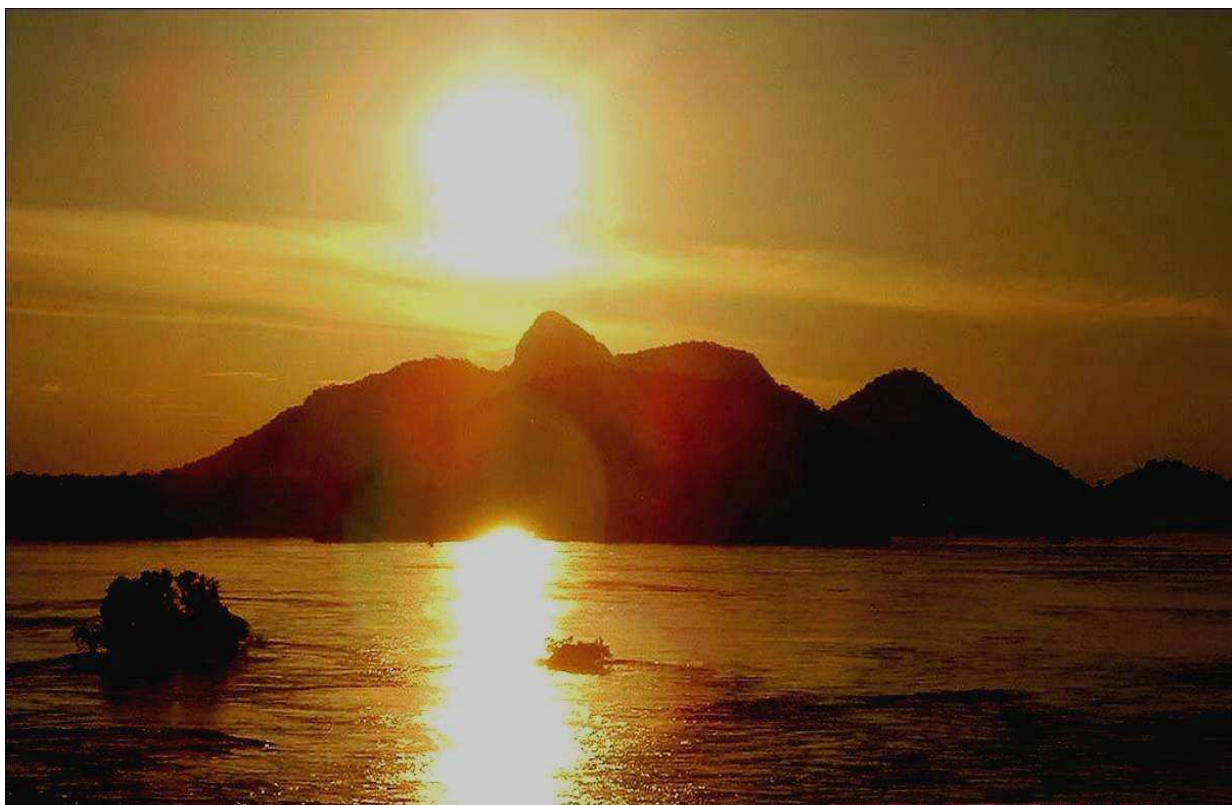


Figura 22 – Serra de Cabari, Rio Negro. Foto: Paulo Lira, 2004.

c) *Yassú Yaconhecere Yané Tawa: educação ambiental, patrimonial e para o ecoturismo em São Gabriel da Cachoeira.*

O município tem aproximadamente 46.000 habitantes e cerca de 15.000 habitam a sede do município atualmente (Prefeitura Municipal, 2005). Com o êxodo das Terras Indígenas à procura de oportunidades de escolarização e de trabalho, a cidade está inchando e os problemas ambientais urbanos estão se tornando visíveis. Problemas, como poluição por esgoto sanitário e lixo nos igarapés e rios, nas praias e nas vias públicas, elevada concentração de cachorros soltos nas ruas e praias e a falta de saneamento básico vêm promovendo a incidência de doenças como dengue, malária, verminoses etc na população.

O objetivo geral do projeto é promover a educação ambiental, patrimonial e conhecimentos sobre ecoturismo com base nos princípios do etnodesenvolvimento nas escolas da sede do município de São Gabriel da Cachoeira.

Objetivos específicos:

- Discutir com a comunidade escolar sobre a importância da conservação e valorização do patrimônio natural e cultural;
- Conscientizar o aluno sobre os impactos desejáveis e indesejáveis do ecoturismo na sua comunidade, no Brasil e no mundo;
- Preparar o jovem para atuar como agente de conscientização e divulgação da conservação ambiental e do ecoturismo junto à população;
- Formar professores e lideranças comunitárias para atuarem como agentes de educação ambiental e patrimonial junto à comunidade local por meio da pesquisa participante.

O programa visa discutir e promover a educação ambiental e conhecimentos sobre o ecoturismo, através da pesquisa teórica e prática de campo, possibilitando a conservação e valorização do patrimônio ambiental e cultural por meio de oficinas, visitas monitoradas ao patrimônio ambiental e cultural, elaboração de trilhas interpretativas, construção de mapas e croquis dos atrativos e roteiros ecoturísticos. Será desenvolvido em duas etapas, a primeira, nas escolas com professores e alunos e a segunda, na comunidade (inicialmente com as lideranças comunitárias e de associações e posteriormente com a comunidade em geral), onde se trabalhará com dois eixos temáticos básicos compreendendo teoria e prática; *valorização cultural e ecoturismo e conservação ambiental e ecoturismo.*

Temas que serão abordados nos eixos temáticos foram levantados durante o seminário *Ecoturismo: Perspectivas e desafios em São Gabriel da Cachoeira* e com os alunos e professores das escolas: Valorização cultural e ecoturismo – conservação ambiental, ecoturismo, cultura; cultura indígena do Alto Rio Negro; patrimônio natural e cultural material e imaterial; fundamentos teóricos do turismo (tipo de turismo, turista/ecoturista, infra-estrutura turística e ecoturística), código de ética do turismo, ecoturismo indígena: vantagens e desvantagens, relação entre patrimônio e atrativo ecoturístico cultural e natural em São Gabriel da Cachoeira; conceitos de meio ambiente; caracterização dos problemas ambientais urbanos, locais e globais (poluição dos igarapés e rios, lixo nas ruas e praias, animais nas praias, doenças decorrentes da falta de saneamento básico); código de postura do município, habitações em áreas de risco, UC's e conservação do patrimônio natural, interpretação do patrimônio e trilhas interpretativas.

A segunda etapa do projeto será desenvolvida a partir dos resultados obtidos com a pesquisa participante dos professores e alunos junto com as comunidades dos bairros do município.

O programa também prevê a elaboração de material literário (livro) construído coletivamente para auxiliar na segunda etapa com a comunidade, valorizando e usando as línguas indígenas (as três co-oficiais) e a cultura local e ações de políticas públicas que deverão contribuir para seu êxito, como limpeza de vias públicas, arborização e ajardinamento, disposição de lixeiras, destino de animais abandonados, aterro sanitário etc.

O programa conta com a parceria da FOIRN, IBAMA, Secretaria municipal de Saúde, Distrito Sanitário Indígena e assessoria técnica do Grupo de pesquisa e Estudos: planejamento e gestão do território na Amazônia da UFAM/CNPq.

Participantes: alunos do ensino fundamental (5^a a 8^a série) e ensino médio; professores de Geografia, Ciências, Biologia, língua portuguesa e artes do ensino médio e fundamental; comunidades, associações de bairros e de pais. Vale ressaltar que grande parte dos professores é especialista em Turismo e Gestão Territorial.

O sucesso da implementação das ações voltadas para o ecoturismo depende do fortalecimento institucional, interinstitucional, com parcerias entre organizações comunitárias, poder público, iniciativa privada e instituições de pesquisa. Foi necessário discutir junto com as comunidades a identidade do turismo que pretendem para suas

terras e para o município, fator que ficou claro durante as reuniões ocorridas durante os anos de 2004 e 2005.

Deve-se ressaltar que São Gabriel é um município com uma característica ímpar por sua identidade indígena. Um município indígena, fator que o torna diferente da maioria dos municípios e que merece um planejamento territorial urbano diferenciado que respeite esta identidade e que seja construído de maneira participativa e comunitária, o que vem reforçar a formação e organização sociocultural e política dos povos que habitam o município.

3.2 - A Terra Indígena Alto Rio Negro: território e autonomia⁹

A primeira terra demarcada foi a Alto Rio Negro que abriu caminho para a demarcação das demais como Médio Rio Negro I e II, Tea, Apaporis e Ineixi, recentemente a Terra Indígena Balaio. Encontra-se, em processo de demarcação, a Terra Indígena Cué-Cué Marabitanas. A seguir explicitaremos a luta dos 22 povos indígenas para a reconquistarem os seus direitos a terra.

A Terra Indígena Yanomami foi demarcada em 1992, abrangendo os Estados de Roraima e Amazonas e envolvendo os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Embora uma porção de seu território esteja no município de São Gabriel da Cachoeira, faz parte de outro processo de luta pela demarcação. Os Yanomami não têm relações de parentesco com os 22 povos indígenas do Rio Negro, pois seus mitos de origem e cultura são diferentes de outros povos que vivem nessa região.

A região do Alto rio Negro também é conhecida como “Cabeça do Cachorro”, denominação dada pelos militares à região pela semelhança do mapa com a cabeça deste animal.

No Alto Rio Negro, a luta pela reconquista da Terra durou 498 anos, desde a chegada dos colonizadores nesse território. A luta jurídica teve início em 1970 e só foi concluída em 1998 com a homologação e regularização da Terra Indígena do Alto Rio Negro, por meio dos esforços da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro), conjuntamente com a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e ONG`s indigenistas e ambientalistas (FARIA, 2003).

Durante este período de luta pela demarcação das terras, os territórios dos povos indígenas do rio Negro passaram por vários processos de fragmentação, como a divisão em colônias indígenas e depois a demarcação das 14 terras indígenas e das 11 florestas nacionais. No entanto, o desejo destes povos era pela demarcação do território único e contínuo.

A demarcação de terras é a primeira condição de sobrevivência, mas para os povos indígenas do século XXI, só isto não basta. Mesmo após a demarcação de suas

⁹ Partes do texto deste item, são fruto de projeto de pesquisa desenvolvido durante o mestrado realizado no período de 1994 a 1997 apresentado no livro intitulado “Território e Territorialidades Indígenas da Região do Alto Rio Negro” publicado em 2003 pela Editora da Universidade Federal do Amazonas atualizados com observações feitas nos últimos anos da pesquisa de doutorado.

terras e vivendo em condições socioambientais desfavoráveis (solo arenoso, rios de águas pretas com elevada acidez que acarreta baixa piscosidade, ausência de postos de saúde e de alternativas econômicas), os povos indígenas do Alto Rio Negro vêm resistindo e necessitam de novas tecnologias sociais e econômicas para sobreviverem.

O Alto Rio Negro, no noroeste amazônico, é uma região de terra pouco elevada, que recobre ecossistemas contendo grandes variações quanto à biomassa vegetal, animal para seu aproveitamento agrícola. Uma pequena zona coberta por uma densa floresta equatorial úmida sobre solos ácidos (latossolos – cor vermelha ou amarela) se alterna com áreas de igapós (parte da floresta sujeita a inundações periódicas) e/ou de caatinga amazônica conhecida como campina (vegetação de floresta baixa que cresce sobre solos arenosos). A heterogeneidade na distribuição dessa vegetação repercute sobre a localização das nações indígenas e na sua densidade populacional, assim como na espacialização das áreas economicamente aproveitáveis para a agricultura, pesca, caça, coleta e, sobretudo, no sistema produtivo. As áreas de campina e igapó são impróprias para a agricultura, embora os igapós tenham alta produtividade pesqueira nos períodos de enchentes.

Esta região é banhada pela sub-bacia do Rio Negro, que nasce na Colômbia e deságua na margem esquerda do rio Amazonas, próximo a Manaus, no Brasil. Seu curso comunica-se com o do Orenoco pelo canal Cassiquiare e possui uma extensão estimada em 1700 km. O principal afluente é o rio Branco e os rios Içana e Uaupés, mais formadores do que afluentes, encontram-no pela margem direita.

O rio Uaupés – cujos afluentes são o Tiquié e Papuri, na margem direita, e Cuiduairi e Querari, na margem esquerda – e o rio Içana, com seus afluentes Aiary e Cuyari, drenam a depressão marginal norte-amazônica, que possui afloramentos cristalinos datados da era pré-cambriana.

Os cursos dos rios dessa região são bloqueados por inúmeras cachoeiras que dificultam a navegação. Entretanto são de fundamental importância devido à ausência de estradas nesta região. No interior da floresta, somente existem trilhas feitas pelos Maku (índios seminômades). Desse modo, a única via de comunicação na floresta é o rio.

Os rios Negro e Uaupés são denominados regionalmente de rios de “água preta” e são associados geralmente a solos pouco férteis, particularmente solos de areia branca e podsol. São rios pobres de vida aquática devido a sua elevada acidez, provocada pela decomposição do limo e matéria orgânica provenientes da vegetação das margens, que

consomem oxigênio e liberam ácidos carbônicos durante o processo e pela natureza dos solos que drenam (depressões cristalinas).

Por fim, os ecossistemas de águas pretas são inadequados à agricultura intensiva, o que deve ser considerado para evitar a utilização irracional dos seus solos, o que concorreria para o esgotamento irreversível dos recursos naturais em decorrência dos altos graus de pluviosidade, lixiviação e potencial erosivo (MORAM, 1990). Os rios de água preta também são conhecidos como “rio da fome”.

A floresta circundante é o mais importante contribuinte de nutrientes para os rios de águas negras. As oscilações dos níveis de água dos rios resultam dos regimes sazonais de pluviosidade que depositam em grandes proporções materiais terrestres no leito. O transbordamento das águas do rio, durante as enchentes, funde os habitats aquático e terrestre, permitindo a dispersão dos peixes pela floresta inundada, que lhes fornece abundante reserva alimentar (CHERNELA, p. 235-249, 1987).

3.2.1 - Povo e organização política da região do Alto Rio Negro

Floresta e rio representam dois aspectos importantes na territorialidade das diversas nações indígenas dessa região. É o território de nações que pertencem a três famílias lingüísticas distintas, Tukano Oriental, Aruak, Japurá-Uuapés. Esta ocupação é reconhecida historicamente desde tempos imemoriais.

A descoberta da “terra preta de índio” (solos antropogênicos na área de 40 km ao longo do curso superior do rio Negro com artefatos de cerâmicas, restos de carvão e material lítico) aponta para a antiguidade de ocupação humana nesta região, sendo a cerâmica datada de 3.750 AP (MORAM, 1990, p.36).

De acordo com Nimuendaju (Apud Buchillet, 1993), esses representantes das diversas famílias lingüísticas seriam sobreviventes de grupos de origens cultural e lingüística distintas que teriam invadido a região em sucessivas ondas migratórias. A primeira teria sido constituída por grupos de nômades caçadores e coletores que desconheciam a agricultura, semelhante aos Maku atuais. Uma segunda onda vinda do norte (Alto Orinoco e Alto Guiana), constituída por grupos de origem Aruak vivendo, ao longo dos rios, em grandes casas comunais (malocas) e portadores de uma cultura muito desenvolvida. Os Manáo, os Baré e os Baniwa atuais do rio Içana seriam os descendentes desses grupos cuja migração evidenciada pelos toponímios em Aruak dos rios da região teria ocorrido no início da era cristã. A terceira onda vinda do oeste

(Napo-Putumayo), caracterizada por índios de fala Tukano e portadores de uma cultura menos desenvolvido do que a dos Aruak. No século XVIII, teria havido uma outra invasão Aruak: os Tariano, originários do Aiary, durante inúmeras guerras, teriam desalojado os Tukano de Iauareté e Ipanoré. Essas ondas migratórias teriam causado, gradualmente, uma mestiçagem cultural na região: os Tukano teriam sido influenciados pelos Aruak; os Tariano adotaram a língua Tukano; alguns clãs baniwa adotaram a língua Cubeo e numerosos Maku foram assimilados pelos Tukano e Aruak.

Nimuendaju (Apud Buchillet, 1993) afirma, ainda, que certos subgrupos Aruak atuais seriam antigos Maku que teriam sido Aruakizados nesse processo. Entretanto essa hipótese começa a ser questionada por parte de certos pesquisadores sobre a base de evidências lingüísticas ou oriundas da história oral dos grupos indígenas da região. WRIGHT discorda da origem Maku dos Hohodene, alegando que, segundo sua história oral, parecem se originar dos mais antigos Aruak do rio Içana. Discorda, ainda, da data de chegada dos Aruak à região, pois evidências dos petroglifos encontrados nas cachoeiras do rio Içana e da tradição oral apontam que a ocupação dos Aruak teria acontecido em tempos pré-históricos.

Quanto aos Tukano, as tradições orais sugerem que seriam originários do leste, no Brasil, e não do oeste.

Os índios Tukano Oriental e Aruak vivem em comunidades dispersas ao longo dos rios e seus tributários navegáveis. Sua territorialidade está ligada ao rio e, por isto, são chamados “índios do rio” e a dos Maku está relacionada à floresta; por isto são conhecidos como “índios do mato”.

O grupo Tukano Oriental (Arapaço, Bara, Barasana, Desana, Cubeo, Karapanã, Makuna, Miriti-tapuia, Piratapuia, Siriano, Taiwano, Tatuyo, Tukano, Tuyuka, Yuriti, Wanano)¹⁰ ocupa um território único limitado pela rede hidrográfica do Uaupés e seus afluentes e pelo rio Pira-Paraná, na Colômbia, que pertence à rede hidrográfica Paporis-Caquetá.

Nesse território único, cada grupo ocupava idealmente um território contínuo, definido por um ou mais rios ou igarapés, cercados por outros grupos Tukano com quem estabelecem relações matrimoniais. Infelizmente, devido às guerras intertribais, migrações, colonização, descimentos e aldeamentos desses índios durante séculos, os membros de um mesmo grupo lingüístico não ocupam mais um território definido, mas se dispersam entre os principais rios da região (BUCHILLET, op.cit, p.23).

¹⁰Não existem representantes desta família lingüística em outras partes da Amazônia.

Por não ocuparem mais um território definido, as aldeias conseqüentemente tornaram-se de composição mista. Outros motivos podem explicar também essa composição: o econômico (escassez de alimentos), o cultural e/ou social (o prestígio de viver perto das missões, inferioridade hierárquica dos membros do povoado do marido). Apontamos ainda outro argumento que é o contato interétnico natural ou provocado, que discutiremos posteriormente.

Para os Tukano Oriental, a língua é um fator de identidade e as diferenças lingüísticas favorecem as uniões matrimoniais: só há casamentos entre pessoas de fala diferente.

Essa diversidade lingüística não se constitui num obstáculo para a integração indígena no Alto Rio Negro, mas ao contrário, pode reafirmá-la por meio das relações de parentesco (fala a mesma língua) e alianças matrimoniais (fala diferente).

Os Tukano Orientais têm uma origem e uma história comum, formando um grupo sócio-cultural homogêneo cujas características são:

- localização ribeirinha dos povoados (antigas malocas);
- cultivo da mandioca amarga (pelo sistema de coivara), complementado pela pesca, caça e coleta;
- sistema de parentesco e matrimônio baseado na diversidade lingüística;
- narrações míticas com uma trama comum a todos os grupos;
- festas e rituais semelhantes, como os da iniciação masculina quando flautas e trombetas (Yurupari), representando os ancestrais, são mostrados aos jovens; Dabucuri ou Po'oa.

Mesmo com essa homogeneidade, os Tukano dividem-se em unidades de filiação patrilineares, essencialmente diferenciadas pela língua, pela localização territorial, por uma especialização artesanal e são unidos por laços matrimoniais.

Antropologicamente, essas nações indígenas foram designadas por Ramos (1980) como grupos indígenas ribeirinhos/índios do rio e apresentam uma organização social caracterizada por um sistema de sibs hierarquizados agrupados em fratrias.

Goldman estabelece diferenciações entre tribo, sibs e fratria. Tribo refere-se mais ou menos a uma identidade comum de língua, descendência e costumes. O sibs é definido como grupos de descendência unilinear, cujos membros se consideram descendentes de ancestrais comuns, mas não podem estabelecer uma relação genealógica real.

Fratria é uma confederação de sibs que estão muito ligados por regras de exogamia, pela residência comum ao longo do mesmo rio, por uma tradição de origem e descendência comuns, por uma ordem de hierarquia que confere a cada sib seu lugar na escala social e, finalmente, por uma série de cerimônias, tanto solene quanto seculares.

Os sibs são exogâmicos, patrilineares, patrilocais, nominados e cada um deles ocupava uma maloca formando uma comunidade única. Dentro de cada fratria, os sibs estão dispostos hierarquicamente, de acordo com a distância que mantêm do ancestral comum.

A mitologia explica que os sibs de uma fratria são parte dos segmentos de uma única cobra grande (Sucuri) que se dividiu; o sib que corresponde à cabeça seria o mais importante da fratria e os demais sibs formariam em ordem decrescente o restante da hierarquia (RAMOS, 1980).

Assim, entende-se que, de acordo com o mito de origem, houve uma hierarquização das nações indígenas dentro dos grupos lingüísticos Tukano Oriental, Aruak e Maku, embora seja mais explícita no grupo Tukano, fato observado em 1993 durante trabalho de campo realizado no triângulo tukano (Iauareté, Taracua e Pari-Cachoeira).

A unidade política, no que tange à liderança, só era possível nos sibs que tinham um chefe no qual se concentrava a autoridade.

Vale lembrar que as malocas (antigas casa comunais) foram destruídas por campanhas difamatórias implementadas pelos salesianos que sabiam do seu significado como símbolo de coesão do grupo de residência e de sua dimensão religiosa. Assim, em 1955 não existiam mais malocas no baixo e médio, dos rios Içana e Uaupés e a última maloca (Desana) do igarapé Urucu foi extinta em 1958, sob a influência do Padre João Marchesi (GALVÃO, 1979).

BEKSTA (1988) aponta que a maloca

para o Tukano é o centro do mundo e uma versão reduzida do universo (...) na maloca há uma repartição e valorização do espaço vinculado não somente ao uso, mas também a tradição e a mitologia. O grande espaço único é subdividido e destinado mesmo mentalmente por um Tukano. Cada rincão, cada centímetro tem então um valor e uma função. O espaço da maloca, diríamos, tem três graduações: particular, comunitário e público.

Nimuendaju (Apud Buchillet, 1993, p.22) considera “a maloca uma das mais importantes características instituições culturais indígenas. Nela se concentra a cultura própria do índio, a tradição e a sua independência”.

Hoje, os Tukano do Uaupés vivem em povoados às margens dos rios e seus afluentes, em casas individuais centradas ao redor da família nuclear, ordenadas em fileiras com ruas, uma capela e uma escola.

Buchillet (op.cit. p.23) afirma que, apesar desta organização interna dos povoados imposta pelos missionários, ainda é possível encontrar, na configuração espacial das aldeias, vestígios da organização tradicional das casas comunais tanto na arquitetura quanto na organização do espaço interno das casas e na disposição destas uma em relação à outra.

O território é composto de mata e rio para exploração da caça e da pesca e ao redor há plantações de mandioca. Cada povoado é delimitado por marcas naturais como curvas de rios, afloramentos rochosos e igarapés. A mata é repartida entre as diversas famílias nucleares para estabelecerem suas roças. O território para a caça e pesca não é limitado, podendo cada um pescar e caçar onde quiser, dentro dos limites do povoado (Buchillet, op.cit. p.23).

O confinamento dos índios não só acontece quando são trancafiados em reservas ou áreas indígenas; também ocorre devido a este tipo de colonização que os confinou aos limites impostos pelos missionários aos povoados. Até nisto os índios passam pelo processo de desterritorialização, como ressaltou Buchillet.

Os povos Aruak são os Baniwa e Curipaco (Rio Içana), Baré (alto Rio Negro e Xié) e os Tariano (médio Rio Uaupés), os Werekena (rio Xié). Espalham-se ao longo do rio Içana e seus afluentes (rios Cuiary, Aiary e Cubate), do Alto Rio Negro, entre São Gabriel da Cachoeira e San Carlos del Rio Negro (Venezuela), ao Baixo rio Xié, entre três países Brasil, Colômbia e Venezuela

Infelizmente, ao longo dos séculos e pelo contato intertribal, os Tariano e os Baré perderam a língua tradicional. Os Baré adotaram a língua geral – **Neengatu** – língua criada pelos missionários para facilitar a comunicação e a catequização, e os Tariano passaram a usar a língua Tukano. Poucos indígenas hoje falam o Tariano. Na comunidade de Santa Terezinha, no rio Iawari, existe uma comunidade de falantes tariano em que a escola é bilíngüe com ensino exclusivo da língua materna nos dois primeiros ciclos (alfabetização e 4^a série). Os Werekena estão em situação de risco

porque existem aproximadamente 40 falantes do lado brasileiro e na sua maioria maiores de 40 anos.

No ano de 2006, a pedido da Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié, (ACIRX) foi realizada uma oficina de política lingüística pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística (IPOL) com a finalidade de promover o resgate da língua werekena associado com um projeto para a escola werekena com a definição inicialmente de uma ortografia que está sendo desenvolvida pelos professores werekena das comunidades do rio Xié.

As atividades de subsistência, estrutura social e a organização em povoados dos Aruak se assemelham às dos Tukano.

A reprodução social destes grupos é assegurada através de alianças matrimoniais entre diversos grupos, segundo a regra da exogamia lingüística. O casamento exogâmico é praticado entre grupos geograficamente distantes, o que contribui para articular aldeias afastadas.

Os povos da família lingüística Japurá-Uaupés são seminômades, caçadores, coletores e vivem nas zonas de interflúvios de difícil acesso dos rios Papuri e Tiquié ou na floresta ao sul do rio Tiquié, longe dos rios e igarapés navegáveis.

A denominação Maku, dada pejorativamente aos povos Hupdha, Yu Ripdha, Dâw e Nadëb, tem origem Aruak e, segundo Grunberg, é designada aos índios caçadores e coletores que vivem no fundo da mata.

A vida destes indígenas desenvolve-se em aldeias de base, acampamentos temporários de caça e sempre próximos das aldeias Tukano.

Apresentam-se como caçadores, coletores e com uma agricultura incipiente. A produção agrícola resume-se em pequenas roças de mandioca e frutas (banana e abacaxi).

Tukano e Aruak afirmam que a produção agrícola deles é recente e foi influenciada pela sua dependência em relação aos Tukano – pois trabalhavam em suas roças – bem como pela introdução de ferramentas de metais à tecnologia daqueles (RAMOS, 1980, p.147).

O conhecimento geográfico da floresta, principalmente no que se refere à fauna, permitiu-lhes sobreviver e o afastamento dos brancos assegurou-lhes, com maior propriedade, a preservação dos seus costumes e tradições.

Os Bara Maku, munidos de tais conhecimentos, classificaram setenta e quatro (74) espécies diferentes de animais de acordo com seu habitat e meio de locomoção,

ainda dividindo-os entre noturnos e diurnos – pássaros, macacos, animais terrestres, subterrâneos e aquáticos – cinquenta e quatro (54) tipos de frutos silvestres e mais de quarenta e duas (42) espécies de peixes (RAMOS, op.cit, p.147).

O nomadismo deles é percebido em suas migrações freqüentes entre acampamentos na floresta – para caçar e coletar onde passam mais ou menos seis meses – e a aldeia normalmente próxima a um igarapé na floresta.

A organização social é distinguida espacialmente em grupo doméstico (comporta uma família e unidade social de produção e consumo); grupo local (formado por um ou mais grupos domésticos, em média com trinta pessoas) e o grupo regional (formado normalmente por dois clãs que se relacionam como afins) (RAMOS, op.cit, p.149).

Os grupos domésticos e locais geralmente são exogâmicos, ao passo que os grupos regionais são endogâmicos. Os grupos regionais utilizam como referência um rio ou um igarapé para onde correm igarapés menores nos quais vivem os grupos locais. A distribuição geográfica desses grupos é decorrente da adaptação ecológica dessa sociedade (Ibid, p.151).

Grumberg (2005) afirma que a mobilidade espacial dessas nações é de ordem social – procura de esposas ou desentendimentos entre membros – e de ordem religiosa (sobrenatural) e mais raramente de ordem econômica ou ecológica.

Como foi verificado, as nações indígenas do Alto Rio Negro passaram por um processo de mudança social, pois parte da organização social (vida em malocas, produção artesanal, rituais religiosos etc.) foi influenciado pelo contato extratribal.

Mesmo a sucessão dos Tuxaua das aldeias sofreu alteração. Hoje os líderes são eleitos, escolhidos diretamente pelos membros de cada comunidade.

Além da influência da sociedade nacional, outros fatores como desavenças internas, diferenças de opiniões e falta de legitimidade dos interlocutores dos índios com o governo colaboraram para que as nações indígenas se organizassem em associações locais (entidades) e de coordenadorias sub-regionais compostas por um conjunto de comunidades ou aldeias, tendo como referência os rios.

A maioria dessas organizações locais têm como ano de origem 1987 e 1988, embora a primeira tenha se originado no início dos anos 1970: a União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (UCIRT).

É interessante salientar que a formação de entidades locais é anterior à criação das organizações regional e nacional, ou seja, o processo de formação das mesmas foi

realizado em ordem crescente, de baixo para cima, por entenderem que as entidades locais são mais importantes que as demais que só existem em função das locais.

Cada diretoria eleita deve zelar pelo bem-estar e interesses da sua entidade, a maioria delas registradas em cartório, e representá-la junto as organizações regional e nacional. A organização tradicional das sociedades indígenas não se perdeu, mas se modificou enquadrando-se ao caminhar dos novos tempos.

A primeira associação local criada foi a UCIRT, em 1970, formada por índios da Comunidade de Pari-Cachoeira e outras do rio Tiquié. Essa associação sofreu alteração na sua denominação e os dissidentes criaram outra organização. Em 1972 foi criada a União Familiar Animadora Cristã (UFAC), financiada e pensada sob a inspiração salesiana. Em 1975 mudou sua razão social para Centro Social e Educacional. Seu feito importante foi em 1978 ter encaminhado junto à FUNAI, juntamente com as lideranças de Taracuí, Iauareté, Içana e Pari-Cachoeira, a proposta de demarcação de uma área única e contínua.

Desavenças internas e envolvimento com os salesianos fizeram com que a diretoria perdesse, pouco a pouco, a legitimidade e a confiança das lideranças de outras comunidades. Em 1984, foi extinta e, no mesmo ano, as comunidades do rio Tiquié formaram uma nova organização livre da influência dos salesianos, novamente com a denominação UCIRT.

Essa organização esteve relacionada à exploração do garimpo no rio Irá, na Serra do Traíra. Em 1987, a sigla mudou novamente para AUCIRT e nos anos de 1986-1989 foi a principal interlocutora dos índios com os militares/governo federal na implantação do Projeto Calha Norte na região e com a Companhia Mineradora Paranapanema (CEDI, 1991, p.104).

Em 1987, foi criada a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), com sede em São Gabriel da Cachoeira, que têm por objetivos: a autodeterminação dos povos; a defesa e garantia das terras indígenas; o resgate e a valorização da cultura indígena; o apoio à subsistência econômica e social; a articulação com as organizações interlocais e regionais.

Vários projetos vem sendo feitos desde então em parcerias com a Saúde Sem Limites, Instituto Socioambiental, FUNASA, Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística e Universidade Federal do Amazonas para atingir seus objetivos nas áreas de educação,

saúde, desenvolvimento sustentável nas áreas de piscicultura, avicultura, manejo agro-florestal e de comercialização de produtos e artesanatos e na demarcação de terras.

Sua área de abrangência inclui três municípios, Santa Isabel do rio Negro, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira.

A FOIRN congrega 64 associações indígenas de base que, por sua vez, estão filiadas à COIAB, fundada em 1989, com sede em Manaus. Dentre os objetivos desta constam: articular as organizações indígenas; fortalecer a luta pela demarcação de terras de acordo com os interesses indígenas; preservar as tradições culturais dos povos indígenas; a auto-determinação e educação bilíngüe; conscientização política; gerar uma economia alternativa e, por fim, manter a união das organizações indígenas da Amazônia brasileira.

3.2. 2 - A Luta pela demarcação do Território Indígena

Em 1986 e 1987, ocorreram negociações e discussões entre líderes indígenas da extinta UCIRT, hoje União das Nações Indígenas do Rio Tiquié (UNIRT), integrante da FOIRN, e o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, General Bayma Denys, com vistas a reivindicarem a terra indígena contínua.

À luz do Projeto Calha Norte, os militares queriam apenas conceder, a princípio, a demarcação de colônias agrícolas indígenas, justificando a inviabilização da demarcação de territórios indígenas em área de fronteira devido à segurança nacional e ao estado de aculturação dos índios. Proposta feita em 04/06/86, em Brasília, aos líderes da UCIRT.

(...) os representantes indígenas posicionaram-se em favor da terra coletiva, isto é, a demarcação da terra indígena contínua. Foi neste momento que General (Baima Denys) ficou furioso e disse que o presidente Sarney não assinaria os decretos das reservas indígenas (...); que o governo não pode demarcar terra na faixa de fronteira só para uma etnia indígena (...); que a faixa de fronteira é para todos os brasileiros, isto é, para todas as raças defenderem a nação. No momento tenso, o Dr. Gerson Alves da Silva encontrou no Estatuto do Índio uma razão para falar na colônia agrícola indígena. E diante deste argumento, o General viu a saída para solucionar o nosso problema, isto é, que teríamos que aceitar a colônia agrícola indígena ou senão nós perderíamos todos os direitos sobre a terra; prosseguiu que os índios Tukano já eram aculturados demais (...) e por isto não poderíamos viver em jardim zoológico ou numa reserva indígena. Para o nosso desgosto o presidente da FUNAI disse que não tínhamos

nenhum amparo legal para defendermos a reserva indígena porque todos os trabalhos feitos até agora não valiam nada em relação à faixa de fronteira e/ou área de segurança nacional, e sim, que teríamos que aceitar a colonização indígena.¹¹

Em reunião extraordinária convocada pela UCIRT, em 8 e 9 de junho de 1986, em Pari-Cachoeira, a Assembléia indígena posicionou-se contrária à proposta e ao modelo fundiário do secretário do CSN, pois não admitia ver seu território fracionado em lotes individuais, transformado em colônias agrícolas, tendo que dividi-lo com brancos.

A posição da Assembléia foi comunicada ao CSN por carta datada de 20/06/86 com cópias enviadas à FUNAI, ao ministro do Interior e ao procurador geral da República.

Naquele momento, falar em território significava destruir por completo qualquer tentativa de demarcação.

Na II Assembléia das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, realizada em Pari-Cachoeira, de 28 a 30 de abril de 1987, as lideranças indígenas refutaram mais uma vez a proposta de demarcação de Colônias Indígenas do PCN, por acreditarem que a única forma possível de sobrevivência é a demarcação do território contínuo.

Entretanto, divergências surgiram no seio da Assembléia, pois os líderes da UCIRT tentavam fazê-la aceitar a proposta do PCN, porque entendiam ser desigual e desproporcional a correlação de forças (presença militar) e que poderiam alcançar alguns benefícios, caso aceitassem. Mas a maioria dos líderes indígenas não acreditaram nos futuros benefícios que prometia o PCN (saúde, educação e autonomia econômica).

No mesmo ano, foi fundada a FOIRN e parte dos líderes da UCIRT passou a integrar a sua diretoria, trabalhando em defesa da implantação das colônias indígenas. Por esse motivo, a primeira diretoria da FOIRN foi destituída.

Vale esclarecer que o Estatuto do Índio, em seu Artigo 17, do Título III – Das Terras Indígenas – Capítulo I – Das Disposições Gerais, reconhece as terras indígenas sob três formas:

ART. 17 – Reputam-se terras indígenas:

I - as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os Art.4º, IV, e 198 da Constituição;

II - as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste título;

¹¹UCIRT. Relatório da Assembléia Geral de Pari-Cachoeira, 9 de junho de 1986, p.5-6.

III - as terras de domínio das comunidades indígenas ou silvícolas.

A Constituição Federal de 1967, no seu Art. 4º, IV, inclui as terras ocupadas pelos silvícolas entre os bens da União e no seu Art. 198 declara que as terras habitadas por estes são inalienáveis nos termos que a lei federal determina a eles cabendo a posse permanente e o reconhecimento do direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

Os Artigos 26 a 30 definem vários tipos de terra reservadas para os indígenas:

Art.26 - A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais dos bens nelas existentes, respeitadas as restrições legais.

Parágrafo único. As áreas reservadas na forma deste artigo não se confundem com as de posse imemorial das tribos indígenas, podendo organizar-se sob uma das seguintes modalidades:

- a) reserva indígena;
- b) parque indígena;
- c) colônia agrícola indígena;
- d) território federal indígena.

Art.27 - Reserva indígena é uma área destinada a servir de habitat a grupo indígena, com os meios suficientes à sua subsistência.

Art.28 - Parque indígena é a área contida em terra na posse de índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.

Art.29 - Colônia agrícola indígena é a área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional.

Art.30 - Território federal indígena é a unidade administrativa subordinada à União, instituída em região na qual pelo menos um terço da população seja formada por índios.

Mesmo contrariando a posição indígena e tendo como base o Estatuto do Índio, o secretário geral do CSN, Gal Bayma Denys, através do ministro do Interior, sugeriu que o Artigo 17, item I, fosse revogado e as terras indígenas nele previstas passassem a ser denominadas como **colônia indígena** – quando ocupadas ou habitadas por silvícolas

aculturados ou em adiantado processo de aculturação – e **área indígena** – quando ocupadas por silvícolas não aculturados ou com um processo de aculturação incipiente.

O então presidente José Sarney aceitou a sugestão, que foi legalizada sob o Decreto número 94.946/87. Na verdade, esse Decreto, além de dar outras denominações à terra indígena, também distinguiu duas noções de índio (aculturado e não aculturado), assim como políticas diferenciadas para ambos, uma protecionista e outra assimilacionista.

Tal revogação foi justificada pelo ministro do Interior, João Alves Filho, que utilizou os seguintes argumentos:

– necessidade de uma denominação própria quanto às terras ocupadas pelos índios, que até aquele momento eram administrativamente chamadas de áreas indígenas, e que este fato poderia dificultar as ações do governo de apoio às comunidades e pelos diversos estágios de aculturação dos índios que poderiam atrapalhar a implementação do Projeto Calha Norte.

Obviamente que o motivo primordial e único em questão era a implantação do Projeto Calha Norte.

O ministro ainda afirmou que o Art.17, item I, não se confundia com o Art.26 – Das Áreas Reservadas, pois as colônias indígenas não poderiam ser ocupadas pelos brancos, como previa o Art. 17.

À luz do Projeto Calha Norte, em concordância com o Decreto 94.946/87 e com as Portarias Interministeriais de nº25 a 29 de 6 e 7 de março de 1989, o Alto Rio Negro foi fragmentado em duas áreas indígenas (Kuripaco e Maku), nove colônias indígenas (Pari- Cachoeira I,II e III – Iauareté I e II – Médio Içana – Içana Aiari – Içana Rio Negro –Cubate – Xié – Cuiari), uma reserva indígena (Balaio) e nove florestas nacionais a saber: Flona Cuiari, Içana Aiari, Cubate, Taracuí I e II, Urucu, Xié, Içana e Piraiauara.

Na forma descrita, o processo oficial de demarcação das colônias indígenas parece estar de acordo com as normas estabelecidas pelo Decreto 94.946/87. No entanto, o processo não ocorreu desta maneira. As irregularidades cometidas foram denunciadas em 09/12/87 pelo antropólogo da FUNAI, Celso Lourenço Moreira Corrêa, integrante do GT, denominado mais tarde de Grupo de Execução (GE) pelo PAP.¹²

No documento de denúncia, o antropólogo afirma que o relatório final do GE foi alterado no item grau de aculturação, tendo os índios sido classificados como *integrados*

¹²Corrêa, Celso L. Moreira. Informação nº 005 DPI/ 5ª SAUER - FUNAI, Manaus, 09/12/87.

ou em adiantado estado de aculturação e acrescentado o item que estabelece a delimitação das colônias, o que não foi feito porque as fichas de dados não comportavam tal informação, uma vez que não tinham este fim.

O antropólogo continuou denunciando que nos dias 9 a 12/11/87, quando acompanhou o GTI em Pari-Cachoeira, este já tinha um documento intitulado **Plano de Ação Preliminar**, que teria sido baseado no relatório final do GT do qual fez parte, mas que não continha assinaturas; no cabeçalho da primeira página, no entanto, aparecia o nome da FUNAI. Na página 1, havia a citação de que o GT, que esteve na área de 20/07 a 21/08/87, procurava atender o Decreto 94.946/87 de 23/09/87.

Diante do exposto, fica explícito que parte dos procedimentos para a demarcação das colônias indígenas, conforme estipulou o Decreto 94.946/87, não foi realizado. O estudo de delimitação da área e do grau de aculturação dos índios, por exemplo, só foi emitido em setembro de 1988, pela Portaria n° 1098, oito meses após a portaria n° 12, do MINTER.

Tudo isso aconteceu porque o CSN, através do PCN, pretendia efetivar sua política de redução das terras indígenas na faixa de fronteira e de liberação destas para exploração econômica por terceiros, com intuito de desenvolver a região antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Assim, o CSN conseguiu reduzir em 44% a terra indígena de Pari-Cachoeira em relação à última proposta da FUNAI, reforçada pelo antropólogo Cotia Mariz em 1986 (2.069.000 ha); forjou dados de aculturação e delimitação e implantou como unidade de conservação as florestas nacionais, para permitir a exploração de riquezas em território indígena.

Vale ressaltar que a implantação das florestas nacionais também ocorreu de forma irregular, pois não obedeceu aos dispositivos do Artigo 5 do regulamento do antigo IBDF, que determinava que houvesse estudos ecológicos para o estabelecimento de um plano de zoneamento, o que não ocorreu.

Em 1989, após exaustivas discussões e das denúncias de irregularidades apresentadas pela FUNAI e encaminhadas à Procuradoria Geral da República (Informação n° 0011/PRJ/88), sugerindo a revisão da demarcação e extinção do termo “colônias indígenas”, os representantes do antigo CSN cederam, em nome da chamada democracia e da Constituição Federal de 1988, ressaltando o grau do contato das nações indígenas com a sociedade regional (que foi revisto).

De acordo com os Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, iniciou-se a demarcação das catorze terras indígenas no lugar de colônias indígenas (E.M. nº 084/89) com um total de 2.600.594 ha e onze florestas nacionais com um total de 4.223.126 ha na região do Alto Rio Negro (ver fig.23). Democracia esta que reduziu em 68,1% o território reivindicado pelos índios (8.150.000 ha). Ressaltamos que o território permaneceu fragmentado e separado pelas florestas nacionais, como pretendia o PCN.

O Decreto 94.946/87 somente foi revogado no governo do presidente Fernando Collor de Mello, através do Decreto 022/91 que, no seu Art.12, declara que as áreas indígenas e colônias indígenas do artigo supracitado passam à categoria de terras indígenas.

Miyamoto (1999) considera que a postura militar em relação ao uso do termo *democracia* não tem o mesmo significado adotado pela sociedade. Segundo ele, no vocabulário militar, democracia diz respeito, fundamentalmente, aos interesses do Estado.

Sob este prisma, o estamento militar defende, ardorosamente, os interesses do Estado identificados com os interesses nacionais, o que por sua vez levanta outra questão: o que é interesse nacional? Nas interpretações do meio castrense, sobre a dicotomia Estado/Sociedade, deve-se privilegiar os interesses do Estado, já que este, sendo considerado eterno, além do mais, a capacidade de interpretar os anseios da sociedade, traduzindo as vontades desta última, e convertendo-as em projetos nacionais.

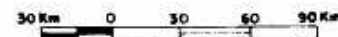
(...) Isto porque os interesses do Estado estão muito longe de coincidir com as vontades da sociedade. O que faz de fato é defender os desejos dos grupos hegemônicos. Assim sendo, os interesses nacionais variam no tempo e no espaço, conforme oscilam as conjunturas domésticas e internacionais e os grupos de poder. (MIYAMOTO, op.cit. p.55-59)



Fonte: FUNAI, 1990

FLONA - 4.223.126 ha

Al - 2.600.594 ha



Fonte: FUNAI, 1990

FLONA - 4.223.126 ha

Al - 2.600.594 ha

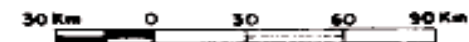


Figura 23 – Terra Indígena Alto Rio Negro. FUNAI, 1990.

3.2.2.1 - O território indígena contínuo: a reorganização espacial.

As sociedades indígenas que se localizam nas terras baixas da América do Sul caracterizam-se por serem sociedades pequenas, com ausência de Estado e altamente diversificadas entre si. A reprodução cultural exige e depende de territórios extensos devido às atividades de caça, pesca e coleta de muitos grupos, mas independe da densidade populacional (CUNHA, 1987, p.20).

A importância do território expressa-se na sobrevivência física e cultural das nações indígenas.

Em se tratando das nações indígenas do Alto Rio Negro, essa diversidade pode ser comparada às demais nações que se localizam no território nacional, mas não entre elas mesmas.

Como demonstrado anteriormente, as nações indígenas do Alto Rio Negro Maku, Bara, Barasana, Wanano, Cubeo, Tukano, Desana, Pira-Tapuia, Siriano, Taiwano, Tatuyo, Tuyuka, Yuriti, Karapanã, Miriti-Tapuia, Arapaço, Makuna, Baré, Kuripaco, Tariano, Baniwa e Werekena comungam de uma semelhança cultural que as distinguem das demais nações indígenas.

A semelhança cultural é um reflexo da maneira como vivem, se organizam sócio-economicamente sob os moldes tradicionais e/ou sob a influência de agentes externos advindos de contato extratribal.

O cultivo da mandioca amarga (os Maku, em pequena quantidade), a pesca e a identificação com o rio (Tukano e Aruak), os rituais de iniciação masculina com o uso de flautas sagradas, o consumo de bebidas alucinógenas são hábitos e costumes comuns a todas as nações indígenas do rio Negro.

Os fatores que deram origem a essa homogeneidade cultural são encontrados na mitologia de origem que, por sua vez, explica a exogamia lingüística e a hierarquia sócio-espacial, no contato intertribal (espontâneo e provocado) e no contato extratribal.

O mito de origem para os três grupos é praticamente um só. O que difere o mito dos Tukano difere com relação ao mito dos Aruak é a maneira como os respectivos ancestrais míticos chegaram ao Alto Rio Negro.

Os Tukano, assim como os Maku, atribuem a chegada dos ancestrais numa cobra-canoa (Sucuri). Para os Aruak, seus ancestrais míticos saíram de dentro da terra, região do rio Aiari Hipana que, numa visão autóctone, representa a origem e o centro do mundo para eles.

Através da criação da humanidade, estabeleceram-se o grau de parentesco e a ligação entre as nações que reconhecem a mesma origem. Os Tukano Orientais relatam o mito da cobra-canoa que navegava no rio de leite (Negro [?]), trazendo diversas nações. Entrou pelos rios Uaupés, Tiquié e Papuri e fez várias paradas, descrevendo espacialmente as cachoeiras, pedras, meandros, os quais foram relacionados com as casas de transformação que representam as fases do desenvolvimento humano. O mito é projetado espacialmente, demonstrando a importância de cada fase. É uma geografia mítica.¹³ Também significa a projeção do que no futuro seria o território deles.

Presente também na mitologia está a origem da hierarquia sócio-espacial dessas nações. Tal hierarquia que foi estabelecida segundo a disposição de cada nação na cobra-canoa e de acordo com a sua descida destas na praia de Ipanoré. O membro da primeira nação a descer da cobra-canoa seria o ancestral maior e a nação, de primeira ordem na hierarquia que deveria ocupar um território privilegiado.

A distinção lingüística feita pelo Criador deu origem a diversas nações que têm sua organização social baseada na exogamia lingüística. Vale lembrar que a língua é o fundamento de identidade destas nações.

Nos rituais matrimoniais, ocorre a po'oa ou dabucuris, uma troca de alimentos ou de bens, fato que equilibra a hierarquia sócio-espacial entre as nações e promove o contato intertribal. Assim, existem Tukano casados com Dessana que moram no rio Tiquié, Tukano casados com Baniwa que moram no rio Içana e assim por diante.

O contato intertribal pode ser espontâneo – quando ocorre segundo as regras de convívio tradicional dessas nações, como casamentos baseados na diferenciação lingüística, nas cerimônias de po'oa, na própria mitologia que criou os laços de parentesco – e provocado – quando ocorre de acordo com regras impostas, geralmente pelos antigos missionários ou colonos durante vários séculos.

Os missionários (contato extratribal), através dos aldeamentos, reuniram diferentes nações indígenas num só povoado com a finalidade de facilitar a catequização, impondo-lhes uma única língua – a princípio por meio do Neengatu e, mais tarde, da língua Tukano – e também impondo-lhes a contigüidade territorial para conter a expansão territorial dos índios.¹⁴

A perambulação característica cultural dessas nações é explicada pelos fatores que remontam à essência das suas tradições e costumes, que propiciaram processos como o contato intertribal, a homogeneidade cultural e também a dispersão territorial.

¹³Buchillet. D. Mitologia dos povos da região do Alto Rio Negro. Brasília: 1993. Mimeo.

¹⁴idem. Índios da região... p.5.

Hoje, as nações indígenas do Alto Rio Negro não ocupam mais aquele território definido, contínuo, como era antes do contato extratribal. Esse contato acelerou o ritmo da dispersão territorial, que poderia ter sido mais lento se conseqüente apenas do contato intertribal.

O contato extratribal significou perda física e cultural para os índios, bem como promoveu uma nova organização do seu território.

As tentativas de catequizações, aldeamentos, escravizações e colonizações dos índios pela sociedade branca provocaram a fuga e os descimentos sucessivos de diversos grupos de nações, que se dispersaram cada vez mais pela região à procura de um refugio que os protegessem dos constantes ataques dos brancos.

Assim, pelos fatores de ordem mítica, social e econômica, seja pela necessidade de caçar, pescar, de relações matrimoniais dos índios, seja pela necessidade da sociedade envolvente em ter mão-de-obra indígena escrava e pelas drogas do sertão, as diversas nações indígenas do Alto Rio Negro foram dispersando-se, deixando de ocupar aquele território contínuo, definido por um ou mais rios ou igarapés.

O Território Indígena reivindicado era único, contínuo para as nações Tukano, Aruak e Maku, definido por eles em 8.150.000 ha, como proposto desde 1970 e reforçado pelo processo nº 997/92 da FUNAI junto à Procuradoria Geral da República.

Os porquês deste território único e contínuo garantem-se nas evidências postas anteriormente e também encontram respaldo na necessidade que as referidas nações têm de manejar, desenvolver e organizar seu território de acordo com a sua cultura de maneira que lhes assegure a sobrevivência física e cultural. O território único e contínuo é resultante do processo intertribal (casamentos exogâmicos e perambulação), associado ao processo de colonização e das invasões que essas nações sofreram principalmente com o contato extratribal, que promoveu modificações sócio-econômicas que refletiram sobre o território.

É diante dessas modificações que as organizações indígenas da região, conscientes de que as relações sócio-espaciais anteriores ao contato extratribal não são as mesmas após esse contato, mobilizaram-se e reivindicaram a revogação da demarcação efetuada pelo Estado, que fragmentou o território em catorze ilhas cercadas por onze FLONAS, em favor da demarcação do território único e contínuo de acordo com a visão indígena de território.

A Terra Indígena contínua Alto Rio Negro foi homologada em 1998, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

3.2.2.2 - O território: fonte de espiritualidade e vida

A redução e a fragmentação do território indígena do Alto Rio Negro afetaram as relações sócio-cultural e econômica desses povos. Com a demarcação das catorze ilhas e onze florestas nacionais, o Estado restringiu e limitou a preambulação desses povos para caça e pesca, além de deixar de fora e dentro dos limites das FLONAS as principais áreas férteis propícias para a agricultura.

A questão territorial é o centro do universo político das nações indígenas do Alto Rio Negro (FARIA, 2003).

Os depoimentos a seguir são frutos de entrevistas com lideranças indígenas dos diversos povos indígenas que habitam a região, realizada durante a pesquisa do mestrado no período de 1993 a 1996, quando a demarcação da terra única e contínua estava ainda em processo. Expressam o significado, a importância e a relação cosmológica destes povos com a terra.

A necessidade de perambulação e o sentimento de perda territorial:

Queremos terra contínua para a gente continuar vivendo como era antes. Porque antes a gente vivia, a gente ia, baixava o rio, subia o rio até lá encima e era tudo nosso. Então nós queremos desta maneira, do mesmo jeito que nossos antepassados viveram. Nós queremos continuar vivendo assim. Se a terra não for demarcada assim, em terra contínua, a gente perde uma parte.¹⁵

A terra como valor de uso, para o sustento e território ancestral:

Reivindicamos uma terra nossa, onde viviam nossos avós. É de grande importância que a gente tenha esta terra contínua, pois muitos brancos falam que área é muito grande. Mas não dependemos de um mercado para comprar o que comer. Nós temos que caçar, andar no mato, no igarapé um dia, dois de distância pra colher o alimento. Sem a terra o índio morre de fome.¹⁶

A dispersão territorial por meio dos matrimônios e a convivência pacífica entre as nações:

(...) várias nações juntas num único território, isto facilita para que a gente tenha área grande. Por exemplo, nós vivemos no rio Içana mas

¹⁵Santos, Carlos dos. Entrevista concedida pelo representante da ACIRN a autora. Manaus, 6 maio 1996.

¹⁶José, Bonifácio. Entrevista concedida pelo representante da OIBI a autora. Manaus, 06 maio 1996.

têm outros que vivem no afluente Cuiari, Aiari; do outro lado tem o Xié, o Cubate e o rio Uaupés. Nós dependemos dessa terra toda. A gente ainda tem alguns parentes que são casados no rio Uaupés, do Uaupés que são casados no Içana. Você anda e não tem problema nenhum.¹⁷

A terra como reprodução das relações sociais do contato intertribal:

(...) as caças também. Porque o pessoal do Aiari e do Içana tem um caminho que desce para o Xié. É um caminho de caça, de vida, de muito tempo de convivência. O pessoal lá do Xié desce pro Içana nas cabeceiras dos igarapés como visita mesmo. Temos muitos parentes, irmãs, tias casadas no Uaupés.¹⁸

Terra coletiva, trabalho coletivo e o nomadismo:

Não queremos mais um pedaço de terra. Queremos um território em conjunto, terra contínua em conjunto. Não tem mais que dividir, tais comunidades vai ser assim. Agora ela vai ser território indígena. A terra contínua facilita porque não brigam e porque têm parentes, tios espalhados e ficam trabalhando e visitando por aí. Porque o índio não tem uma terra só para ele trabalhar e ficar só ali. Ele não pode. Quando vê que a roça que ele plantou passando, quando não dá, ele vai mudar para outra região com os parentes. Não tem nada de proibido. Chego e aqui é minha terra e pronto. Porque o índio recebe seu irmão, seu cunhado, aí a terra é nossa. Eu trabalho 5, 6, 10 anos é assim e aí vai embora. É costume de índio.¹⁹

A terra como fonte de espiritualidade e de vida:

A demarcação da terra contínua significa para os índios o futuro de suas gerações. Por que nós estamos lutando por isto? Porque nós percebemos que estamos perdendo espaço dentro da nossa própria terra com invasões, grandes projetos econômicos e penetração de políticos e empresários. (...) a demarcação dos 8.150.000 ha é o seguinte: o governo acha que determinada extensão de terra é suficiente para certo grupo. Isto não é verdade porque nós vivemos na terra, andamos na terra, usamos a terra. A terra é atividade cultural, ritual para outros tipos de sobrevivência. (...) o índio sobrevive da terra. A terra é quem dá sustentação. Por isto é preciso ampliar, é preciso que a terra seja suficiente para manter esta sobrevivência. A terra significa vida.²⁰

O respeito à pluralidade das nações e a convivência pacífica:

¹⁷José, Bonifácio. Entrevista concedida pelo representante da OIBI a autora. Manaus, 06 maio 1996

¹⁸ibid, 1996.

¹⁹Diniz, Libório. Entrevista concedida pelo representante da CACIR a autora. Manaus, 7 maio 1996.

²⁰França, Braz. Entrevista concedida pelo presidente da FOIRN a autora. Manaus, 8 maio 1996.

Cada grupo tem seu costume, sua cultura, seus rituais e tal. Mas no sentido comum o índio é índio e ele sempre tem um perfil único de sobrevivência. E a sobrevivência está fundamentada justamente na terra, independentemente se a pessoa tem seu próprio local de habitação. Isto não significa nada porque não é tão diferente quando se fala. Nós temos vários grupos predominantes em certas regiões como, por exemplo, na calha do rio Negro, onde há predominância da tribo Baré. Isto não significa que outros grupos não possam viver lá. Existe uma mistura muito grande. No entanto, a convivência é a mesma, o relacionamento é comum. Cada um respeita a cultura de cada um. No rio Içana predomina a tribo Baniwa, assim como no Uaupés e Tiquié existem os Tukano, Dessana, Pira-Tapuia e outros. Mas de uma forma conjunta eles vivem uma vida harmoniosa. Uma vida comum. Um conhece a cultura do outro.²¹

A terra coletiva e a projeção do futuro:

Acho que o governo, demarcando estas ilhas, continua nesse caso, com uma visão simplista de que o índio e um pedaço de terra sobrevive. É uma ilusão e até um preconceito. (...) será que valeria a pena demarcar uma terra pra cada grupo no Alto Rio Negro? Isto não teria mais sentido porque lá a tendência, a vontade do pessoal é uma luta conjunta. Se tornou uma classe social, os índios, se tornou um status que precisa se unificar. Unificar não significa engolir o outro, se submeter, acabar com a cultura do outro. É você ser capaz de lidar com esta diversidade, mas ao mesmo tempo ter objetivos comuns.

Quer dizer que, nesse sentido, seria inviável, seria até autodestrutivo você lutar por uma demarcação de terras por grupos. Poderia ser assim no passado, pois havia uma situação diferente, onde às vezes havia brigas e rixas internas.

Eu acho que a tradição e a cultura não podem ser vistas como uma coisa parada. Elas evoluem. Acho que é um direito que se tem. (...) as catorze ilhas impossibilitam a forma de vivência mais normal, mais natural e mais viável para os índios.

A terra contínua é a única condição que os povos indígenas têm de não deixar a história correr para aquilo que no caso, Hélio Jaguaribe quer: que a questão indígena se resuma em ter um pedaço de terra definido (grifo nosso). As pressões vêm, as invasões vêm. Você fica ali encurralado, não tem opção. Aí você vai se entregar e integrar. Ao passo que se você tiver o território, você tem inúmeras possibilidades de construir seu universo, o seu mundo. Com as relações que você quiser construir com qualquer que seja a outra sociedade.²²

3.2.2.3 - Terra e território: o desencontro de ideologias

Apesar de o termo terra indígena existir no Art.231 da Constituição Federal e na Lei 6.001/73, todos os documentos oficiais da FUNAI, do Ministério da Justiça, gabinete da Presidência da República (Decretos, Pareceres, Exposições de Motivos etc.)

²¹França, Braz. Entrevista concedida pelo presidente da FOIRN a autora. Manaus, 8 maio 1996.

²²Santos, Gersem. Entrevista concedida pelo vice presidente da FOIRN a autora. Manaus, 8 maio 1996.

fazem menção sempre à área indígena e não à terra. Na visão do Estado, o termo *terra* é apenas uma categoria jurídica, uma porção superficial do território, cabendo às comunidades indígenas apenas o direito à sua posse e não à sua propriedade, sem a possibilidade de administrá-la como decidirem.

Segundo Oliveira Filho (1990, p.3-12):

(...) mesmo nos seus usos mais técnicos, nos debates cotidianos, ou nos meios de comunicação de massa, sugere a existência de direitos territoriais, de que seriam portadores os índios em função de sua condição de primeiros habitantes destas terras. A força política que possui, resulta de sua condição de cristalina evidência, associada à sua aparência consensual e impositiva, embasada que está em um substrato ético e doutrinário.

Desse modo, o Estado, através do Parágrafo primeiro do Art.231 da Constituição brasileira conceitua terras indígenas como:

terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e às necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições,

Essa conceituação vem substituir o de *território*, na tentativa de confundir, como se ambos fossem sinônimos. Tal definição foi uma estratégia para que os índios passassem a acreditar que mesmo com denominação diferentes, o que estaria sendo demarcado seria o território.

Na abordagem feita por Oliveira Filho, fica evidente que o reconhecimento da terra indígena só ocorreu quando o Estado assim o determinou, ou seja, o direito potencial de ocupar o território passou a ser direito adquirido, permitido pelo Estado aos povos indígenas e, principalmente quando tal fato estava em concordância com seus interesses.

Na leitura indígena, *terra* para o Estado é uma concepção simplista que limita o conceito indígena de terra, pois não considera o significado sócio-cultural e sua importância na perpetuação da cultura e da vida. Para o Estado, a terra é simplesmente um pedaço da superfície do território, um bem que adquiriu valor de troca, uma mercadoria.

Acho que o governo, ao demarcar estas ilhas, continua tendo uma visão simplista de que o índio é um pedaço de terra sobrevive. (...) só

é capaz de admitir hoje a coexistência da própria terra enquanto elemento único para a questão da vida indígena hoje.²³

O governo acha que determinada extensão de terra é suficiente para cada grupo. Isto não é verdade porque nós vivemos na terra, andamos na terra, usamos a terra. A terra é atividade cultural, rituais para outros tipos de sobrevivência.²⁴

Terra também não serve de lucro para a gente. Terra é onde moramos, nascemos e vivemos. Não é igual à dos brancos, que quando estão cansados de viver nela, procuram outra, vendem e vão embora para outro canto. Para o índio não existe isto. Terra é muito mais que um pedaço de chão.²⁵

As comunidades indígenas do Alto Rio Negro sofreram influências dos aspectos sócio-culturais da sociedade envolvente ao longo dos séculos devido ao contato extratribal. Viram seu território sendo reorganizado de diversas maneiras, sempre com o objetivo de atender às necessidades político-econômicas da sociedade envolvente, alienígenas a suas necessidades.

Foram levados a instrumentalizar conceitos daquela sociedade que adquiriram significados diferentes, pois a concepção indígena de mundo e de vida são outros.

Assim, o conceito de *terra* para a sociedade indígena não é mais o mesmo de antes do contato. A concepção tradicional de *terra* como elemento único, fundamental que se auto-sustentava (sustentação absoluta e imediata do hoje) sofreu uma evolução e a ela foi acrescentado um novo sentido, o do amanhã, de planejar o devir que não existia antes.

O significado e a importância da terra continuam o mesmo, como sendo a única forma possível de sobrevivência física e cultural baseada nas territorialidades específicas destas nações.

Vale ressaltar que existem ainda na região do Alto Rio Negro, grupos de algumas nações cujo contato é intermitente ou ainda sem contato com a sociedade envolvente, cuja concepção de terra continua sendo original (tradicional). Este conceito reelaborado é defendido hoje pelas lideranças da FOIRN, assim como das entidades de base filiadas a ela.

A resposta é única: terra significa vida, a terra significa futuro. Terra é tudo para nós. Por isto é preciso ampliar (...) para manter essa

²³Santos, Gersem, op.cit.,

²⁴França, Braz., op.cit.,

²⁵José, Bonifácio, op. cit.,

sobrevivência. (...) se você quer viver, tem de manter e garantir aquilo que dá esta condição pra você.²⁶

(...) o índio do século XX, quase século XXI, não tem o mesmo conceito, não pode ter o mesmo conceito estático e parado. O índio não tem o mesmo conceito de terra que tinha antes do contato: a terra enquanto natureza te sustentava. Hoje é diferente. A terra é importante, ela continua tendo o mesmo sentido original, terra. Mas a natureza não é mais capaz de se auto-sustentar. Ele (o índio) tem que manejar a terra, ele tem que ocupar, tem que produzir a terra. E aí você muda de conceito porque eu acho que é um conceito de território, pois é mais amplo e mais completo. Tem esse lado político, que na visão original não existia. Os índios não tinham futuro. Não planejavam o futuro. Para eles a natureza era o futuro (grifo nosso), era a garantia da sobrevivência. A sobrevivência digna, caçando, pescando e coletando. O índio não precisava pensar em plantar, não precisava derrubar para plantar, não precisava pensar em criar animais, não precisava pensar como vai ser a procriação. A coisa era tão larga que era inútil pensar. Por isso limitava. Mas eu acho que tem esse lado político do próprio planejamento do futuro, da própria projeção, isso é fundamental. Justamente a diferença é esta: se demarca um pedaço, significa que a terra é aquilo, tem um pedaço e está tranqüilo. Não é isto não! É preciso ter este pedaço mais amplo, onde você não só se realiza hoje mas se projeta amanhã (grifo nosso). Esse amanhã é uma coisa nova para os índios que na cultura não tinha isto. O índio caça hoje, se ele mata uma anta, ele come tudo. Amanhã ele não está preocupado se vai matar outra anta. Ele quer saber de comer tudo hoje. Ele já sabe que amanhã ele vai conseguir de certa forma, qualquer coisa. Ele não sabe o que é, mas sabe que a natureza oferece. E hoje é diferente. Não dá mais pra viver assim. Tem que pensar, tem que construir o futuro. Tem que construir hoje, tem que planejar e isto de território é importante porque aí você vai fazer as projeções. O crescimento populacional a partir dos problemas que a gente enfrenta hoje. Quer dizer, com invasão e destruição, diminuiu a caça, diminuiu a pesca, já não é possível esperar da natureza.²⁷

O termo *território*, assim como *nação* e *autodeterminação* foram absorvidos pelas comunidades indígenas e foram utilizadas a *priori* como instrumentos de reivindicação da autonomia.

O termo *território* não existe no vocábulo de nenhuma língua indígena do Alto Rio Negro. Por isso, quando o índio fala território, a pronuncia é em português. Terra é *Diita* em Tukano e *Hipai* em Baniwa.

O termo *território* só entrou no vocabulário indígena após o contato. Antes não se pensava e não precisava pensar nisto.

²⁶ França, Braz op.cit.,

²⁷ Santos, Gersem, op.cit

A leitura indígena do conceito de *território* é uma evolução do conceito de *terra* que adquiriu um cunho político conjuntamente com a idéia de *limite*.

(...) na concepção tradicional, original não existia o termo território. Não teria sentido discutir isso. O sentido de território só existe após o contato. Antes do contato, o índio podia ir e vir, ele definia sua própria vida, seu destino sem tutela, sem nada e sem pré-condições. Depois do contato, há pré-condições. Estas são impostas pela dominação, pela exploração, pela violência. E você precisa afirmar-se. Antes não, a natureza te garante isto. A terra te garante isto. Por isto a terra é tudo. Depois a terra já não é tudo. Você precisa de elementos políticos. Aí você tem um conceito de território (grifo nosso), que tem sentido de poder, sentido de domínio e de limite. Território é limite. É você limitar o espaço. A terra é uma coisa ilimitada, ilimitável. Ela é tudo. Como você vai considerar limite numa concepção ilimitada de terra que seria o território! Não tem como fazer a relação. Só é possível pensar o território depois do contato porque você limita as coisas. Na visão tradicional posso estar em qualquer ponto do universo, eu estou no mesmo espaço, no mesmo momento, na mesma situação, com os mesmos direitos, com os mesmos deveres, o que não acontece hoje.²⁸

Para as nações indígenas do Alto Rio Negro, território significa terra contínua com autonomia e soberania, onde vivem com seus distintos costumes, histórias e filosofias. A autonomia e soberania referentes ao território consistem em um sistema de autogoverno, em que o poder de decisão, de planejar o futuro está nas mãos das próprias nações indígenas.

A autonomia reivindicada deve partir da realidade indígena vigente, ou seja, planejar, desenvolver mecanismos e estratégias sócio-econômicas no território que possibilitem a sobrevivência física a partir dos seus referenciais de modo a permitir também a preservação cultural.

O cunho político não está fundamentado nos princípios de autodeterminação, presentes nas ideologias de Estado, as quais defendem a tese de que a autonomia política de uma nação representa a formação de um novo Estado Nacional .

Para essas nações indígenas, a autoterminação não determina (não significa) a formação do Estado nacional. Nada mais é do que o poder de decisão, de poder planejar, desenvolver o território de acordo com a sua realidade, tradições e costumes sem a interferência dominadora do governo.

²⁸ Santos, Gersem op.cit.

Preferem utilizar o termo *autonomia* no lugar do termo *autodeterminação* exatamente por reconhecerem a carga ideológica que este comporta e que acaba por desfavorecer a reivindicação indígena pelo território, apesar de ser um direito reconhecido juridicamente. A autonomia reivindicada pressupõe a existência do território, mas não do Estado.

A autonomia é isto. Você poder se relacionar a partir do seu referencial, da sua realidade, do seu projeto, do seu potencial. Evidentemente respeitando o projeto do outro, contribuindo. Você tem algo de concreto a partir do qual você cria relações.²⁹

Portanto, terra e território, para as nações indígenas do Alto Rio Negro, são fruto do processo histórico de cada nação. E, por outro lado, o termo *nação* consiste em um povo que tem seu território, sua história e o poder de decisão sobre o seu destino (MELGUEIRO, 1992).

Diante do exposto, fica evidente a relação intrínseca entre as concepções de *terra, território e nação* dos povos indígenas do Alto Rio Negro.

A concepção indígena de *nação* não está fundamentada nas concepções de Anderson e Hobsbawn, pois não são imaginadas e não surgiram a partir dos princípios liberais do Estado-Nação. Ao contrário, são nações reais, vividas, concretas, fruto do processo histórico de diferentes povos. São nações sem Estado.

Exatamente por estar ausente esta organização política (Estado), a comunidade internacional, dos Estados Modernos, com sua visão etnocêntrica e colonialista, não considera as nações indígenas como nações, assim como não admite a existência de um território sem o controle do Estado (SOUZA FILHO, 1983).

Partindo desse princípio, o Estado e, conseqüentemente, a legislação brasileira não consideram as nações indígenas como nações e tampouco seus territórios.

No entanto, caso o fizessem, diante da visão internacional haveria uma sobreposição territorial que poderia culminar em um conflito internacional de nacionalidades (SOUZA FILHO, op.cit, p. 48).

Assim, o Estado brasileiro, para evitar um conflito internacional, transformou a questão do território e da autonomia indígena em um conflito nacional, de terras (interno), ou melhor, de segurança nacional, através da lei brasileira que reconhece apenas a terra indígena e atribuiu aos índios a categoria de cidadãos brasileiros.

²⁹ Santos, Gersem, op.cit.

Reconhecendo a terra e dando a cidadania aos índios, o Estado brasileiro tratou de reconhecer as terras indígenas como território brasileiro, ao mesmo tempo que, atribuindo-lhes a nacionalidade, impediu a autonomia das nações em seus territórios.

Ser o índio um cidadão brasileiro, portanto, é uma ficção. Os índios não constituíram a Nação brasileira. Para adquirir essa cidadania são obrigados a perder a sua identidade, deixar de ser índios; visto por esse lado, o índio é brasileiro por naturalização. Enquanto o índio mantiver sua identidade cultural, pertencerá a uma nação diferente da nação brasileira, será Guarani, Nambikuara, Yanomami, Pataxó etc., porque cada uma dessas nações tem normas fundamentais de funcionamento estabelecidas há mais tempo do que as regras adotadas pela Constituição Brasileira. E é o estabelecimento dessas regras e sua obediência que realmente definem o cidadão (SOUZA FILHO, op.cit, p.50).

À luz da teoria de Estado e dos princípios positivistas da revolução burguesa, a constituição de um Estado Nacional pressupõe a existência de um território, de uma nação e de um governo soberano. Nessa perspectiva, a concepção de território é para os governantes e, para os militares, uma categoria jurídico-política, abrangendo o espaço aéreo, marítimo e terrestre (subsolo), que permite a reprodução básica das condições de existência da nação organizada e administrada pelo Estado (SILVA, 1981).

Para Pessoa (1971, 57), o *território é área ou conjunto de áreas, com três dimensões, donde se irradia o poder do Estado.*

Essa concepção de território é puramente técnica e jurídica, pois significa suporte material sobre o qual o Estado exerce sua autoridade, circunscrevendo seu limite, separando-o de outros Estados. O território é elemento para a existência do Estado. Carece do conteúdo humano, cultural e do próprio sentido de territorialidade. Não há interação entre o território e a nação.

Os desencontros de ideologias e de concepções entre indígenas e aparelhos do Estado (Forças Armadas) dificultam e acirram a luta pelo território indígena do Alto Rio Negro.

O temor das Forças Armadas de que surjam “quistos étnicos” ou “territórios livres”, pondo em risco a soberania nacional por meio da demarcação dos territórios indígenas é infundado, uma vez que as concepções indígenas de nação, território e autodeterminação não correspondem às concepções daqueles e também porque a legislação brasileira não permite tal fato.

As nações indígenas do Alto Rio Negro, representadas por suas lideranças, afirmam que o temor e o argumento das pelas Forças Armadas não são reais e são infundadas..

Não faz parte da cultura e nem da reivindicação dessas nações a criação de um território independente, organizado sob a forma de Estado, e muito menos se tornarem protetorado de outros países.

As nações indígenas localizadas na faixa de fronteira não representam obstáculos nem perigo ao desenvolvimento e à segurança do Estado. Ao contrário, essas sim são as verdadeiras guardiãs da fronteira não só pelo conhecimento geográfico do território, mas, principalmente, pelo significado e importância que ele tem para a sobrevivência das referidas nações.

E mesmo que essas nações quisessem, não poderiam tornar-se independentes em forma de Estado, pois não teriam condições, infra-estrutura e nem conhecimento para suportar e sustentar uma estrutura política como esta.

Existe um certo desentendimento.[...] os militares pensam da maneira deles, o governo pensa de sua maneira, a própria FUNAI pensa de sua maneira, nós índios pensamos da nossa maneira. Agora o importante para nós é lutar para chegar a um consenso. [...] na visão militar seria até um empecilho ter uma terra indígena onde existe uma fronteira. Isto não é verdade, pois os índios não atrapalham nenhum tipo de demarcação branca de territórios nacionais ou internacionais. Para nós isto não tem validade, pois nós vamos pra Colômbia, vamos pra Venezuela, vamos pro Peru sem pedir, sem ter passaporte, sem ter permissão de ninguém. Isto é uma questão de relacionamento de grupo com grupo. Para nós não existe essa demarcação internacional. Por isto não temos nada que interferir na demarcação de fronteira de um Estado pro outro. [...] o nosso trabalho [...] vem contribuir até para a vigilância da área fronteira. É uma contribuição do próprio índio em relação à guarnição das fronteiras. Isto faltava aos militares entender. Quer dizer, não queriam entender, não porque não entendessem, mas porque não queriam admitir. [...] Nós não estamos querendo criar um território independente, até porque não temos condições para isto. Não temos nenhuma infra-estrutura para enfrentar uma coisa desta. e nós estamos muito bem assim, chamados de brasileiros. E nós resolvemos isto em assembléia até como uma bandeira de luta. Estamos defendendo também as coisas do Brasil.

Agora, nós queremos o respeito a nossa cultura, os direitos que conseguimos conquistar e que estão na Constituição de 1988.³⁰

³⁰ França., op.cit

As lideranças indígenas reconhecem a divergência de pensamento entre elas e o governo brasileiro. Mas sempre estiveram dispostas a dialogar, encontrar um consenso para que a questão do território indígena do Alto Rio Negro seja resolvido.

Para as nações indígenas, não importa que o Estado utilize os termos *povos, etnias ou grupos, área, terra ou território indígena*, pois eles têm consciência do que são e do que querem.

Ao que tudo indica, os sofismas e o discurso militar da integridade e soberania nacional continuam imperando. Aprovou-se e reconheceu-se a **terra indígena Alto Rio Negro**, mas não o **território indígena Alto Rio Negro**. Na visão do Estado e de seus intelectuais orgânicos, o termo território continua vinculado ao conceito de Estado Territorial. O pensamento dos geopolíticos clássicos torna-se explícito diante da recusa em aceitar o termo território indígena. Por isso, o Estado prefere continuar com o velho discurso da soberania nacional. Aceitando a demarcação da terra indígena contínua na faixa de fronteira, os militares parecem reconhecer que os índios são os verdadeiros guardiões do território.

De acordo com a concepção indígena, independentemente do termo utilizado pelo governo, o que foi demarcado é o território. É uma vitória da FOIRN e de todas as nações indígenas.

[...] o governo e os índios brigam pela mesma coisa: o território e a terra. Historicamente os índios são donos do território, mas pela lei é do governo. Então para o governo ter pleno direito de dizer que o território é deles, tomar posse totalmente desse território, ele vai ter que acabar com a gente. Enquanto ele não acabar com a gente, o governo nunca vai poder dizer que esse território é totalmente deles.³¹

Os índios vão continuar lutando. Acho que têm um desafio muito grande. Do ponto de vista político é difícil. Mas é como eu falei. Não há outra alternativa. Por isto é impossível você repensar, você tentar outros mecanismos, outras estratégias. Poxa! Vamos mudar de posição! Acho que é uma loucura. A palavra não seria mudar, seria desistir, não quero mais saber. Decreto meu fim como povo, como etnia, como membro de um povo.³²

3.2.2.4 - Para não concluir

Os militares, representantes da vontade da nação, utilizavam-se do discurso da segurança nacional para impedir o reconhecimento do território indígena do Alto Rio Negro, temendo uma balcanização com a criação de territórios indígenas livres. Criaram

³¹ Terena, Jorge. Entrevista concedida autora. Brasília, 1994

³² Santos, Gersem, op. cit.

estratégias e projetos, como o Calha Norte, com a finalidade de desterritorializar as nações indígenas e integrá-las à sociedade de classe e à economia nacional. Utilizaram como cobaias os Tukano de Pari-Cachoeira, fragmentando seu território em colônias indígenas e florestas nacionais como represália aos seus ideais de autonomia demonstrados pelas rebeliões messiânicas e pela constante reivindicação por demarcação de seu território.

A reivindicação das nações indígenas do Alto Rio Negro pelo território único e contínuo é pioneira no Brasil. Vale ressaltar que antes do contato com a sociedade ocidental, essas nações tinham um território definido e limitado por acidentes geográficos. Essa forma de organização territorial é resultante do contato extratribal. Questiona-se quanto o contato intertribal, ocorrido por meio de guerras e por exogamia lingüística, teria contribuído para essa reorganização territorial indígena. Não há como avaliar concretamente se as nações indígenas do Alto Rio Negro continuariam com a organização territorial tradicional apenas com a influência do contato intertribal. As evidências apontam por uma continuidade organizacional tradicional, pois assim foi feito durante milhares de anos sem a presença da sociedade ocidental. Entretanto a evolução das sociedades é um constante devir e não se poderia prever o futuro.

A homogeneidade cultural dessas nações também é um fator que respalda a reivindicação do território único e contínuo. Tanto a homogeneidade cultural como a territorialidade, a hierarquização e a ocupação territorial das nações são explicadas e fundamentam-se no mito de origem de cada grupo lingüístico. É uma geografia mítica.

Após séculos de contato com a sociedade envolvente, as nações indígenas do Alto Rio Negro viram-se diante de conceitos que tomaram como empréstimo e que os instrumentalizaram na luta pela autonomia, como “nação”, “território” e “autodeterminação”, que não existiam antes do contato.

No entanto, as concepções indígenas desses termos divergem das concepções do Estado. De acordo com a concepção indígena, “autodeterminação” traduz-se em autonomia e soberania que significam o poder de decidir sobre o próprio futuro sem que exista a organização política em forma de Estado. “Nação” consiste em um povo que tem seu território, sua história e o poder de decidir sobre o seu destino. “Território” é uma evolução do conceito de terra que adquiriu os sentidos de limite e de planejamento, porém com as representações cosmológicas inerentes à cultura indígena, que não contém a concepção ocidental de território. O conceito de “terra” apresenta-se como um bem material, espiritual e ilimitável, sem a preocupação com o devir. Os conceitos de

terra, território e nação estão interligados e são fruto do processo histórico dos povos indígenas.

Para o Estado, **território** é um suporte material onde se encontra a nação, forjada a partir dos ideais burgueses da revolução francesa. Os conceitos de *nação, território e autodeterminação* estão ligados ao conceito de Estado Moderno. Terra é considerada como mercadoria, contendo valor de troca.

Assim, mesmo sabedores de que as concepções indígenas são diferentes das suas, o Estado, por meio das Forças Armadas, continua, no início do século XXI, a utilizar o discurso da segurança nacional para não reconhecer o território indígena, adotando uma postura ideológica conservadora e colonialista influenciada por geógrafos, políticos e geopolíticos clássicos, que fundamentados no conceito de Estado-Nação, confundem unidade nacional com integridade territorial. Utilizam-se da imemorialidade de ocupação das terras indígenas como justificativa para não reconhecerem o território indígena, pois a partir do momento que o fizessem, o governo estaria perdendo parte ou todo seu território para os índios, o que provocaria uma crise na unidade da nação e na segurança do Estado.

A tese da *segurança nacional*, no continente americano, só é defendida pelo Brasil. Os índios norte-americanos, bem como os canadenses, já conquistaram a autonomia e o direito à propriedade de seus territórios e continuam fazendo parte dos Estados Nacionais nos quais se encontram. Na realidade, essa tese é um sofisma implementado pelo Estado brasileiro para escamotear suas intenções desenvolvimentistas para regiões, como a amazônica. Impedir e/ou não demarcar as terras e territórios indígenas, reduzindo-as em número e extensão é uma das estratégias para expropriar os índios, deixando as terras livres para exploração econômica e biotecnológica.

Desde a década de 1970, as lideranças indígenas da região vêm reivindicando o território contínuo com 8.150.000 ha. Várias negociações viram-se fracassadas devido às divergências de propostas entre as lideranças indígenas e os representantes dos aparelhos do Estado (leia-se Forças Armadas e FUNAI) até 1996, quando foi delimitada.

O Estado (des)organizou os territórios das nações indígenas do Alto Rio Negro de diversas maneiras, assumindo a divisão paroquial feita pelos salesianos que perdurou até 1987, quando se tentou instituir as figuras jurídicas das colônias indígenas, áreas indígenas e florestas nacionais no bojo do projeto Calha Norte. Sem sucesso, tal feito,

ainda à luz do projeto Calha Norte, fragmentou o território em catorze áreas indígenas e onze florestas nacionais, além de reduzir cerca de 69% do território considerado pela FUNAI como imemorial das nações indígenas do Alto Rio Negro, bem como deixou de fora das áreas indígenas tanto as áreas ricas em recursos minerais como as férteis.

Embora conscientes do embate ideológico, político e econômico, as organizações indígenas do Alto Rio Negro sempre lutaram pelo território, pois sabiam que era a única maneira possível de sobrevivência física e cultural. Era o futuro de suas gerações que estava em jogo. Parte da luta já foi alcançada com a homologação da terra contínua e única em 1998 e das demais terras posteriormente. Agora o desafio é outro: como viver e sobreviver na terra demarcada. É preciso criar políticas e projetos sustentáveis de gestão territorial para as terras demarcadas que priorizem a identidade territorial e cultural em bases comunitária e participativa.

3.3 – Cultura, território e territorialidades: bases para o planejamento do ecoturismo indígena.

Uma experiência de ecoturismo foi realizada no Alto Rio Negro, no Rio Tiquié (Faria, 1998), no período de 1998-1999, em princípio sob a coordenação de seu idealizador, Estevão Lemos Barreto (Tukano). A continuidade da experiência não foi implementado devido à falta de diretrizes, organização e infra-estrutura; aos preços elevados dos equipamentos turísticos e de apoio; e à falta de capacitação de recursos humanos e de preparação das comunidades receptoras e, principalmente, não houve discussão entre as entidades indígenas, poder público e entidades privadas de planejamento turístico.

As ações abaixo que vêm sendo desenvolvidas visam proporcionar às comunidades indígenas conhecimento sobre o ecoturismo, articulado a uma educação patrimonial e ambiental, por meio do ensino via pesquisa e da pesquisa participante propiciando-lhes fundamentos para a gestão territorial de suas terras indígenas.

3.3.1 - Yaneretama: sustentabilidade e ecoturismo indígena

A oficina **Yaneretama** (nossa terra, em nheengatu) foi realizada no período de 16 a 18 de junho de 2004. Contou com a presença de 25 associações filiadas à FOIRN. Partiu da necessidade de discutir e esclarecer as lideranças/conselheiros das associações que compõem a FOIRN bem como comunidades indígenas *a priori* sobre os problemas advindos do turismo clandestino que vem sendo desenvolvido na Terra Indígena do Alto Rio Negro e na Terra Yanomami (Maturacá), que é área de sobreposição com o Parque Nacional do Pico da Neblina, e *a posteriori* sobre o que é o turismo/ecoturismo e os impactos dele advindo, bem como as formas de inserção das comunidades na atividade, de maneira a permitir que decidam em relação ao turismo que querem e se querem desenvolvê-lo de forma clara e consciente.

Vale ressaltar que esta oficina foi solicitada pelas lideranças indígenas em função dos acontecimentos na Terra Indígena Yanomami em 2002 e das constantes solicitações de entrada de turistas em terra indígena por agências de turismo de Manaus e do exterior à FUNAI e à FOIRN.

Por se tratar de uma oficina de formação que teve como objetivo o esclarecimento e conscientização das lideranças indígenas que compõem a FOIRN, o plano de trabalho foi desenvolvido em diferentes momentos

No primeiro momento, foi realizado um diagnóstico sobre o que as lideranças e comunidades/Associações que representam pensam a respeito do turismo, suas dúvidas, problemas que já estão ocorrendo. A metodologia utilizada foi participativa, utilizando-se a técnica da escuta sensível e da mediação, ou seja, sem interferência dos conhecimentos da equipe.

Os participantes foram divididos em 6 grupos por região: Alto Uaupés e Papuri, Baixo Uaupés e Tiquié; Alto Rio Negro e Xié, Baixo Rio Negro e afluentes; calha do Içana e afluentes e sede de São Gabriel da Cachoeira, contando com a colaboração dos especialistas em Turismo e Gestão Territorial, colaboradores, que coordenaram as discussões com base em perguntas pré-formuladas e elaboradas pelos participantes conforme suas dúvidas e apresentação dos resultados pelas equipes.

No segundo momento, exposição por parte de instituições ligadas ao turismo e à questão indígena com debate e questionamentos por parte das lideranças indígenas após a apresentação sobre as bases teóricas, conceituais e metodológicas referentes ao turismo e ecoturismo indígena, com utilização de material didático de apoio denominado Umukamê-sara: guia de ecoturismo indígena para o rio Negro, como proposta para futuras oficinas nas escolas e comunidades.

No terceiro momento, houve discussão e apresentação dos grupos sobre as considerações sobre o ecoturismo indígena e a oficina.

Esclarecemos que a proposta preliminar do material didático foi elaborada por nós com o apoio dos especialistas em turismo e Gestão Territorial acrescida pelas dúvidas e perguntas elaborados pelas lideranças indígenas durante a oficina e complementado durante as reuniões nas comunidades.

A equipe de especialistas em Turismo e Gestão Territorial, na sua maioria é natural de São Gabriel da Cachoeira, muitos indígenas, formados pelo Curso de Especialização oferecido pelo Departamento de Geografia da UFAM com diferentes formações acadêmicas, como Filosofia, Geografia, Biologia, Psicologia, Ciências Sociais e Educação Física, conhecedores da realidade do lugar.

Resultados alcançados:

- Conhecimento parcial das lideranças das associações sobre as vantagens, riscos, desvantagens e desafios para o desenvolvimento do ecoturismo indígena com

emissão de algumas considerações sobre os princípios e diretrizes para nortear esta atividade na região;

- Análise do material didático de apoio para as oficinas³³, com introdução de novos conhecimentos e conceitos que serão traduzidos nas três línguas co-oficializadas (Nheengatu, Tukano e Baniwa) e o Yanomami, posteriormente.
- Elaboração do cronograma para ampliação do conhecimento sobre a temática junto às comunidades de base.

Considerações da FOIRN:

O resultado das discussões aponta que, na sua maioria, as lideranças indígenas reunidas nesta oficina, em princípio, reconhecem que o ecoturismo pode ser uma alternativa sustentável. São favoráveis à atividade desde que traga benefícios para as comunidades, mas necessitam de maiores informações sobre o assunto e mais esclarecimentos sobre o retorno, os projetos de sustentabilidade, para que possam discutir primeiramente com as comunidades por meio das oficinas/reuniões para depois posicionarem-se oficialmente e definir princípios/diretrizes para o ecoturismo na região.

Há uma grande preocupação por parte da FOIRN no sentido de avaliar os impactos socioculturais e ambientais e buscar uma solução e regulamentação para as atividades turísticas que vêm sendo realizadas em terras ainda não demarcadas no município de Santa Izabel e Barcelos, habitadas por diversos povos indígenas do Rio Negro.

Como desdobramento desta oficina, elaborou-se o projeto Umukamé-sara: planejamento participativo e ecoturismo indígena pela FOIRN em parceria com a UFAM, IBAMA e FUNAI. O IBAMA financiou o projeto no intuito de contribuir para as discussões no Parque Nacional do Pico da Neblina, área de sobreposição com a Terra Indígena Yanomami com vistas a um futuro plano de manejo a ser desenvolvido, priorizando a legislação enquanto Terra Indígena de forma realmente participativa onde os Yanomami, por sua cultura e organização social e política, não abrem mão do processo de discussão, planejamento, execução, gestão e da autonomia sobre sua terra.

³³ Ressaltamos que as cópias do material didático de apoio concedido pela Amazonastur somente chegaram uma semana após o término da oficina, fato que não prejudicou a realização da mesma. No entanto, esse fato gerou um certo desconforto pela equipe organizadora que contava com esse material, considerado de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades.

Neste caso, ao desenvolvermos o olhar dos indígenas sobre o turismo, não abordaremos as opiniões dos Yanomami por questões éticas, pois estamos trabalhando em outros projetos de educação e valorização do patrimônio cultural, material e imaterial, com eles.

3.3.2 - Umukamé-sara: guia de ecoturismo indígena para a região do Rio Negro

A construção do guia partiu da necessidade de se ter um material didático de fácil compreensão e acesso para as comunidades indígenas e que pudesse subsidiá-las no processo de conhecimento sobre o ecoturismo nas escolas e reuniões nas comunidades da Região do Rio Negro, escrito inicialmente nas línguas Tukano, Baniwa e Nheengatu e, posteriormente, em Yanomami.

Visa expandir o conhecimento sobre turismo e seus segmentos e, principalmente, o ecoturismo indígena e as informações sobre os impactos e as conseqüências das operações turísticas que vêm ocorrendo informalmente e sem controle dentro das terras indígenas, preparando as comunidades para discutirem o desenvolvimento dessa atividade de forma participativa, comunitária com base no respeito da cultura dos povos indígenas envolvidos, na conservação do patrimônio cultural e natural e na valorização da identidade cultural e territorial do lugar.

O guia é formado por um conjunto de perguntas com temas que pretendem esclarecer as dúvidas sobre as vantagens, desvantagens do ecoturismo e informar sobre os conceitos básicos para se desenvolver esta atividade em terra indígena, fornecendo subsídios para a elaboração de princípios e diretrizes para o ecoturismo indígena na região.

Está sendo elaborado em etapas: a primeira, discutida preliminarmente com especialistas indígenas em Turismo e Gestão Territorial residentes em São Gabriel da Cachoeira, com graduação em diversas áreas do conhecimento e inspirou no Manual Indígena de Ecoturismo, publicado pelo GTC Amazônia em 1997 e nas contribuições preliminares da nossa tese de doutorado que versa sobre o Turismo indígena na região; a segunda foi realizada durante a oficina Yaneretama, com discussões com as lideranças indígenas que compõem as Associações filiadas a FOIRN; a terceira, em desenvolvimento, consiste na ilustração do guia, com uma parte já realizada durante a oficina umukamé-sara pelos seus participantes (figuras 24 a 27) e outra ainda a ser realizada pelos alunos das escolas e membros das comunidades, e a quarta, que consiste

na elaboração do guia nas três línguas co-oficiais Tukano, Baniwa, Nheengatu durante a realização das oficinas nas comunidades, contendo temas específicos para cada povo, conforme a territorialidade lingüística.

Uma parte da quarta etapa já foi realizada durante as oficinas Unukamé-sara e deverá ser concluída em outras reuniões e oficinas que deverão ocorrer nas comunidades através de outros projetos.



Figura 24 – Desenho de Socorro Teles Matos. Taracua, 2005.

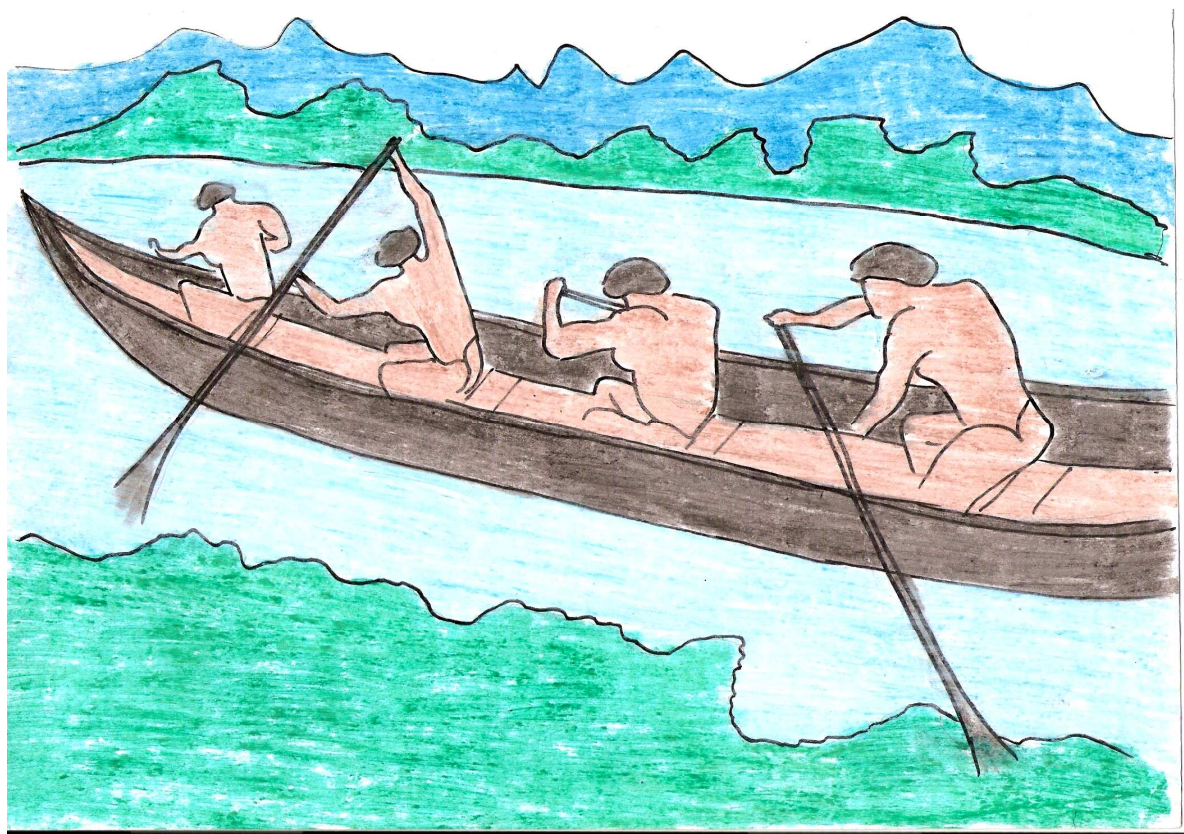


Figura 25 – Desenho de Laci Garrido Cabuia. Cucui, 2005.



Figura 26 – Desenho de Gilson M. Almeida. Assunção do Içana, 2005.



Figura 27 – Desenho de Armando Tukano. São Jorge, 2005.

3.3.3 - Umukamé-sara: planejamento participativo e ecoturismo indígena

Esse projeto nasceu da necessidade de expandir o conhecimento entre as comunidades sobre turismo, ecoturismo indígena, diretrizes e princípios que deverão nortear um possível planejamento ecoturístico em terra indígena, proposto pela Oficina Yaneratama: sustentabilidade e Ecoturismo Indígena, realizada pela FOIRN em junho/2004. Consistiu na realização de oficinas de formação em 2005, sendo todo o processo de execução acompanhado por membros da diretoria da FOIRN e lideranças das comunidades envolvidas IBAMA e FUNAI.

Objetivos específicos:

- Diagnosticar o pensamento da comunidade sobre turismo: temores, desafios e perspectivas;
- Levantar o potencial ecoturístico da comunidade;
- Elaborar coletivamente princípios, critérios e diretrizes para o ecoturismo indígena na região do Rio Negro por meio do planejamento participativo e comunitário;
- Elaborar coletivamente material didático específico sobre ecoturismo indígena na região;
- Subsidiar a construção de um projeto piloto de ecoturismo em Terras Indígenas na região.

Inicialmente, o projeto pretendia abranger as comunidades indígenas da região do Rio Negro (Balaio, Maturacá, Iauareté, Pari-Cachoeira, Taracuí, Assunção do Içana, Tunui Cachoeira, Assunção do Içana, São Jorge, Cué-cué, Santa Izabel-Cartucho e Barcelos), utilizando exemplos específicos da realidade sociocultural e territorial do lugar com duração de 7 meses (Figura 28). Infelizmente, devido às condições geográficas adversas e à agenda da comunidade, não foi possível realizar reuniões na comunidade do Balaio e em Barcelos.

A metodologia é participativa, através de dinâmica de grupo, inicialmente, por meio da exposição do conhecimento pré-existente dos participantes, suas dúvidas e questões que gostariam de saber sobre o tema sempre na língua indígena pública da comunidade,³⁴ Posteriormente, ainda em grupo, através da técnica da mediação, por meio de outras perguntas, são levados a responder as perguntas feitas por eles mesmos.

³⁴ Língua pública é a língua indígena mais falada na comunidade, uma vez que as comunidades são plurilíngüe devido à exogamia lingüística característica da região.

E ao final, sintetizamos os resultados das discussões usando as próprias palavras utilizadas pelos grupos, demonstrando que eles já tinham um conhecimento, faltando apenas uma discussão mais aprofundada e articulada sobre o tema.

Esta metodologia tem como finalidade promover o engajamento das lideranças indígenas, representantes das associações que compõem a FOIRN, alunos e professores das escolas indígenas e demais cidadãos indígenas no processo de discussão e gestão do turismo em suas terras sem a tutela do Estado ou de organizações não-governamentais.

O 4º objetivo foi desenvolvido gradualmente ao longo do trabalho por meio da exposição e compreensão dos temas pelos grupos organizados com a construção do material didático de acordo com a linguagem e língua específica de cada comunidade.

Todo o trabalho foi acompanhado por um monitor indígena falante da língua da comunidade que teve a função de orientar, estimular, traduzir a nossa fala e, principalmente, apoiar na articulação do conhecimento indígena e não indígena. Sempre utilizando a técnica da escuta sensível e da mediação para não direcionar os resultados da oficina.

Os principais resultados alcançados foram:

- Esclarecimento das comunidades indígenas sobre as vantagens, riscos, desvantagens e desafios para o desenvolvimento do turismo e ecoturismo indígena;
- Identificação do ecoturismo indígena como segmento adequado às terras indígenas;
- Subsídios para elaboração de um projeto piloto de ecoturismo indígena através do planejamento participativo, comunitário e interpretação do patrimônio.
- Subsídios para a elaboração de uma política pública por meio de diretrizes e princípios definidos pelas comunidades indígenas da atividade ecoturística em terra indígena;
- Difusão do conhecimento científico e do conhecimento tradicional indígena;
- Valorização e estímulo do uso das línguas indígenas nos materiais didáticos produzidos;
- Valorização e capacitação dos recursos humanos indígenas locais;
- Definição das comunidades do Rio Curicuriari (Fonte Boa/Curicuriari, São Jorge, Inebo e Tumbira) para realização de um projeto experimental de ecoturismo, uma vez que o turismo já é uma realidade para elas. Esta atividade foi aprovada em assembléia da recém criada associação Arko Iwi e,

anteriormente, durante as duas oficinas ocorridas nas comunidades de São Jorge (2005) e Fonte Boa (2006).

Ressaltamos que mesmo com a realização das oficinas, as comunidades, lideranças e demais indígenas ainda não se sentem com domínio de conhecimentos suficientes para decidirem sobre o desenvolvimento do ecoturismo indígena por ora em suas terras, mas a longo prazo e, por isto, apontaram para a elaboração do projeto experimental que, prontamente, foi aceito pelas referidas.

Estas definiram que o segmento do turismo que poderá ser desenvolvido em suas terras é o ecoturismo indígena cujos princípios e diretrizes foram apontados para sua execução e que serão abordados a seguir.

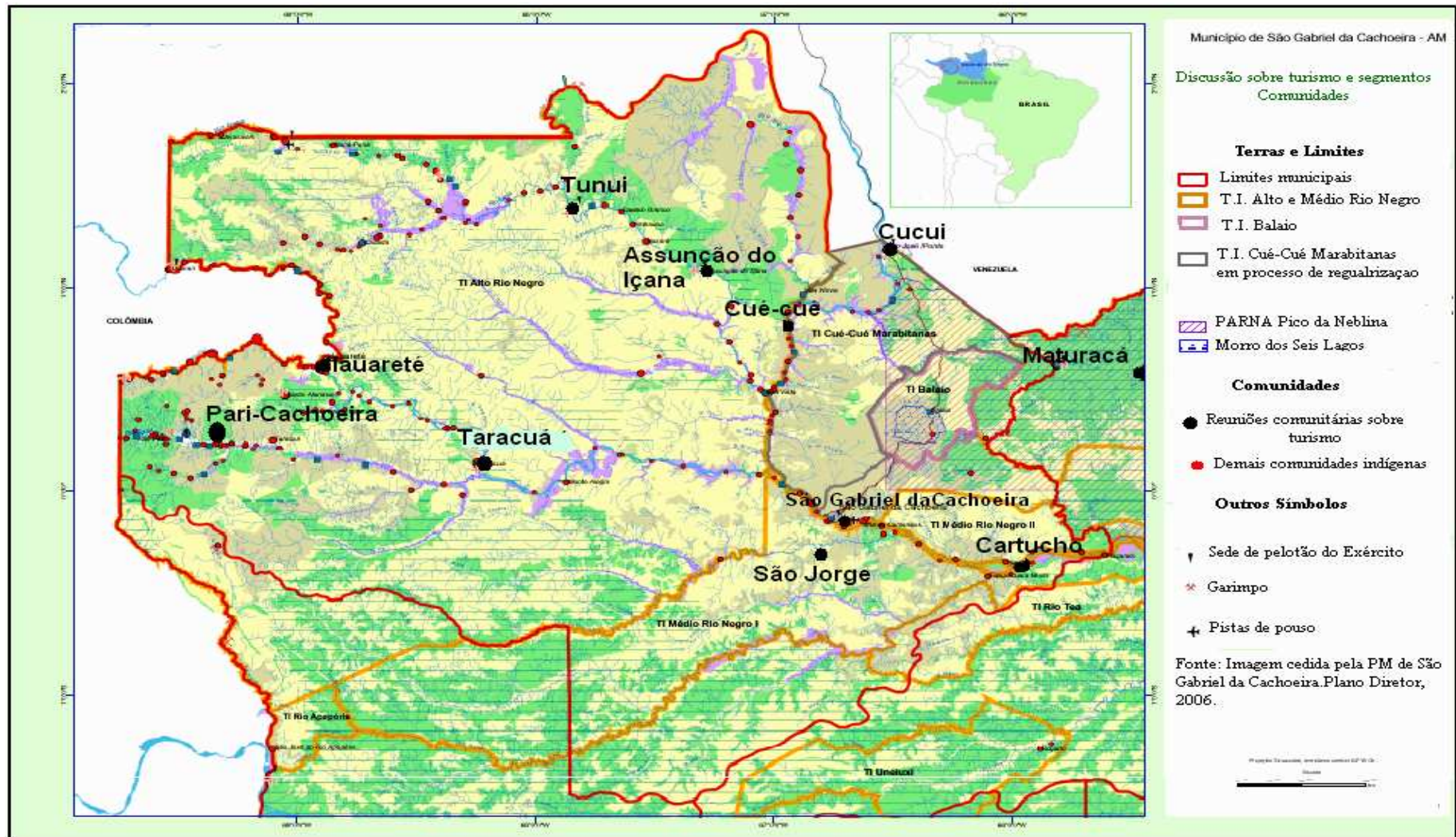


Figura 28 - Discussão sobre turismo nas comunidades indígenas do Alto Rio Negro.

3.4 – O turismo a partir do olhar dos povos indígenas

Nós indígenas somos turistas quando deslocamos da nossa comunidade de origem para outra, para visitar nossos parentes. Assim estamos fazendo turismo. Assunção do Içana.

Os temas abordados aqui são frutos do projeto Umukamé-sara: planejamento participativo e ecoturismo indígena, no qual os indígenas definem turismo e apontam seus medos e expectativas, discutem os impactos desejáveis e indesejáveis e o que pensam sobre o desenvolvimento do turismo em suas terras bem como os princípios que deverão nortear a prática do ecoturismo indígena. As questões iniciais **a**, **b** e **c** foram levantadas antes de qualquer esclarecimento nosso nas reuniões e as últimas **d** e **e**, após alguns esclarecimentos solicitados pelas comunidades.

a) Entendemos sobre ianhikhetti (turismo em Baniwa):

Turismo é a viagem feita pelas as pessoas por prazer e de interesse de esclarecer lugares ou locais preferidos. (Mario, Adelson, Edmilson, Osmarino, Aldo, Jaime, Clarindo. São Jorge, 2005).

São aqueles que tem interesse de conhecer fauna, flora, minérios e na nossa própria cultura. Na realidade muitos são universitários, que fazem mestrados que querem usufruir a nossa riqueza. (Suegu - Manuel, Yepa sũĩ - Afonso, Doetiro -Elizeu, Diakuro -Braselino, Mirupu- Pedrino, Diatho - Marta, Zelia, Tereza, Pari-cachoeira, 2005).

Entendemos sobre turismo que são pessoas que saem de um determinado país ou de uma determinada cidade. Alguns vêm com objetivo apenas de conhecer e passear, mais existe também alguns que vem com objetivo de usufruir certas coisas de nossa comunidade. Viagens, excursão, passeios, gastar dinheiro, conhecer novos lugares, línguas e povos, culturas. (Maria Luci, Florize, Luiz, Clarice, Elisângela, Cucui, 2005).

Forma usada pelas as pessoas para conhecer determinados lugares e costumes também é uma fonte de renda para aquela região ou localidade. (Tunui, 2005)

Uma atividade que ocorre no determinado local ou região, onde aparece duas situações; individuo que chega no local e outro que recebe. Dzoodzo - Juvêncio, Aaphe- Alfredo, Goela -Gielson, Katshiri - Trinho, Garcia, Luiz, Mateus- Paare. (Tunui, 2005).

O que vocês sabem sobre o turismo (Watasá em Nheengatu)? Não sabemos nada. Só sabemos que turista é aquele que anda fotografando as coisas nas comunidades. Que tem interesses próprios. (Madalena, Cleocimar, Elisângela, Laura, Liliana. Assunção do Içana, 2005).

Turistas (Siagi em Tukano) são pessoas diferentes, são estrangeiros e também brasileiros que viajam ou fazem excursão feita por prazer nos locais que despertam os seus interesses. (Juscelino Carlos, José Graciliano, Francisca, Marlene, Fortunato, Liborio, Edivan, Paulo. Grupo Ita, São Jorge, 2005)

Nós não conhecemos bem ainda sobre turismo mais já ouvimos comentários que o turismo é a pessoa que filma a natureza, faz pesca, esporte e tira foto de qualquer objeto. Pessoas que viajam para conhecer outros lugares, pessoas, culturas. (Francisco Costa- Irã pe pori, João Duarte – Irêmiri, Jackson - Seribh, Paulo Cezar - Irêmiri, Aparecida M - Umusipo, Celestino A- Ahkito, Tarcísio G- Soegi, Juarez M.B- Waikhĩ, Iltom Barbosa- Wini, João Lucas- Soe. Taracuá, 2005).

Sim ouvimos falar, mas ninguém tem conhecimento profundo e não sabemos exatamente o que é turismo (Yáshiáshé em Tukano), isso é novidade. (Rosalina Vasconcelos SlaneIr: Socorro Teles Matos, Marcelo Lopes, Josival Caldas Pedrosa, Evaldo Neves Pedrosa, Everaldo Freitas Monteiro, Darnival Ferreira Meireles. Taracuá, 2005).

Nós sabemos que o turista gosta de filmar, fazer entrevista, fotografar, mistério da natureza e levar ervas. (Olímpia Pereira Arthur Pereira Natalia Ramos Juarez Candido Erivaldo Baltazar Hudson Tomas Geronimo Baltazar Gilberto Tomás. Grupo Werekena. Cuécué, 2005).

É visita de pessoas desconhecida em busca de conhecimentos culturais indígenas ou não de certo lugar. (Aldo, Oscar, Tiago, Jocimar, Rafael, Gabriel, Ismael, Lucia Maia. Iauareté, 2005).

Ninguém sabe. Entendemos como um passeio. (Argemiro, Aldomiro, Aínda, Edilson, Joaquim, Jorge. Cartucho, 2005).

Turismo é uma atividade, que envolve grupo de pessoas (turistas), cuja finalidade oferecer a oportunidade a essas pessoas envolvidas, conhecer as diversas partes do mundo. (Patrícia Melgueiro, Roseane, Josinho Anes, Camila, Felipe, Francisco de Paula. Cucui, 2005).

Os turistas são as pessoas que fazem a viagem pelos rios para o reconhecimento da cultura indígena e também sobre as plantações sobre a floresta. (Amância, Francisca, Antonio Barbosa, Anacleto

Marques, Gregório Emanuel, Amâncio, Adão. Grupo Mabé e São Luis. Cué-cué, 2005).

Turismo é a maneira de viajar de um lugar para outro em busca de conhecimentos diferentes. (Marcelino, Erivaldo, Ivan Fortunato, Maria Gorete, Zenaide, Genivaldo, Miguel.Iauareté, 2005)

b) Queremos saber sobre Yãshiãshé (turismo em Tukano)

Se o turismo traz algum benefício para melhoria das condições de vida dos povos indígenas? (Nildo Costa, Sergio Farid, Bentos dos Santos, Marcilio, Domingos, Roberval, Gloria dos Santos. Cucui, 2005).

Quais são os tipos de turismo existente. Qual é o tipo de turismo conveniente para essa área. Quantas as vantagens e as desvantagens. (Idenilson, Lucio, Geovani. Cucui, 2005)

Diz se, que a lei proíbe a entrada de turista(watawera em nheengatu) nas terras indígenas. Porque eles continuam a entrar? Quem apóia? Cabe a algum órgão responsável fiscalizar estes fatos ocorridos em nossas regiões? (Edicley, Ernandes,Daniele, Daniela, Eliane, Aparecida,Cucui, 2005).

Mas esclarecimento sobre a diferença de turismo e ecoturismo (Wiophsá yãshiãshé em Tukano) e suas vantagens e desvantagens e aquém beneficia os indígenas ou as empresas? (Rosalina Vasconselos SlaneIr: Socorro Teles Matos, Marcelo Lopes,Josival Caldas Pedrosa, Evaldo Neves Pedrosa, Everaldo Freitas Monteiro, Dernival Ferreira Meireles. Taracué, 2005).

Como podemos ter o manejo de turismo nas áreas indígena? (Agridino, Edenir, Adair,Valdecy, Aylton, Afons. Cartucho, 2005).

Já que não tem leis práticas nem teóricas, a favor do turismo nas terras indígenas. Quem é o responsável para elaborar essas leis? O que é turismo? Para que serve? Como funciona? Quem é o turista? Aonde acontece? Quais são os interesses? Indígenas podem fazer turismo? (Madalena, Cleocimar, Elisangela, Laura, Liliana. Assunção do Içana, 2005).

Como será beneficiada a comunidade após a realização do trabalho turístico?

- existe tipo de formação turístico para os indígenas?
- Quando e como podemos dizer que uma pessoa é turista?
- Caso aconteça degradação da natureza como devemos evitar?
- Quais serão as vantagens e desvantagens do turismo?
- Que finalidade tem os pontos filmados e fotografados?

- Se o turismo é uma empresa particular ou da união?
- O turista que vem de fora, paga ou não imposto para a união federal? (Odair José, Lucinéia Lily, Nazaré de Lima, Miguel de Lima. Iauareté, 2005).

Para que serve as pesquisas que os turistas fazem? Filmando: serras, cachoeiras, animais, aves e cultura indígena. E onde eles deixam as pesquisas que fazem? Pra ganhar dinheiro ou para estudo? (Domingos, Anildo, Admilson, Tarcila, Robertinho. Assunção do Içana, 2005)

c) Medos e impactos do watasá (turismo em Nheengatu)

Pode causar mal para a comunidade invadir a comunidade sem autorização, intimidar as pessoas, desrespeitar os costumes. (Lindacira Gomes, Maria Dalva, Laura da Silva, Lodimira Feliciano, Maria Auxiliadora, Almira Garrido, José Gomes, Reinaldo Garrido, Adão Fonseca. Cué-cué. 2005).

Medo de tomar conta ou apropriar o que tem nas comunidades. Ex: come peixe, levar ervas medicinais e minério. (Argemiro, Aldomiro, Ainda, Edilson, Joaquim, Jorge. Cartucho, 2005).

Koake matsiadali. Koakalie karodali matsia (Vantagens do ecoturismo em Baniwa)

- Proteger a terra indígena;
- Ganhar dinheiro;
- Melhorar as condições de vida da comunidade por meio de projetos de desenvolvimento sustentável;
- Melhorar as condições de vida em três pilares da sociedade que são: Saúde, educação e o lazer.

Desvantagens:

- Risco de descaracterizar a cultura;
 - Risco de vender os produtos naturais e culturais em grandes quantidades causando problemas a natureza;
 - Risco de trazer maus hábitos e vícios para a comunidade;
 - Individualismo e desunião por causa de dinheiro, ganância.
- (Trinho Paiva, Alfredo Brazão, Gielson Paiva, Luiz Garcia, Dzoodzo, Aparecida, Mateus. Tunui, 2005)

Medo de que levem a riqueza da floresta. Venda de plantas, ervas. Não entendemos o que “eles falam”. (Tereza Alemão, Honório da Silva, Valniza Alemão, Lucia da Silva, Juraci da Silva, Delzita Alemão, Bonifácio Miranda, Juracy Melgueiro, Maria de Lourdes, Dionísio Alemão, Miguel Miranda, Porfírio André, Raul Coelho, Olavo Baltazar. Grupo Juruti, Cué-Cué, 2005).

Tem problema com os siagi (guia em Tukano) dos turistas (eles não consultam a comunidade) para entrar em nossas terras. As vantagens

que bom seria ajudar a comunidade, por exemplo: Alimentação, gerador, escola, radio fonia melhoria de artesanato. Desvantagens: Bater fotos sem autorização das pessoas da comunidade, levar plantas medicinais, pedras preciosas. (Jorge, Maria, Olegário, João, Gabriel, Sidney, Gessi, Gerson, Valton, Dorso. Grupo Wariró. São Jorge, 2005).

Esperamos que o turismo traga beneficio para nossa comunidade, escola, saúde, associações e geração de emprego. (Juscelino Carlos, José Graciliano, Francisca, Marlene, Fortunato, Liborio, Edivan, Paulo. Grupo Ita, São Jorge, 2005)

Medo de serem traficantes, guerrilheiros, espião e... (Luzineia Albino Antonica Albino Eder M. da Silva João dos Santos Roberto Gonçalves Adalberto Alemão José Miguel. Grupo Tabocal e São Francisco. Cué-cué, 2005).

Vantagens: Mostrar a cultura valorizando os costumes, melhorar condições de vida da comunidade e ganhar dinheiro. Desvantagens - Risco de trazer doença para a comunidade e traficantes, risco de trazer vícios. Atrativos (serakwena em Nheengatu): Lagos, ilhas, arvore, pedras, animais, dança do mawaco, dabucuri, wakaro, comida: mujeca, xibé de açaí, artesanato, aturá, tipiti, peneira”. (Amância, Francisca, Antonio Barbosa, Anacleto Marques, Gregório Emanuel, Amâncio, Adão. Grupo Mabé, São Luis. Cué-cué, 2005).

Esperamos que eles tragam um bom início de desenvolvimento para a comunidade fazendo um projeto auto sustentabilidade e a educação. (Adalgiza, Adão, Armando, Helen, Francivalda, Anazilda, Maria Rosivalda, Maria dos Anjos. Grupo Basé boo. São Jorge, 2005).

Quais as vantagens e desvantagens do ecoturismo (poranga Watasá em nheenagtu) indígena?

Vantagens:

- Mame yamukamẽ yakwasá.
- Yamukamerã umba waré tâmara.
- Yayuka ram papera yane wí resewára.
- Ypisika ram gинhero urupi.
- Yamukamearama kariwa tamaram manhêta yaikú yane relama upé.

Desvantagens:

- Tayuyukarã dinheiro resewára.
- Tamukiya yame Paraná asuí kaá.
- Masisá tewa yakwa masuí uyukwá.
- Tia tauruyaf yaneramunha ambira ita tasaisú wakwera ex: pena kuira, akutiwaya ita, raidua ita siinha amuita.
- Yawaité tamunha piriam cariwa tamuaqui ape taresarai yanekitiwara kwera.
- Yawaité ta kuyaú yanemainta kapiira asuí yarikwaitá yansé yawe yawaité umuíwa yandé yaneretana upé.
- Kurum taumpuwam kunhã mukuitá. : Irundí uyumuãtirisa

(Amarildo, Marciel, Samuel, Rosilda, Carlos, Salomão, Josivaldo, Jesuína, Divinorio, Laura, Milano, Estelita Joaquina. Assunção do Içana, 2005).

d) O que pensamos sobre o desenvolvimento do ecoturismo no Alto Rio Negro

Tudo pode depender da primeira experiência e teste de funcionamento do ecoturismo e buscar um lugar (projeto piloto). (Dohetiro, Bu'u, Yupuhri, Ahkutho, Kumahrô, Buhá, Kumarô, Tõramu. Pari-Cachoeira, 2005).

É uma opção de trabalho e sobrevivência mas de uma forma bem organizada e participativa, com respeito e valorização, cultural, natural e ambiental. Projetos que beneficiem investimentos em prol da comunidade. (Adelson, Arsenio, Eugenio, Henrique Castro Celeste, Berta, Daria, Waldenice, Fátima, Edmilson, Roberto. Pari-cachoeira, 2005)

Por enquanto n/ é viável, inicialmente devido o acesso não recompensaria suas viagens e outros. Devemos preparar recursos humanos próprios da nossa região para o futuro (Tereza Cristina Serra Machado, Ercilia dos Santos Brandão, Nazaria V. De Alencar, Adelson dos Santos Moura, Rafael M.P Castro. Pari-cachoeira, 2005).

Positivo: Aceitando dessa forma, para ajudar as comunidades na educação, na saúde, na proteção do meio ambiente e respeitando a nossa cultura. Gostaríamos que fosse o ecoturismo porque além de conhecer a nossa cultura e a nossa natureza, nos ajuda nas alternativas econômicas.

(Nildo Costa, Sergio Fariad, Bentos dos Santos, Marcilio, Domingos, Roberval, Gloria dos Santos, Claudenor, Jorgina, Lucia, Maria Nair, Maria Videira, Laci Cabui. Cué-cué, 2005).

A nossa opinião é favorável quanto á implantação do ecoturismo no Rio Negro, desde que venha oferecer condições ao povo do lugar para usufruírem dos benefícios a serem gerados. (Siata, Altair, Rosangela, Mariluz, Chaga e Joana. Cucui, 2005)

Na nossa opinião o ecoturismo na região do Alto Rio Negro é uma atividade econômica que pode beneficiar as comunidade indígenas que pode melhorar no seu (benefício) desenvolvimento econômico, cultural. (Agripino, Ailton, Edemir, Afonso, Adair, Valdecy. Cartucho, 2005).

Ecoturismo indígena será muito bom porque ajudaria a conservar nosso meio ambiente, nossas tradições culturais. (Janilson, Dirceu, José Carlos , Edimilson, Celestino. Cartucho, 2005)

O ecoturismo indígena, trás o conhecimento, além das outras características que vem surgindo, como a valorização cultural como: danças, comida e etc. Tudo isso trás a união da comunidade, pois tudo o que acontece no ecoturismo são analisadas pela comunidade. (Trinho Paiva, Alfredo Brazão, Gielson Paiva, Luiz Garcia, Dzoodzo, Aparecida, Mateus. Tunui, 2005).

O que pensam sobre o ecoturismo indígena? (Nheengatu)

Yamanduai ramem puranga sesé kwa kariwa taunbeúwa ecoturismo indígena, yasãnhâ yipé manunga purangawá. Ayunte sunderé purangatéyayumuatiri yamarâ sã umewâ yapuraki arama inugara irumo,sa yarikwã mañunga. Supiara makití yarwatará aintá, sã yarikwã murasíta yakwa wana waitá puranga (yengarisa irumo waitá) asui amuitá. Mã panhe kwá, yandé yarikú temaâ yasenüi yaneanamaitá upuraki waitá Foirn upe; Isa upe, Funai upe, Funasa upe. Asui amum itá, yamuati arama yepeyü.

Manduari sawa. Tiara kuri yandete yapurará manunga puxuwerawa irumo.

(Brasilino Clarindo, Cláudio Rochas, Armando Livino, Divinória, Ednéia, Valquiria. Assunção do Içana, 2005).

O planejamento tem que partir da própria comunidade de acordo com seus valores culturais. E pode ser feita fora da terra indígena, para mostrar a nossa identidade cultural.

(Rosilda – yiisiô, Salete, Das Dores.Taracuí, 2005).

Em primeiro lugar as comunidades indígenas pertencentes a região do Rio Negro devem ser bem conscientizadas,depois as comunidades devem criar regras para esta atividades, finalmente planejar, gerenciar e executar o ecoturismo na sua região ou comunidades; sem imposição de órgãos municipais, estaduais, federais e empresas privadas.

(Armando, Maria Salete, Maria das Dores, Rita Maria, Maria Rosimar, Rosilda, Maria Taracuí, 2005)

Na nossa opinião o ecoturismo seria viável, isto é, conforme a realidade de cada comunidade, primeiro se conscientizando a população local, a organizar, especificar as regras, visando o bem comum para a comunidade. (Jonas Alexandre, Luiz Augusto, Silas, Augusto, Erácito Tunui, 2005).

e) Princípios

O tipo de turismo que a comunidade do Alto Rio Negro quer é o ecoturismo indígena. Porque é onde a natureza não se separa da cultura e assim sendo as duas convergem na mesma direção criando

assim explicações notáveis através de historia dos nossos ancestrais e conseqüentemente o aparecimento de cada povo na face da terra. (Armindo, Edgar, Jesuíno, Nazareno, Gelson, Fortunato. Iauareté, 2005).

A comunidade quer que o turista não atrapalhe suas atividades diárias. Não trazer bebida alcoólica. Não visitar a comunidade se estiver doentes. Não estimular a venda clandestina de recursos naturais e culturais. Os recursos que vierem do turista devem ser gasto na comunidade, as decisões devem ser participativo. (Jorge, Maria, Olegário, João, Gabriel, Sidney, Gessi, Gerson, Valton, Dorso. Grupo Wariró. São Jorge, 2005).

Participativo com a comunidade deve ser aquela pessoa que pensa em conservar a natureza e eles devem passar primeiro no posto de saúde para serem vacinados para não trazer doenças nas aldeias ou vice-versa. Respeitando a cultura, as línguas, comidas típicas. Respeitando os mais velhos, as moças e as crianças. Não jogar lixo na água ou no rio, no terreiro etc. (Adalgiza, Adão, Armando, Helen, Francivalda, Anazilda, Maria Rosivalda, Maria dos Anjos. Grupo basé boo. São Jorge, 2005).

Respeitando os valores, os costumes, os mitos, as tradições culturais de cada etnia, planejamento participativo da comunidade, orçamento participativo (dinheiro). (Juscelino Carlos, José Graciliano, Francisca, Marlene, Fortunato, Liborio, Edivan, Paulo. Grupo Ita, São Jorge, 2005).

Ecoturismo, porque a comunidade trabalhará com atrativos naturais e culturais. Todo turista deverá respeitar regras e princípios estipulados pela comunidade. Ex: Não jogar lixo, não fotografar sem autorização. Respeitar a privacidade dos moradores da comunidade, não levar plantas ou sementes etc. (Ocimar, Tiago, Teles, José, Evandro, Anamias, Juliana, Eulison, Rosevandro. Grupo Aké, São Jorge, 2005).

Turista que visita a area indígena ou a comunidade de uma aldeia tem que ter preocupação em conservar e valorizar a cultura conforme a regras estabelecida pela comunidade. (Henrique Castro, Rafael M.P Castro, Carlos E.F. Machado, Carlos Miguel Fortes, Danilo José, Alcides P. Costa, Rufino Castro, Evaldo P. Cabral, Laurentino Marques, Nelzareno Moura Fernandes. Pari-Cachoeira, 2005).

Sim, Sabemos que pode trazer benefícios para melhoramento das comunidades, valorizar a cultura, preservar o meio ambiente. Normas: Obedecer a comunidade, ver se tem autorização do órgão competente como FUNAI, FOIRN, IBAMA, respeitar lugares sagrados. Não venham enganar, não pode comprar animais de toda espécie e não explorar a comunidade”. Walter Feliciano, Artemísio Melgueiro, Juarez Candido, Josimar S., Hudson Tomas, Erivaldo Baltazar, Geronimo Baltazar, Gilberto Tomas. Grupo Werekena, Cué-Cué, 2005)

“Nós gostaríamos de receber ecoturista porque eles sabem respeitar a natureza as pessoas da comunidade e compreensivos para que não sejam mal recebidos na comunidade”.

“Di’seré kamutá bôsari wiope’sayãgi marí yamakã e’takare? Deró webosari kipi do’atisé, masose mitáti kato nirã? Cuidados que a comunidades deve ter com os ecoturistas.

Mari a’té no’hore kamuta ma’si bosá:

Pehkapawi, si’biokê, doatisé.

Du’tipé, úiri kutí

Ma’kâre úiri kutí ne dí’a ne mapirâre.

O’tesé, a’kó, tédiká, o’ri, mi’si, tohô ni’ikâ a’peyé...

Nê dunití, nê yihadutiti.

Nê iyamite mari iyatiró.

Nê iyakuti mari a’kô da’reseré, tohô nikã marí daraseré.

A’kowií waá bu’bé, do’atise mômi niripurí mi thoa, a’ti masibôsami” (Odair José, Lucinéia Lily, Nazaré de Lima, Miguel de Lima. Iauareté, 2005).

“Porque alguns povos trabalham com turismo ou ecoturismo?

Os povos indígenas trabalham em turismo e ecoturismo com seguintes soluções: Sobrevivência, Melhoria de vida, Resgate cultural, Identidade”. (Abraão Mendes Vieira, Custodio Benjamim, Joel Camico, Silvio Bejamim. Tunui, 2005)

Diante do exposto e dos relatórios das reuniões em cada comunidade, verificamos que antes de esclarecer as dúvidas e questões levantadas, havia uma confusão entre turismo/turista e entre o turista e o biopirata ou o pesquisador. Como as atividades de pesquisas são freqüentes na região, acabaram por pensar que todo pesquisador é turista por ser diferente deles e quase sempre estrangeiro.

Confundiam a atividade com o sujeito da ação também porque a maioria não sabia o que é turismo e seus segmentos, suas vantagens, desvantagens, quem é responsável pela sua organização, se é privado ou público, se eles podem desenvolver o ecoturismo, se existe curso de formação para eles, quem são os beneficiados com o turismo etc.

Dentre os temores, o que ficou mais explícito foi a preocupação com o desrespeito com a cultura, costumes, tradições do povo, seguido da invasão das suas terras, levando minérios, ervas medicinais e seus conhecimentos.

Todas as comunidades aceitaram desenvolver o turismo com o segmento do ecoturismo porque entenderam que é mais adequado à realidade sociocultural e ambiental com possibilidades de geração de renda, devido às dificuldades econômicas e sociais que passam em função da escassez de peixes e da fragilidade da terra que não possibilita grandes áreas agricultáveis com roças.

Conseguiram discernir a diferença entre turista, ecoturista, pesquisador e biopirata e discutiram que existem vantagens e desvantagens, mas perceberam que, através do planejamento participativo conduzido por eles, poderiam conseguir mais impactos desejáveis do que indesejáveis. No entanto, ainda desconfiam muito da entrada de pessoas estranhas em suas comunidades e por isto entenderam que o desenvolvimento do ecoturismo pode acontecer, mas a longo prazo, pois precisam conhecer melhor sobre o tema e formar recursos humanos indígenas para assumirem a gestão da atividade. As comunidades do rio Curicuriari aceitaram de imediato a implantação do ecoturismo. As outras comunidades propuseram, então, um projeto experimental para verificarem a melhor forma de desenvolverem o ecoturismo, verificando acertos e erros e a chance de reavaliação para ajustes.

Os princípios gerais apresentados por eles são: conservação e preservação do patrimônio (natural e cultural); planejamento participativo; programa de formação e capacitação para indígenas; respeito para com a identidade cultura e territorial; renda que vier do ecoturismo deve ser revertida para o bem da comunidade em projetos coletivos; programa de ecoturístico planejado deve estar de acordo com os valores culturais da comunidade e regras definidos por ela fundamentados no intercâmbio cultural entre os povos; autorização para entrada nas comunidades junto aos órgãos competentes; respeitar as regras impostas pelas comunidades; não atrapalhar as atividades diárias com tempo estipulado para a visitação em pequenos grupos;

Como parte da expansão do vocabulário nas três línguas co-oficiais, definiram algumas palavras importantes, como turismo, ecoturismo, turista, ecoturista, atrativo, patrimônio material e imaterial, que serão ampliados durante outras oficinas, entre elas, a de tradutores para formação de agentes lingüísticos.

Turismo - Yãshiãshé (tukano), watasá (wa) em Neengatu, ianhikhatti (baniwa);

Ecoturismo – wiopehsá Yãshiãshé (tukano), Poranga watasá,

Turista – siagi (tukano), Watawera (nheenagtu) ianhikaitawa (baniwa)

Ecoturista – wiopehsá siagi (tukano), watawera ukwawara (nheengatu)

Atrativo – iñata ayusé (yukano) serakwena (nheengatu)

Patrimônio – mani ye' (tukano), panheña (nheengatu).



IV

***Participação, Planejamento, Gestão do
Conhecimento e Territorial:
o ecoturismo em Terra Indígena no
Alto Rio Negro***

O projeto Wiopehsá yãshiãshé Umukamé-sara caminhos para sustentabilidade e ecoturismo indígena nas comunidades do rio Curicuriari - Terra Indígena Médio Rio Negro I. é o resultado do nosso trabalho, pois representa a concretização dos princípios propostos para elaboração desta pesquisa, - pesquisa participante e pesquisa-ação - bem como da metodologia para o desenvolvimento do ecoturismo em terras indígenas que inclui o planejamento participativo, a gestão do território e do conhecimento que estão sendo discutido, e serão elaborados e executados pelos povos indígenas.

Durante a oficina de Movimento e Gestão do conhecimento das Organizações Indígenas e Ensino via pesquisa que ocorreu em novembro de 2006 na comunidade de Fonte Boa, onde estiveram presentes representantes das comunidades de São Jorge, Inebo, Fonte Boa e Tumbira, entre eles, professores, alunos, mestres-sabedores, pais etc., o quais definiram a identidade do turismo na calha do rio Curicuriari nas respostas quando perguntado quais os tipos de conhecimentos necessários e que deverão ser gerados para o desenvolvimento do ecoturismo, tendo dois temas sido considerados como fundamentais: educação e valorização cultural.

Os conhecimentos necessários para a gente desenvolver o ecoturismo são: como vivemos, como fazemos a educação de nossos filho, como trabalhamos em ajuri, nossas danças e músicas e como a escola funciona (Adão Sampaio, 2006).

Precisamos ter conhecimento sobre administração, gerenciamento, contabilidade, saber a língua dos ecoturistas quando forem estrangeiros, sobre o nosso território como tipos de terras, fruta, tipos de mata, animais, lugar de pesca, tipos de peixes, dos perigos que as pessoas podem ter na mata, nossas danças, músicas, conhecimentos de como os antepassados viviam, como faziam para sobreviverem, maneira de fazer nossas casas tradicionais e as outras maneiras de pescar, caçar e como educamos nossos filhos e outras coisas para mostrar os ecoturistas a nossa cultura e tentar mudar a idéia que fazem de nós (Libório Diniz, 2006).

Diante do exposto, o projeto experimental de ecoturismo será elaborado com os princípios do planejamento participativo, sempre pensado à luz da gestão territorial e do conhecimento que desencadearam na proposta abaixo encaminhada à FUNAI no final de 2006 e uma parte para Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), sendo que o primeiro aguarda posição da FUNAI e o segundo foi aprovado e será executado no início de junho/2007.

Wiopeshá yãshiãshé Umukamé-sara caminhos para sustentabilidade e ecoturismo indígena nas comunidades do rio Curicuriari - Terra Indígena Médio Rio Negro I.

Este projeto foi encaminhado à FUNAI como início do processo de discussão para elaboração do projeto experimental de ecoturismo para as comunidades do rio Curicuriari, contendo alguns princípios e a identidade do turismo já elaborados por eles na oficina de junho de 2005 e 2006.

Na oficina realizada em junho/2005, foi trabalhada com eles a diferença entre turismo, ecoturismo e tipos de turismo, as vantagens e desvantagens desta atividade em Terras Indígenas, tendo sido definidos alguns princípios gerais que devem nortear o funcionamento do ecoturismo na comunidade. Assim compreenderam que precisavam conhecer mais sobre o assunto e discutir melhor sobre os impactos e as formas de inserção da sua cultura e comunidade nesta atividade que deve ser feito por meio de um programa socioeducativo para o ecoturismo (formação e capacitação) e de sustentabilidade para as comunidades.

As Comunidades de São Jorge e Tumbira no Rio Curicuriari, Terra indígena Médio Rio Negro I, formada por indígenas Baré, Tukano, Piratapuaia e Arapaço, falantes da língua Tukano e Fonte Boa e Inebo, formadas por indígenas Tukano, Baré e Piratapuaia, falantes de tukano e Nheengatu, vêm recebendo turistas, na sua maioria estrangeiros, há aproximadamente 8 (oito) anos sem nenhum planejamento, organização e autorização das instituições competentes, como FUNAI/FOIRN ou comunidade.

Os turistas são levados por guias locais que não informam a comunidade sobre data, tempo de estada e, normalmente, não deixam nenhum benefício para a comunidade.

As pessoas da comunidade não identifica de qual país, qual lugar, quem autorizou do Brasil até aqui. Até agora, os turistas não deixaram nenhuma vantagens na comunidade. A maioria olha os brancos e ficam com medo e não sabem cobrar como podia se. Aí, a comunidade faz como o turista quer. Existe este medo e os guias atrapalham a comunidade ganhar alguma coisa. Quem ganha é só ele (Mario, Adelson, Edmilson, Osmarino, Aldo, Jaime, Clarindo,. São Jorge, 2005)

Tem problema com os guias dos turistas (não consultam a comunidade). Pagamento quando existe é em bebida alcoólica ou fumo, um pouco de rancho. (Jorge, Maria, Olegário, João, Gabriel, Sidney, Gessi, Gerson, Valton, Dorso. São Jorge, 2005).

As comunidades não têm nenhuma fonte de renda e, a cada dia que passa, a alimentação está ficando mais escassa, pois as roças estão localizadas em solo do tipo latossolo, pouco fértil, possibilitando apenas plantio de macaxeira, abacaxi e cará e a pequena piscosidade do rio Curicuriari por ser de água preta com elevado índice de acidez.

A comunidade de São Jorge fica distante 40 minutos, por via fluvial (motor 40 HP), e Fonte Boa, 30 minutos, de São Gabriel da Cachoeira, ambas caminho para subida da serra conhecida pelos brancos como Bela Adormecida, atrativo ecoturístico importante na região, mas que na língua indígena tukano é chamada de Basé Boo.

As comunidades são de fácil acesso, possuem atrativos naturais e culturais, têm o apoio da comunidade e das lideranças e contam com um certo grau de contato com a sociedade envolvente. A Geografia mítica é seu maior atrativo com trilhas interpretativas sobre Base boo e Wariró e outras histórias da origem destes povos contidas nas cavernas, praias e ilhas.

Dessa forma, as comunidades resolveram elaborar um projeto que integre educação/ecoturismo e sustentabilidade, pois não podem viver apenas do ecoturismo.

O projeto consiste em elaborar um plano de ecoturismo indígena cuja metodologia fundamenta-se no planejamento participativo e comunitário, sendo os indígenas os protagonistas, pois estarão presentes em todas as fases do processo de construção do plano: do pensar ao executar. Querem elaborar um programa simples e rústico, aproveitando as potencialidades culturais e naturais de suas comunidades.

Porque através do ecoturismo desenvolvido em nossas comunidades renderá muitos benefícios e assim teremos maiores condições para dar uma melhor qualidade de vida as nossas famílias. Para isto precisamos de: Associação organizada, infra-estrutura, planejamento, apoio da própria comunidade, estrutura física, trilhas para excussões, placas de sinalização, guias. Queremos o ecoturismo, porque a comunidade trabalhará com atrativos naturais e culturais. Todo turista deverá respeitar regras e princípios estipulados pela comunidade. Ex: Não jogar lixo, não fotografar sem autorização; Respeitar a privacidade dos moradores da comunidade, não levar plantas ou sementes etc. A associação fortalecida possuirá seu escritório de representação o qual terá como responsabilidade divulgar todos os atrativos existentes em nossa comunidade. (Ocimar, Tiago, Teles, José, Evandro, Anamias, Juliana, Eulison, Rosevandro. São Jorge, grupo Aké, 2005).

Sim. Porque esperamos que com o ecoturismo a nossa comunidade pode melhorar na educação, na saúde e nas associações. Mostrar os atrativos como igarapés, serra, lagos, cachoeira, animais, casas tradicionais, comidas regionais, danças, rituais. Respeitando os

valores, os costumes, os mitos, as tradições culturais de cada etnia, planejamento participativo da comunidade, orçamento participativo (dinheiro).

(Juscelino, José Graciliano, Francisca, Marlene, Fortunato, Libório, Edivan, Paulo. São Jorge, grupo Ita, 2005).

Queremos desenvolver na comunidade o ecoturismo participativo. Para desenvolver a comunidade, como suas próprias identidades culturais. Ecoturista deve ser aquela pessoa que pensa em conservar a natureza e eles devem passar primeiro no posto de saúde para serem vacinados para não trazer doenças nas aldeias ou vice-versa. Respeitando a cultura, as línguas, comidas típicas. Respeitando os mais velhos, as moças e as crianças. Não jogar lixo na água ou no rio, no terreiro etc.

(Adão, Armando, Maria, Francivalda, Anazilda, Justina. São Jorge, grupo Basé Boo, 2005).

Os atrativos que devem ser mostrados: cachoeira do arabo, bela adormecida. Existem os minérios mas não deve ser mostrado e as plantas medicinais; mostrar a fabricação de peneiras, tipitis, balaio, as danças tradicionais, carriçu, mawaco, cabeça de veado. É necessário ter alojamento distante da comunidade. Antes de receber os turistas organizar em grupo para consertar a trilha e organizar a casa de artesanato.

(Sidney, Gerson, Gessi, Maria, Gabriel, Vailton, Olegário, São Jorge, grupo Wariró 2005)

Dito de outra maneira:

- O Atrativo ecoturístico deve envolver o patrimônio natural e cultural por meio de trilhas interpretativas;
- A identidade cultural indígena deve ser mais importante que os interesses do ecoturismo;
- Os atrativos devem ser utilizados de forma sustentável e conservadora
 - A comunidade deve estar envolvida no processo (planejamento e gestão participativa e comunitária das atividades ecoturísticas);
 - Forma ideal de funcionamento em pequenos grupos respeitando a capacidade de carga e de suporte;
 - Os comunitários devem ser valorizados através de cursos de capacitação, formação ou por meio das atividades que já praticam;
 - As atividades tradicionais devem ser valorizadas e conservadas;
 - Tem que haver respeito para com a identidade cultura e territorial;
 - Ecoturismo deve ser praticado como atividade de apoio a outras atividades tradicionais da comunidade;

- A renda que vier do ecoturismo deve ser revertida para o bem da comunidade em projetos coletivos;
- O programa de ecoturístico planejado deve estar de acordo com os valores culturais da comunidade e regras definidas por ela, fundamentadas no intercâmbio cultural entre os povos.

O principal objetivo desta iniciativa foi elaborar um projeto piloto de ecoturismo indígena na Comunidade de São Jorge - Rio Curicuriari, Terra Indígena Médio Rio Negro II, que articule educação/ecoturismo/sustentabilidade por meio do planejamento participativo e comunitário.

Objetivos específicos:

- Definir critérios e diretrizes para o ecoturismo indígena para as comunidades do rio Curicuriari por meio do planejamento participativo e comunitário;
- Capacitar lideranças e comunitários na elaboração de projetos e gerenciamento de recursos;
- Promover uma política de gestão ambiental para a auto-sustentabilidade econômica na Escola e nas comunidades por meio das tecnologias tradicionais e novas.
- Elaborar um programa de educação diferenciada, integrando educação ambiental/patrimonial para o ecoturismo.

Assim, o projeto, à luz da gestão territorial e do conhecimento, está sendo desenvolvido em três fases:

- **1ª** - consistirá no processo de organização, planejamento do plano e formação dos recursos humanos. Nesta fase, haverá oficinas para definir as diretrizes, regras, organização da equipe e do roteiro, pacote, seleção dos atrativos naturais e culturais, sinalização das trilhas interpretativas, capacitação das equipes de guias etc e logística e divulgação do programa;
- **2ª** - que acontecerá paralelamente à primeira, constará do processo de formação da comunidade para o ecoturismo por meio do programa de educação ambiental, patrimonial para o ecoturismo, a ser executado, inicialmente, na escola, envolvendo alunos e professores e, posteriormente, a comunidade como um todo. Professores receberão conhecimentos sobre ecoturismo, educação ambiental e patrimonial por meio de oficinas e acompanhados pela assessoria, com um planejamento envolvendo os conhecimentos tradicionais indígenas e não indígenas, utilizando metodologias de aprendizagem através da prática.

Material didático específico sobre ecoturismo indígena e educação ambiental será produzido pelos alunos e professores na escola nas línguas das comunidades, no caso Nheengatu e Tukano para ser utilizado na própria escola e na comunidade. Novas terminologias serão acrescentadas ao vocabulário Tukano e Nheengatu, como *guia indígena (umukamé-sara e ê`mîtãgê)*, *turismo*, *ecoturismo*, *turista*, *ecoturista*, *patrimônio* que já foram desenvolvidas durante as oficinas de ecoturismo nas comunidades falantes de tukano e Nheengatu;

- e a **3ª fase** envolverá a gestão ambiental e projetos de auto-sustentabilidade econômica, a serem desenvolvidos nas comunidades, posteriormente, cujo resultado será não só a melhoria alimentar das comunidades bem como a dos ecoturistas. Uma roça modelo com um viveiro de mudas será criada em uma comunidade a partir do manejo agroflorestal cuja técnica e mudas serão repassadas as outras comunidades.

O programa de educação ambiental, patrimonial para o ecoturismo fará parte do Projeto Político Pedagógico da escola diferenciada indígena e será desenvolvido ao longo do ano letivo com professores, alunos e as comunidades. As oficinas de educação continuada serão realizadas em conjunto com a SEMEC, totalizando duas por ano.

A coordenação provisória do projeto está sendo feita por uma equipe de 08 pessoas, lideranças das 04 comunidades São Jorge, Fonte Boa, Inebo e Tumbira e contará com a nossa colaboração e a dos especialistas indígenas em Turismo e Gestão do Território.

Com este projeto, pretende-se valorizar e afirmar o conhecimento tradicional das comunidades; criar mecanismos que garantam o consumo alimentar na escola e comunidades; aplicar os conhecimentos dentro das escolas de forma a garantir autonomia na produção do conhecimento; identificar as culturas agrícolas e extrativistas que possam ser co-associadas para tornar as comunidades sustentáveis; capacitar as lideranças com conhecimentos básicos para gerir e administrar os recursos provenientes de projetos e elaborar uma proposta de ecoturismo com base comunitária a partir dos atrativos definidos por eles.

O manejo agroflorestal será assessorado pela EAF/SGC e IBAMA e os acompanhamentos para as oficinas de planejamento de ecoturismo, trilhas, gestão administrativas por professores da UFAM e de outras instituições de ensino e pesquisa.

Caberá à FUNAI e à FOIRN, juntamente com a Arko Iwi, autorizarem e fiscalizarem a entrada de ecoturistas na comunidade.

Estas oficinas foram pensadas pelas comunidades como forma de desenvolverem um programa de educação que possibilite o desenvolvimento das comunidades a partir de tecnologias sociais e econômicas tradicionais indígenas e outras não indígenas para garantir uma sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental, ou seja, uma sustentabilidade integrada.

Considerações

O ecoturismo deve ser um processo socioeducativo e de intercâmbio cultural entre ecoturistas e povos indígenas envolvendo a escola e projetos de sustentabilidade, pois os conhecimentos sobre a história e a cosmologia indígenas serão temas de pesquisa da escola que utilizará metodologia do ensino via pesquisa, revelando as práticas e tecnologias tradicionais indígenas, as quais associadas às não indígenas possibilitarão a geração de renda e sustentabilidade para as comunidades.

O caminho e a identidade definidos para o ecoturismo para as comunidades do Rio Curicuriari, vinculadas à associação Arko Iwi, partiram da base territorial, das territorialidades e dos conhecimentos tradicionais e/ou não integrando patrimônio natural e cultural, identificando assim o que Yázigi denominou de a *Alma do lugar*, necessária para planejamento de qualquer segmento do turismo.

Os povos indígenas foram os sujeitos do processo por meio da participação que valorizou os conhecimentos tradicionais sobre o território, a cultura, as formas de organização social e política com vistas à autonomia pela qual sempre lutaram.

A partir das propostas e experiências vivenciadas concluiu-se que algumas questões devem ser observadas para que ecoturismo indígena tenha um bom funcionamento como:

- A comunidade/povo precisa estar preparada para receber visitante;
- A comunidade/povo precisa se envolver direta e indiretamente no planejamento/gerenciamento e execução do ecoturismo em suas terras;
- A comunidade tem de valorizar e respeitar a sua própria cultura;
- A identidade cultural do indígena deve ser mais importante do que os interesses do ecoturismo;
- É preciso levar em conta o grau de contato da comunidade indígena;
- Os projetos devem ser desenvolvidos em bases comunitárias e sustentáveis com tecnologias socioambientais de baixo impacto;

- É preciso respeitar e valorizar a identidade cultural da comunidade envolvida;
- Os ecoturistas precisam respeitar o que for combinado no programa ecoturístico;
- A renda das atividades deve ser revertida para o bem da comunidade;
- A comunidade não deve viver somente da prática do ecoturismo mas como atividade de apoio a outras tradicionais da comunidade;
- É preciso conservar a natureza com uso sustentável dos recursos naturais;
- O programa turístico planejado deve estar de acordo com os valores culturais da comunidade e princípios definidos por ela;
- O ecoturista deve ter permissão da FOIRN, de outras organizações indígenas, da FUNAI e do IBAMA, quando for o caso, para visitar a Terra Indígena;
- Deve haver monitoramento dos impactos socioculturais e ambientais (cujo órgão fiscalizador deverá ser definido);
- Cada comunidade/povo deve definir diretrizes específicas para o desenvolvimento do ecoturismo em suas terras;
- As políticas e diretrizes do ecoturismo indígena devem ser discutidas pelas Organizações indígenas/FUNAI/MMA e comunidades de forma participativa para serem oficializadas e regulamentadas pelos órgãos competentes;
- A comunidade e os ecoturistas devem ficar satisfeitos com a qualidade do produto ecoturístico;
- As comunidades devem elaborar um manual para o ecoturista de acordo com as diretrizes;
- As Organizações Indígenas devem registrar junto ao IPHAN os artesanatos, ritos, mitos, culinária, patrimônio, utilizados como atrativos pelos diversos povos que desenvolvem o ecoturismo em suas terras.

Reflexões finais

Qualquer tipo de gestão e planejamento do turismo em terra indígena ou com outras comunidades tradicionais deve partir da participação, discutindo com as comunidades, esclarecendo sobre as dúvidas, receios, formas de organização, valorizando o conhecimento pré-existente, tradicional ou não, a identidade cultural e territorial do lugar, as territorialidades, permitindo que os atores sociais envolvidos possam decidir e serem donos do próprio destino.

Neste contexto, eliminam-se as formas de participação forjadas e articuladas pelo Estado e outras instituições que se aproveitam das metodologias participativas para controlar a vontade e o projeto de futuro das comunidades, dos povos tradicionais ou não, minoritários ou não.

A metodologia proposta permite, por meio da participação efetiva, que os envolvidos demonstrem seus conhecimentos sobre o território e a cultura, fortalecendo tanto sua identidade, enquanto povos indígenas, quanto sua auto-estima e dignidade, possibilitando-lhes reafirmarem-se como protagonistas de suas histórias ao assumirem o controle das forças de transformação da sociedade, promovida pelo contato com a economia de mercado, predominante na sociedade contemporânea. Tal participação pode minimizar ou excluir os riscos dos impactos indesejáveis que o ecoturismo pode ocasionar, propiciando-lhes incorporar valores, funções, significados do sistema mundial de acordo com seus interesses e visão de mundo.

Segundo Sahlins (1997, p.17):

Tudo que se pode hoje concluir a respeito disso é que não conhecemos a priori, e evidentemente não devemos subestimar o poder que os povos indígenas têm de integrar culturalmente as forças irresistíveis do Sistema Mundial. Portanto, não basta assumir atitudes de denuncia em relação à hegemonia,

mas sim, de colaborador por meio do pesquisa participante da pesquisa-ação apoiando os projetos e as comunidades.



Bibliografia

ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA TUKANO YE'PA MAHSÃ. *Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Tukano Ye'pa Mahsã*. Versão preliminar. Cunuri, 2006 (mimeo).

ANDRADE, Manoel Corrêa. Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. *In: Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

AQUINO, Salomão. *Diagnóstico sobre o turismo em São Gabriel da Cachoeira*. São Gabriel da Cachoeira, 2004 (mimeo).

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. *In: LIMA, Antonio Carlos e BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política Indigenista*. Rio de Janeiro: Contra-Capa/LACED, 2002, p.29-38.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. Relações entre Cultura e Patrimônio: Um estudo de caso. Cd-rom *Anais do Seminário de Geografia Cultural. Dimensões históricas da relação entre espaço e cultura*. União geográfica Internacional/Comissão sobre enfoque cultural na Geografia. Rio de Janeiro, 10 a 12 de junho de 2003.

BALANDIER, Georges. *A Desordem. Elogio do Movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARBOSA, Carla Gonçalves Antunha. *Trazidos por Tupã* (a luta pelo território Guarani em São Paulo). 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo.

BATALLA, Guillermo Bonfil et al. *América Latina: etnodesarrollo, etnocídio*. Costa Rica: FLACSO, 1982.

BECKER, Bertha. Políticas, Planejamento e Turismo no Brasil. *In: Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BETSKA, Casimiro. *A maloca Tukano-Dessana e seu simbolismo*. Manaus: SEDUC/AM, 1988.

BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do Espaço Turístico*. São Paulo: EDUSC, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a Pesquisa Participante*. Brasiliense: São Paulo, 1982.

_____. *Pesquisa Participante*. Brasiliense: São Paulo, 1981.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Legislação**, Brasília, FUNAI.

_____. Decreto-Lei nº 76.999, de 08 de janeiro de 1976. Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 jan. 1976

_____. Decreto-Lei nº 88.118, de 13 de fevereiro de 1983. Regulamenta o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília, mimeo.

_____. Decreto-Lei nº 96.945, de 23 de setembro de 1987. Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília, mimeo.

_____. Decreto-Lei nº 94.946, de 23 de setembro de 1987. Regulamenta o item I, do Art. 17, da Lei nº 6.001/73, de 19 de dezembro de 1973. Brasília, mimeo.

_____. Decreto-Lei nº 22, de 04 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 fev. 1991.

_____. Decreto-Lei nº 1775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências. Brasília, mimeo.

_____. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria Geral. Estudo nº 010/3ª Seção, de 31 de maio de 1985. Estudos preliminares que indicaram a elaboração da EM nº 18 e 770/85. Brasília, mimeo.

_____. Poder Executivo. Exposição Interministerial de Motivos nº 770, de 19 de dezembro de 1985. Aprova o Projeto Calha Norte. Brasília, mimeo.

_____. Grupo de Trabalho Interministerial. Dec.94.945/87. Parecer nº 177 de 10 de dezembro de 1987. Aprova demarcação das colônias indígenas em Pari-Cachoeira de acordo com a proposta do PAP/FUNAI.

_____. Ministério do Interior. Exposição de Motivos nº 054, de 22 de setembro de 1987. Posição favorável que a denominação das terras previstas no Art. 17, I do Estatuto do Índio, passe a colônia indígena e área indígena. Ministro João Alves Filho.

_____. Ministério do Interior. Exposição de Motivos nº 058, de 28 de setembro de 1987. Objetiva a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial com vistas a elaboração de um plano de ação para a área indígena de Pari-Cachoeira. Ministro João Alves Filho.

_____. Ministério do Interior. Portaria nº 012, de 26 de janeiro de 1988. Aprova demarcação da área indígena de Pari-Cachoeira, com 1.152.000 ha, dividida em três

colônias indígenas e duas florestas nacionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 jan.1988, Sec. I, p.1746-48.

_____. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Portaria nº520, de 04 de maio de 1988. Estabelece critérios para avaliação do grau de aculturação dos grupos indígenas. Brasília: FUNAI, mimeo.

_____. Fundação Nacional do Índio. Parecer nº10, de 22 de maio de 1992. Reconhece a área de 8150.000 ha como de posse imemorial dos indígenas do Alto Rio Negro. Consultora: Isa Maria Pacheco Rogedo.

_____. Fundação Nacional do Índio. Despacho nº12, de 28 de maio de 1992. Aprova Área Indígena do Alto rio Negro com a extensão de 8.150.000 ha, conforme Parecer nº 10 de 22 de maio de 1992. Presidente: Sidney Possuelo. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 02 jun.1992. Sec. I, p. 6928-31.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Parecer nº 01/CPAE/SPP/SAE/PR, de 23 de setembro de 1993. Posição contrária à demarcação do território indígena do Alto Rio Negro, conforme reivindicação da FOIRN e EM. nº 0384/MJ. Consultor: José Luis Leal dos Santos.

_____.Ministério da Justiça. Exposição de Motivos nº384, de 19 de agosto de 1993. Posição favorável a demarcação do território indígena do Alto Rio Negro, com 8.150.000 ha. Ministro Maurício Corrêa.

_____. Ministério da Casa Civil. Aviso nº 1.654, de 26 de julho de 1994 ao ministro da Justiça. Reitera a posição contrária da SAE, quanto à demarcação do território do Alto Rio Negro. Ministro: Henrique Eduardo Pereira Hargreaves. Brasília, 26 jul. 1994.

_____. Ministério da Justiça. Portaria nº301, de 17 de maio de 1996. Aprova a delimitação da Terra Indígena Alto rio Negro com a superfície de 8.150.00 ha. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 maio 1996, Sec.I, p.8667.

BUCHILLET, Dominique. *Os Índios Tukano e o Projeto Calha Norte*. Brasília, 1993 [mimeografado].

_____. *Índios da região do Alto Rio Negro: história, etnografia e situação das terras*. Laudo antropológico. Brasília: FUNAI. 1993

_____. *Mitologia dos povos da região do Alto rio Negro*. Brasília. 1993 [mimeografado].

_____. Pari-Cachoeira: o laboratório Tukano do Projeto Calha Norte. In: CEDI. *Povos indígenas no Brasil 87/88/89/90*. São Paulo: CEDI. 1991, p.107-115.

_____. *Proposta de demarcação da reserva indígena do Alto Rio Negro com 7.650.000 ha*. Nanterre, 19 de dezembro de 1981. [mimeografado].

CÂMARA DOS VEREADORES DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. *Lei nº. 209/2006 que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo no município de São Gabriel da Cachoeira*. São Gabriel da Cachoeira, 2006.

CÂMARA DOS VEREADORES DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. *Lei nº 210/2006 que dispõe sobre a regulamentação da Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu no município de São Gabriel da Cachoeira*. São Gabriel da Cachoeira, 2006.

CHAMBERS, R. Paradigm shifts and the practice of participatory research and development. In: *Power and Participatory Development*. NELSON, Nice & WRIHT, Susan. Intermediate Technology Publications, Londres, 1995.

CHERNELA, Janet M. Pesca e hierarquização tribal no Alto Uaupés. In: Ribeiro, B. *et al. Suma etnológica brasileira*. Edição atualizada do Handbook of South Americans Indians. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Estrutura social do Uaupés. *Anuário Antropológico/81*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, p. 59-70.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

CLAVAL, Paul. “As Abordagens da Geografia Cultural”. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César e CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.89-117.

_____. *A Geografia Cultural*. Editora da UFSC: Florianópolis, 1999.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Povos Indígenas no Brasil/83*. São Paulo: CEDI, 1984.

_____. *Povos Indígenas no Brasil/84*. São Paulo: CEDI, 1985.

_____. *Povos Indígenas no Brasil/87-90*. São Paulo: CEDI, 1991.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Análise Documental: implantação de colônias indígenas e florestas nacionais em Pari-Cachoeira - Alto rio Negro - Projeto Calha Norte*. Manaus, 23 de dezembro de 1987.

_____. *O Estado inverte seu papel em relação aos povos indígenas*. Manaus, 1996

CROSBY,A.; MONEDA,A. *Desarrollo y gestión del turismo en áreas rurales y naturales*. Madri: Cefat/Natour, 1996.

CRUZ. Rita de Cássia. O Turismo e a produção do espaço. Manaus: *III Encontro Nacional de Turismo com Base Local*, 1999. Mimeo.

_____. *Política de Turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000, 167 p.

_____. Políticas Públicas de Turismo e (re) organização do espaço na Amazônia brasileira. In: FARIA, Ivani (Org.). *Identidade e Turismo: sustentabilidade e patrimônio*. Manaus: Valer (no prelo).

CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: EDUSP/COMISSÃO PRÓ-INDIO, 1992.

_____. *Os direitos do índio: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Definições de índio e de comunidades indígenas. In: SANTOS, Sílvio Coelho (Org.). *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985. p.31-37.

DINIZ, Libório. *Entrevista concedida pelo representante da CACIR à autora*. Manaus, 7 maio de 1996.

DUARTE. João Lucas Lemos. *Entrevista concedida pelo vice-presidente da COITUA à autora*. Taracua, fevereiro de 2006.

EMAMTUR. *Projeto Pólo de Ecoturismo do Estado do Amazonas*. Manaus, 1997.

EMBRATUR. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília, 1991.

FALS BORBA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C.R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FARIA, Ivani Ferreira. Turismo em área indígena: Projeto Tiquié. In: VASCONCELOS, Fábio P. (Org). *Turismo e Meio Ambiente*. Fortaleza: FUNECE, 1998.

_____. Ecoturismo: ilusões e contradições. *Revista de Geografia da Universidade do Amazonas*, Manaus, nº. 2, v. 2, jan./dez. 2000, p.1-18.

_____. *Território e territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro*. Manaus: EDUA, 2003, 157 p.

_____. *Território Indígena: o direito imemorial e o devir*. 1997 (dissertação de mestrado em Geografia Humana) FFLCH – Universidade de São Paulo.

_____. *Ecoturismo Indígena*. Versão Preliminar do Plano de Desenvolvimento do Pólo de Ecoturismo do Amazonas. Manaus: Secretaria Estadual de Cultura e Turismo, 2002.

_____. Magistério indígena e autonomia educacional: o maior magistério do país em São Gabriel da Cachoeira. Texto apresentado no *II Seminário “Construindo um Programa Sustentável para a Educação Escolar Indígena em São Gabriel da Cachoeira”*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 2005 (mimeo).

_____. *Relatório do Seminário “Política Lingüística, Gestão do Conhecimento e Tradução Cultural”, regulamentação da Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Nheengatu e Baniwa*. São Gabriel da Cachoeira: IPOL, 2006.

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. Interpretação do Patrimônio e Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável. *Revista ComTextos Turísticos*, n. zero, p. 6-10, nov. 2001.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDIGENAS DO RIO NEGRO. *Estatuto Social da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN*. Aprovado em 28 de novembro de 2002.

FENNELL, David. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.

FREIRE, Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C.R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FRANÇA, Braz. *Entrevista concedida pelo presidente da FOIRN à autora*. Manaus, 1 de dezembro de 1993.

_____. *Entrevista concedida pelo presidente da FOIRN à autora*. Manaus, 8 maio de 1996.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Relatório Área Indígena Taracúá, região do Uaupés - Alto Rio Negro*. Brasília, 19 de março de 1984. Antropóloga: Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão.

_____. *Projeto Calha Norte, subprojeto Pari-Cachoeira: Plano de Ação Preliminar*. 1987.

_____. Informação nº 0011, de 26 de janeiro de 1988 ao procurador geral da República. Informa falhas procedimentais nos trabalhos de identificação e delimitação da área indígena de Pari-Cachoeira e aponta solução para o impasse, sugerindo a revogação dos Decretos que criaram as colônias indígenas. Consultor: Leandro Fonseca.

_____. CT.003/Presi/nº 619 de 20 de setembro de 1988. Solicita ao GTI, instituído pelo Decreto 94.945/87, que aprove proposta de demarcação das colônias indígenas em Pari-Cachoeira nos termos do Plano de Ação Preliminar. Presidente: Iris Pedro de Oliveira.

_____. Informação nº 005/DPI/5ª SAUER de 9 de dezembro de 1987 ao Superintendente da FUNAI-AM. Informa irregularidades no processo de identificação e delimitação das colônias indígenas em Pari-Cachoeira. Autor: Celso Lourenço Moreira Corr

GALVÃO, Eduardo. *Encontro de Sociedades. Índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GARCIA, Alberto. *Entrevista concedida pelo representante da ACIBRN*. Manaus, 8 de maio de 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GRUMBERG, K. *2 anos entre os índios*. Manaus: EDUA, 2005.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Os Índios do Descobrimento: tradição e turismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001, 211 p.

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. In: ROZENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. *O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERBERT, D. *Leisure trends and the heritage market*, em *Estudios y Perspectivas en Turismo*, Vol.6, p.193-208, 1989.

HERNANDEZ, A. 2004 *El papel del patrimonio en el progreso económico, social y cultural, El caso particular del turismo*, Pasos Vol. 2, Nº 2, p. 307-310 www.pasonline.org

IBGE, Censo Demográfico 2000.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. *Povos Indígenas no Brasil 1991/1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

_____. *Terras indígenas no Brasil: uma agenda para enfrentar os efeitos do Decreto 1775/96*. São Paulo, 25 de abril de 1996.

JOSÉ, Bonifácio. *Entrevista concedida pelo representante da OIBI à autora*. Manaus, 2 de dezembro de 1993.

_____. *Entrevista concedida pelo representante da OIBI à autora*. Manaus, 6 de maio de 1996.

JUNQUEIRA, Carmem. *Antropologia Indígena: uma introdução*. São Paulo: Editora da PUC/SP, 1991.

JUNQUEIRA, Carmem; CARVALHO, Edgard de A. *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981.

KNAFOU, Remy. “Turismo e território: uma abordagem científica”. In: Rodrigues, Adyr B. *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (editors). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 2 ed. São Paulo: Senac, 1999.

LITTLE, Paul. Etnoecologia e direitos dos povos indígenas: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, Antonio Carlos e BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política Indigenista*. Rio de Janeiro: Contra-Capa/LACED, 2002, p.39-47.

MELGUEIRO, Orlando. *Entrevista concedida pelo ex-diretor da COIAB à autora*. Manaus, 1992.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Manual de Ecoturismo Indígena*. Brasília: MMA, 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas*. Workshop. Bela Vista de Goiás, 1997 (Mimeo).

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Segmentação do Turismo. Conceitos*. Documento preliminar, não revisado. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia, militares e fronteiras. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. (Org.). *Projeto Calha Norte, militares, índios e fronteiras*. Rio de Janeiro: UFRJ/PETI, Museu Nacional, Antropologia e Indigenismo, p.49-59, nov. 1990.

MOISÉS. *Entrevista concedida pelo representante da ACITRUT*. Taracuaá, 25 de novembro de 1993.

MONTERO, Myriam Hernández. “ Contradicciones del etnoturismo mapuche en Chile”. CDROM *Perspectivas del Turismo Cultural*. NAYA, Salta/Argentina, 2004.

MORAM, E.F. *A Ecologia Humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.

- MOURA, Manuel. *Entrevista concedida pelo colaborador da COIAB à autora*. Manaus, setembro de 1993.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Índios urbanos, línguas urbanas: Considerações político-lingüísticas sobre a urbanização dos povos indígenas. In: *Geografia: Revista da Universidade Federal do Amazonas*. V.3. N.1/2. Jan./fev.2001. EDUA: Manaus, 2004.
- OLIVEIRA, Jose Aldemir de. *Cidades na Selva*. Manaus: Valer, 2000.
- PAGE, S.J. et al. "Small business development and tourism: Terra incógnita? *Tourism Management*. V.20, p.435-459, Auckland/NZ, 1999.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- PESSOA, MÁRIO. *O Direito da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1971.
- PUERTO, Elias M. Alcocer. Manejo Sustentable de Recursos Naturales y Culturales por parte de una Comunidad Maya de Yucatán. El Caso de Yaxunáh.. CDROM *Perspectivas del Turismo Cultural*. NAYA, Salta/Argentina, 2004.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Os direitos dos índios no Brasil: na encruzilhada da cidadania. *Série Antropologia*, nº116, UnB, Brasília, 1991.
- _____. *Nação dentro da Nação: um desencontro de ideologias*. Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Sociais, 1992. mimeo.
- RAMOS, Alcida R. et al. Padrões e clientes: relações intertribais no Alto rio Negro. In: _____. *Hierarquia e Simbiose, relações intertribais no Brasil*. São Paulo: Hucitec/INL/MEC, 1980.
- RAHNEMA, Majid. Participation. In: SACHS, Wolfgang, *The Development Dictionary*. Londres: Zed Books Ltda, 1992.
- REGUEIRA Rodriguez. "La reinención cosmopolita de la autenticidad". CDROM *Perspectivas del Turismo Cultural*. NAYA, Salta/Argentina, 2004.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ROCHA, Genylton Rêgo da. *Ecoturismo na Amazônia: uma análise das Políticas Públicas planejadas pela SUDAM*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, Carmem Lucia. *Limites do Consenso: Territórios Polissêmicos na Mata Atlântica e gestão ambiental participativa*. Tese de Doutorado (Departamento de Geografia – FFLCH/USP), São Paulo: 2001.

- ROZENDHAL, Zeny & CORREA, Roberto Lobato. *Manifestações da Cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- SAHLINS, Marshall. “O Pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção”. *Mana*. V.3 n.1. Rio de Janeiro/Museu Nacional, abril de 1997.
- SAMPAIO, Gilberto Francisco. *Entrevista concedida pelo representante da ACIRU à autora*. São Gabriel da Cachoeira, 1 de dezembro de 1993.
- SANTOS, Carlos dos. *Entrevista concedida pelo representante da ACIRN à autora*. Manaus, 6 de maio de 1996.
- SANTOS, Gersem. *Entrevista concedida pelo vice-presidente da FOIRN à autora*. Manaus, 1 de dezembro de 1993.
- _____. *Entrevista concedida pelo vice-presidente da FOIRN à autora*. Manaus, 8 maio de 1996.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. *Técnica, espaço, tempo-globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. *Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SENNETT, Richard. *A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução Marcos Santarrita. 8 ed., Rio de Janeiro:Record, 2004.
- _____. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SILVA, Roberval Miranda da. *Entrevista concedida pelo representante da ACIRI a autora*. São Gabriel da Cachoeira, 2 de dezembro de 1993.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico M. Índios e o Direito: o jogo duro do Estado. In: _____. *Negros e Índios no Cativo da Terra*. Rio de Janeiro: FASE. 1989, p. 6-17 (Coleção “Seminários” n. 11).
- _____. A cidadania e os Índios. In: Vidal, L. (Coord.). *O Índio e a Cidadania*. São Paulo: Brasiliense/ Comissão Pró-Índio, 1983 p. 44-51.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico/84*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.13-56.
- _____. Las organizaciones indígenas: actores emergentes em América Latina. *Revista de la CEPAL*, n.62, p.61-73, 1997

- SUDAM. *Plano de Desenvolvimento da Amazônia*. PDA: 1994-1997. Belém, 1993.
- SWAIN, Margaret Byrne. Gender roles in indigenous tourism: Kuna Mola, Kuna Yala: an cultural survival. In: SMITH, V. (Org.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. University of Pennsylvania Press, 1989, 187 p.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- UCIRT. *Relatório da Assembléia Geral de Pari-Cachoeira*, 9 de junho de 1986, p.5-6.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. *Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável*. Manaus, 2005.
- VAN DEN BERGHE, Pierre L. Marketing Mayas: ethnic tourism promotion in Mexico. *Annals of Tourism Research*, vol 22, n.3, p.568-88, 1995.
- VAN DEN BERGHE, Pierre L & KEYES, Charles F. Introductions: tourism and re-created ethnicity. *Annals of Tourism Research*, vol.11, p.343-52, 1984.
- VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento e Mecanismos de Fomento do Desenvolvimento dos Povos Indígenas: A Contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA).In: LIMA, Antonio Carlos; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra-Capa/LACED, 2002, p.87-105.
- WALLACE, G.N. e PIERCE, S.N. Na evaluation and ecoturismo in Amazonas, Brazil. *Annals of Tourism Research*, vol. 23 (4), p.843-873, 1996
- WRIGHT, Robin R. Uma conspiração contra os civilizados: história, política e ideologias dos movimentos milenaristas dos Arawak e Tukano no noroste da Amazônia. *Anuário Antropológico/89*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.191-234, 1992.
- WOOD, Robert E. Ethnic tourism, the state and cultural change in southeast Asia. *Annals of Tourism Research*. Vol. 11, p.353-74, 1984.
- www.cimi.org.br.
- www.funai.gov.br
- www.sociomambiental.org.br
- YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Plêiade, 1998, 149 p.
- _____. *A alma do Lugar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer*. São Paulo: Contexto, 2003
- ZEPPEL, Heather. Maori tourism in New Zeland. *Pergamom Tourism Management*.V.18, n.7, p.475-478, Auckaland/NZ, 1997.



Anexos

Anexo I

ATO DO PODER LEGISLATIVO

Lei nº 210 de 31 de outubro de 2006

Dispõe sobre a Co – Oficialização das Línguas **NHEENGATU, TUKANO e BANIWA**, a Língua Portuguesa no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas.

O Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira/Am,

FAÇO saber a todos que a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas decretou a seguinte:

L E I:

Art. 1º. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil;

Parágrafo Único – Fica estabelecido que o município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas, passa a ter como línguas co-oficiais, as Nheengatu, Tukano e Baniwa.

Art. 2º. O Status de língua co-oficial, concedido por este objeto, obriga o município:

§ 1º. A prestar os serviços públicos básicos de atendimento ao público nas repartições públicas, na língua oficial e nas três línguas co-oficiais, oralmente e por escrito;

A – O status de ‘co-oficialidade’ equivale ao conceito de ‘oficialidade’, com o que se define que o município de São Gabriel da Cachoeira tem, a partir da promulgação da lei, quatro línguas oficiais. (CNR)

B – O poder executivo municipal realizará o levantamento no prazo de 60 dias após a regulamentação da lei, dos funcionários dos vários órgãos proficientes nas línguas co-oficiais e os nomeará, por portaria, para a prestação de serviços específicos do órgão nas línguas co-oficiais. (CNR).

C – O poder executivo municipal terá o prazo de 180 dias a partir da regulamentação da lei para iniciar à prestação de serviços nas línguas em sua modalidade oral. (CNR).

D – O poder executivo municipal terá o prazo de um ano a partir da regulamentação da lei para a prestação de serviços na modalidade escrita. (CNR).

E – As repartições públicas municipais que não dispuserem de funcionários habilitados á prestação de serviços nas línguas co-oficiais no seu quadro funcional contratarão falantes com competência nas línguas co-oficiais nas modalidades oral e escrita. (CNR).

F - Aos órgãos públicos estaduais e federais com atuação no município, recomenda-se a contratação de funcionários com domínio oral e escrito das línguas co-oficiais. (CNR).

G - Os concursos do serviço público municipal para os cargos de atendimento ao público exigirão proficiência em português e em uma das línguas co-oficiais. (CNR).

H - Todos os concursos do serviço público municipal oferecerão aos candidatos as provas nas quatro línguas oficiais, e o candidato escolherá em qual das quatro língua fará a prova. (CNR).

I - A Instituição pública deverá ter um número de funcionários falantes das línguas co-oficiais compatível com a demanda. (CNR).

§ 2º. A produzir a documentação pública, bem como as campanhas publicitárias institucionais, na língua oficial e nas três línguas oficiais;

A - A documentação de interesse público no âmbito do município, como editais, avisos, comunicados, incluindo sinalização pública da cidade, placas de trânsito, nomes dos órgãos públicos, será sistematicamente produzidas nas quatro línguas oficiais. (CNR).

B - A certidão de nascimento e outros documentos portáteis que implicam pagamento de taxas serão bilíngües português/uma das línguas co-oficiais, definida segundo a solicitação do requerente. Os casos omissos serão encaminhados para o Conselho Municipal de Política Lingüística, conforme Art. 7º, §1º. (CNR).

C - A Secretária Municipal de Educação criará uma rede de instituição que atuam na formação de quadros docentes, de tradutores e outros profissionais necessários para a

implementação desta lei. Esta rede encarregar-se-á das diversas tarefas de capacitação e desenvolvimento de equipamentos lingüísticos (toponímia, terminologia etc) com a participação ativa do Conselho de Política Lingüística. (CNR).

D - É terminantemente proibida a cobrança de taxa extra, ou duplicidade de pagamento do requerente, em qualquer documento bilíngüe, emitido conforme o disposto na letra “B” do artigo 2º § 2º.

§ 3º. A incentivar a apoiar o aprendizado e o uso das línguas co – oficiais nas escolas e nos meios de comunicações.

A - O poder executivo destinará recursos para assegurar a oferta das línguas co-oficiais no sistema educacionais: tanto na contratação e capacitação de docentes das/nas três línguas oficiais, quanto na produção de materiais didáticos etc. (CNR).

B - A educação infantil funcionará em perspectiva bilíngüe com o ensino de uma língua co-oficial e do português. (CNR).

C - A oferta das três línguas co-oficiais é obrigatória em todas as redes escolares do município e facultativa nas escolas indígenas específicas das etnias falantes das outras línguas do município, que têm como sua língua étnica como língua de instrução. (CNR).

D - Todos os estabelecimentos de ensino da esfera Municipal, Estadual e Federal orientar-se-ão para a Política lingüística de co-oficialização priorizando as três línguas dentro de seus respectivos de ensino-aprendizagem num prazo de dois anos. (CNR).

E - Os veículos de comunicação (rádios, jornais, vídeo, escritos locais, outdoors, carros volantes de publicidade) contemplarão na sua programação diária as línguas co-oficiais do município. Nas rádios estará presente diariamente presente pelo menos um programa de jornalismo e de maior interesse público em cada uma das línguas co-oficiais. Num prazo de três anos deverão ser destinados 10% de tempo de emissão para cada uma das línguas co-oficiais nas rádios emitindo do município.. Nas rádios estatais atingir-se-á a 50% de tempo de emissão nas três línguas co-oficiais no prazo de três anos a partir da regulamentação da lei. (CNR).

F - O Poder executivo municipal favorecerá a criação de uma rádio comunitária para a transmissão prioritária nas três línguas co-oficiais. (CNR).

G - A transmissão televisiva será de no mínimo dez minutos diários em cada língua co-oficial com implantação num prazo máximo de dois anos. (CNR).

H – A publicidade pública e privada de interesse público deverá ser veiculada pelos meios de comunicação nas quatro línguas oficiais do município. (CNR).

I - Os serviços públicos de radiofonia transmitirão prioritariamente nas línguas co-oficiais quando a transmissão for destinada ao território lingüístico específico daquela língua (Baniwa no Rio Içana, Nheengatu no Rio Negro e Tukano na Bacia do Vaupés). (CNR).

Art. 3º. São válidas e eficazes todas as atuações administrativas feitas na língua oficial ou em qualquer das co – oficiais.

Art. 4º. Em nenhum caso alguém pode ser discriminado por razão da língua oficial ou co – oficial que use.

§ 1º Qualquer discriminação referente à língua é crime. Penas alternativas serão a prestação de serviços para as entidades que implementam a política de línguas (escolas, organizações indígenas etc.), ou pagamento de multa revertida ao Fundo Municipal de Política Lingüística, para o ensino e promoção das línguas co-oficiais. (CNR)

§ 2º As denúncias serão comunicadas à Polícia, ao Ministério Público Estadual e Federal, se possível, com a orientação do Conselho Municipal de Política Lingüística. (CNR).

Art. 5º. As pessoas jurídicas devem ter também um corpo de tradutores no município, conforme o estabelecido no caput do artigo anterior, sob pena de pagamento de multa de 150 UFIR em primeira ocorrência e 450 UFIR em segunda ocorrência, recurso que deverá ser revertido ao Fundo Municipal de Política Lingüística (FMPL).

§ 1º - O alvará de funcionamento para as pessoas jurídicas privadas no município será emitido mediante a apresentação do certificado de adequação ao artigo 5º da lei 145-2002, o alvará será renovado anualmente com novo processo de certificação pelo Conselho Municipal de Política Lingüística. (CNR).

§ 2º - Estarão dispensados de certificado de adequação as empresas com menos de cinco funcionários que não tenham atendimento ao público. Os casos omissos serão encaminhados para o Conselho Municipal de Política Lingüística.

§ 3º - O poder público priorizará nas suas licitações dentro do município prestadores de serviços que respeitem a lei 145, oferecendo atendimento ao público também nas línguas co-oficiais. (CNR).

§ 4º - As instituições privadas de interesse comercial ou não (associações, igrejas etc) terão por obrigação atender ao público também nas línguas co-oficiais. (CNR).

§ 5º - Os letreiros, placas, outdoors, folderes, panfletos de publicidade no espaço público devem oferecer informação também nas três línguas co-oficiais. Igualmente serão oferecidas nas três línguas as listas de preços, os cardápios dos restaurantes, lanchonete e similares. (CNR).

§ 6º - As igrejas devem oferecer serviços religiosos também nas três línguas co-oficiais, em conformidade com as línguas de seus membros e em periodicidade a ser definida pela comunidade congregacional num prazo de um ano. (CNR).

Art. 6º. O uso das demais línguas indígenas faladas no município será assegurado nas escolas indígenas, conforme a legislação federal e estadual.

§ 1º - As demais línguas serão consideradas oficiais no âmbito das suas comunidades.

Art.7º. Fica estabelecido no âmbito do município de São Gabriel da Cachoeira o Conselho Municipal de Política Lingüística (CMPL).

§ 1º - O Conselho terá caráter consultivo e deliberativo e deverá acompanhar, orientar e fiscalizar a aplicação da lei 145/2002, e administrar o Fundo Municipal de Política Lingüística. (CNR).

§ 2º - O Conselho Municipal de Política Lingüística estimulará os trabalhos de promoção das demais línguas do município, realizando oficinas, publicando materiais, capacitando professores e produzindo audiovisuais. (CNR).

§ 3º - O Conselho será constituído por instituições do poder público e por instituições da sociedade civil que atuam no município (FOIRN, Câmara de Vereadores, SEMEC, SEDUC, UFAM, FUNAI, IPOL, COPIARN, ISA, UEA, Escola Agrotécnica, SSL, APIARN, instituições religiosas, Associação de comerciantes, um membro das associações de bairro). (CNR).

§ 4º - A FOIRN terá quatro membros, sendo um representante de cada língua co-oficial e um representante das demais línguas e as demais instituições um representante com seu respectivo suplente. (CNR).

§ 5º - O início do trabalho do Conselho será 60 dias após a regulamentação da lei. (CNR).

Art. 8º. Fica estabelecido no âmbito do município de São Gabriel da Cachoeira o Fundo Municipal de Política Lingüística (FMPL).

Art. 9º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 10º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas, em 31 de Outubro de 2006.

FRANCISCO ORLANDO DIOGENES NOGUEIRA

Presidente da Câmara Municipal

Anexo 2

Proposta de emenda à Lei Orgânica do município.

Da Política de Turismo

Art. 1º Institui-se o capítulo IV da política de turismo,

Considerando a ocupação desta região desde tempos imemoriais pelos povos indígenas, que 95% da população do município é representada por 23 povos indígenas de cinco famílias lingüísticas Tukano, Aruak, Maku, Tupi e Yanomami, portanto sendo um município indígena, fica definido que a identidade turística do mesmo é indígena voltada para os segmentos do turismo e do ecoturismo indígena.

Artigo 2º - O município, observando os dispositivos (...), ainda o art. 050 dos dispositivos trans, deverá fomentar, promover mecanismos para o pleno exercício da atividade turística no município, dando enfoque ao ecoturismo, de forma participativa e comunitária.

PARAGRAFO 1º - De acordo com a identidade territorial e cultural, o município apresenta-se propício ao desenvolvimento das seguintes modalidades turísticas:

I – Turismo Cultural e suas subdivisões, como o turismo histórico, gastronômico, Etnoturismo (indígena e étnico) religioso, esportivo etc.

II - Etnoturismo: é um tipo de turismo cultural que utiliza como atrativo a identidade, a cultura de um determinado grupo étnico, podendo ser classificado em Turismo indígena e étnico

O turismo indígena é um turismo cultural realizado em terras indígenas ou fora delas com base na identidade cultural e administrado pelo povo/comunidade indígena envolvido, tendo como finalidade intercâmbio cultural.

III – Turismo de natureza nas modalidades: Turismo ecológico, Ecoturismo - e ecoturismo indígena.

d) Turismo Ecológico - o turismo de natureza que utiliza o patrimônio natural como atrativo a ser admirado com vistas à educação ambiental e conservação do referido patrimônio.

- e) Ecoturismo - turismo de natureza planejado que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população envolvida sem causar impactos negativos à sua territorialidade.
- f) Ecoturismo indígena - ecoturismo praticado dentro dos limites das terras indígenas através do planejamento/gestão participativa e comunitária respeitando os valores sociais, culturais e ambientais dos diferentes povos envolvidos, sendo a comunidade a principal beneficiada.

Parágrafo Único - Sobre o turismo indígena ou ecoturismo indígena, caberá às organizações indígenas, junto com as comunidades envolvidas, definirem princípios, diretrizes específicas para o desenvolvimento da atividade.

Parágrafo 2º - Princípios básicos do ecoturismo:

- O Atrativo ecoturístico deve envolver o patrimônio natural e cultural;
- Utilização sustentável e conservacionista dos atrativos;
- Envolvimento da comunidade (planejamento e gestão participativa e comunitária das atividades ecoturísticas);
- A Forma ideal de funcionamento em pequenos grupos, respeitando a capacidade de carga e de suporte;
- Valorização (formação e capacitação) dos recursos humanos locais;
- Conservação e valorização das atividades tradicionais do lugar.

Artigo 3º - Caberá ao município, por meio da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, cumprir e fazer cumprir os princípios básicos do ecoturismo citado na lei, bem como as contidas nos documentos: A Declaração de Ecoturismo de Quebec/2002 e o Código Mundial de Ética do Turismo.

Artigo 4º - Caberá ao município buscar apoio técnico- financeiro para desenvolver: infra-estrutura de acesso, básica urbana bem como para restauração, valorização e manutenção do patrimônio cultural e natural do município.

Artigo 5º - Caberá ao município, juntamente com a comunidade, definir o patrimônio natural a ser utilizado para fins ecoturísticos.

Artigo 6º - Os empreendimentos ecoturísticos a serem instalados no município deverão atender os seguintes critérios:

- a) Adequar a identidade cultural e territorial do lugar (arquitetura e demais serviços);
- b) Valorizar e respeitar a cultura local;
- c) Instalação mediante o licenciamento ambiental;
- d) Utilizar tecnologias brancas de baixo impacto ambiental;
- e) Valorizar e estimular a utilização dos recursos humanos locais;
- f) Pousadas, hotéis ou resorts poderão ter no máximo 2 andares;

Parágrafo Único – É vedado a implantação no município de empreendimento turísticos internacionais e/ou de grandes redes hoteleiras ou de resorts nacionais e internacionais

Artigo 7º - O município deverá estimular, com incentivos fiscais e outros, os empreendimentos ecoturísticos e/ou de apoio locais, priorizando a organização de associações e cooperativas.

Artigo 8º - Caberá ao Conselho Municipal de Turismo, de acordo com a lei..... parágrafo, discutir, acompanhar e intervir em obras e/ou ações de natureza turística que causem impactos negativos à cultura e ao ambiente no município.